



MARCIA REGINA CAPELARI NAXARA

ESTRANGEIRO
EM SUA PRÓPRIA TERRA

REPRESENTAÇÕES DO TRABALHADOR NACIONAL
1870/1920

Orientação: Prof. Dr. Robert W. A. SLENES

IFCH - HISTORIA

UNICAMP - 1991

N231e

15293/BC

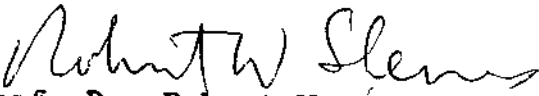
MARCIA REGINA CAPELARI NAKARA

ESTRANGEIRO
EM SUA PRÓPRIA TERRA

REPRESENTAÇÕES DO TRABALHADOR NACIONAL
1870/1920

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento
de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de
Campinas.

Este exemplar corresponde
à redação final da
dissertação defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em ____/____/1991.


Prof. Dr. Robert W. A. SLENES

NOVEMBRO/1991

INDICE

INTRODUÇÃO	01
I. JECA TATU: uma imagem	16
II. REPRESENTAÇÕES DO NACIONAL	
1. A constituição da nacionalidade	
povo / progresso	32
2. A imposição de um tema: O progresso e de um personagem problemático: O nacional	
progresso / trabalho / trabalhadores	47
vadiagem / trabalho / disciplina	79
3. As interpretações científicistas	
Brasil e brasileiro: ensaios de caracterização	99
EUCLIDES DA CUNHA: um ponto de vista	105
SILVIO ROMERO: um debate	124
MANOEL BOMFIM: um contraponto	135
Imaginário e identidade: (des)encontros	148

III. O BRASILEIRO construção e cristalização de uma imagem

1. representações literárias

procura de uma identidade: entre o antigo
e o novo 157

2. representações literárias e imagens sociais

Cornélio Pires: caracterizações 178

Valdomiro Silveira e Monteiro Lobato:
contrapontos 192

CONCLUSÃO 214

BIBLIOGRAFIA

1. Arquivos e Bibliotecas consultadas 220
2. Fontes primárias 221
3. Historiografia 227
4. Anexo 238

ULISSES

O mito é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
E um mito brilhante e mudo -
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou,
Foi por não ser existindo.
Sem existir nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo
E nos criou.

Assim a lenda se escorre
A entrar na realidade,
E a fecundá-la decorre.
Embaixo, a vida, metade
De nada, morre.

Fernando Pessoa

INTRODUÇÃO

A idéia que deu título a este trabalho não é nova, muito embora o questionamento a que ela conduz, da identidade dos povos latino-americanos, entre eles o brasileiro, permaneça atual. Evoca, ao menos, duas indagações: quem eram ou são os nacionais e a que isolamento eles foram submetidos a ponto de serem representados como estrangeiros em sua própria terra.

Nos documentos do século XIX e início do XX usou-se o termo nacional, quando se pretendeu falar da população pobre, (mal)nascida no Brasil, em geral mestiça, pertencente ou egressa da escravidão. Os que observaram nessa população um abandono político e social, tiveram a percepção do seu confinamento, do seu isolamento e do seu esquecimento dentro da sua própria terra e história. A partir dessa percepção, representaram-no através de um imaginário² que exprimia,

* As citações transcritas respeitam a ortografia original.

2. No prefácio a L'Imaginaire Médiéval, Jacques Le Goff precisa o conceito de imaginário como parte do campo da

simultaneamente, uma sensibilidade, uma crítica e um lamento frente a tal situação.

Num dos clássicos da nossa literatura e dos primeiros estudiosos das coisas do Brasil, aparece de forma expressiva a idéia de abandono e desconhecimento do povo brasileiro. Euclides da Cunha, n' Os Sertões, propôs-se relatar "todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias" quando acompanhou o episódio de Canudos, dando "de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão -- abandonados -- há três séculos".³ E em meio às ambiguidades provocadas pelo dilema do atraso brasileiro versus a civilização, utilizou para nós, brasileiros, a expressão de vivermos "um quase exílio paradoxal dentro da nossa própria terra".⁴

Graça Aranha, em Canaã, descreveu as impressões de

representação que, no entanto, vai além dele: "Mais s'il n'occupe qu'une fraction du territoire de la représentation, l'imaginaire le déborde. La fantaisie, au sens fort du mot, entraîne l'imaginaire au-delà de l'intellectuelle représentation." O autor procura mostrar as fronteiras, ainda que difíceis de traçar, entre o imaginário e conceitos vizinhos, como o simbólico e o ideológico. Paris, 1985. p. II.

3. Cunha, Euclides da. Os Sertões. São Paulo, 1979. (1a. edição - 1901/02). p. 90.

4. Cunha, Euclides da. "Nativismo Provisório", in Contrastes e Confrontos, São Paulo/Brasília, 1975. p. 136. Publicado no jornal O País, Rio de Janeiro, em 10/05/1904.

Milkau, estrangeiro recém-chegado à terra, ao aproximar-se do povoado: "as primeiras casas iam chegando: eram pobres habitações, como soltas na beira da estrada...", no entanto, "mirando-as atentamente, Milkau observou que essas casas eram moradas de gente preta, da raça dos antigos escravos, e adivinhou-os batidos pela invasão dos brancos, mas ainda assim procurando os derradeiros e longínquos raios do calor humano, e deitando-se à soleira das cidades, para elas estrangeiras e proibidas".⁵

Reapareceu mais tarde, já nos anos 50, em estudo realizado por Roquette Pinto, sobre Rondônia, ao analisar o programa do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. O texto é enfático: "Estrangeiros em sua própria terra, continuam os trabalhadores rurais do interior do Brasil a viver nas condições desgraçadas de uma disfarçada servidão".⁶

Na historiografia, além do crédito sempre renovado a Caio Prado Jr., na Formação do Brasil Contemporâneo, quero ressaltar a importância de três autores. O Homem Esquecido: O trabalhador nacional no século XIX é o feliz título de um

5. Aranha, Graça. Canaã. 2a. edição, Rio de Janeiro, 1981. (1a. edição - 1902). pp. 35-6.

6. Roquete Pinto, E. Rondônia, 5a. edição, São Paulo, 1950, p. 61-2, citado por Francisco Foot Hardmann, Trem Fantasma, a modernidade na selva, São Paulo, 1988.

pequeno e instigante trabalho de Peter L. Eisenberg que indaga o desconhecimento sobre a efetiva contribuição da população livre e despossuída do Brasil ao longo da sua história; gente que foi esquecida de seus contemporâneos, e também, por longo tempo, pelos estudiosos da história do país.⁷

Numa outra perspectiva, o trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Homens Livres na Ordem Escravocrata, contribuição essencial no processo de recuperação desse "esquecimento", importante por sua abordagem com relação ao peso representado pela escravidão na vida dos homens livres pobres do Brasil -- a idéia da "presença ausente", mas constante e pesada (do escravo), no mundo dos homens livres"; estes, "postos à margem do arranjo estrutural e dos processos essenciais à vida social e econômica, agregados e camaradas foram os mais desvalidos dos homens livres..."⁸

E em terceiro, não menos importante, Os Parceiros do Rio Bonito, de Antonio Cândido, estudo de uma comunidade caipira no Estado de São Paulo, que procurou entender a sua dinâmica, tendo como referência a questão da produção dos

7. Eisenberg, Peter L. O Homem Esquecido: o trabalhador nacional no século XIX - sugestões para uma pesquisa. Separata dos Anais do Museu Paulista - USP. São Paulo, 1977/78, tomo XXVIII.

8. Franco, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo, 1969. p. 7, 104.

méios de vida vinculada à manutenção de mínimos vitais, compreendidos estes, dos pontos de vista econômico e cultural. Essa perspectiva foi fecunda para a análise da cultura caipira dentro de seus próprios parâmetros e para percebê-la como simultaneamente marginalizada e inserida na cultura mais abrangente.⁹

Destas leituras, às quais seguramente outras poderiam ser acrescentadas, despontou de forma forte o tema do esquecimento e da desqualificação da população nacional, bem como o interesse pelo estudo do imaginário que esteve subjacente às formulações, à sensibilidade e ao pensamento complexo e repleto de ambiguidades, que fez parte da sua história.

9. Cândido, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito - Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3a. edição. São Paulo, 1975.

2.

A passagem do século XIX para o XX constitui um momento privilegiado para o estudo do imaginário sobre a população nacional brasileira, por ter sido um período em que apareceram diversas tentativas de compreensão globalizadoras da sua cultura e da sua história, no âmbito mais amplo da cultura ocidental, de forma a elevar para um centro nodal a questão da identidade: identidade da nação; identidade do povo brasileiro. O fio condutor dessas análises pautou-se por uma concepção evolucionista¹⁰ da história, tendo o progresso como idéia central e uma angústia quanto à possibilidade da sua realização, num país visto como "atrasado" frente ao mundo "civilizado".¹¹

10. Importante para o aprofundamento da idéia de progresso e de evolução, o livro de Paul Bénichou, Le temps des prophètes - Doctrines de l'âge romantique, onde o autor assinala, ao introduzir o estudo sobre os utopistas do século XIX, que este tenha constituído o "siècle des synthèses où l'histoire apparaît semblablement façonné par les étapes successives de la connaissance", lembrando a imagem de uma humanidade em marcha, evolutivamente, em direção ao progresso. Paris, 1977. p. 226.

11. Em "Progresso/Reação", Jacques Le Goff analisa as

Nesse movimento do debruçar-se e refletir sobre a sociedade e a cultura brasileiras, colocaram-se algumas oposições básicas no campo conceitual e explicativo, como forma de localização e entendimento do Brasil, importantes para o estudo e a compreensão do período. A oposição civilização/barbárie, tomada como chave para a compreensão das diferenciações entre os povos, levou à identificação de um segundo par daí derivado, progresso/atraso que, por sua vez, conduziu a reflexões sobre uma terceira oposição, elite/povo.

O povo brasileiro, visto por suas elites, aproximava-se do atraso e da barbárie, enquanto que o que se tinha em vista era alcançar o progresso e a civilização. Tal questionamento acabou levando a uma identificação do

concepções de progresso na história, mostrando que "A idéia explícita de progresso desenvolveu-se entre o nascimento da imprensa no século XV e a Revolução Francesa" (p. 244), estando vinculada ao desenvolvimento da ciência e da técnica. Saliência que o "grande século do progresso" foi o XIX, encontrando-se sua expressão mais acabada na filosofia de Augusto Comte, que veio demonstrar que "a ideologia do progresso não está inevitavelmente ligada ao espírito democrático" (p.259). Assinala, ainda, que na "segunda metade do século a ideologia do progresso deu novos passos adiante com as teorias científicas e filosóficas de Darwin e Spencer" (p. 260), marcando o "coroamento da idéia do progresso concebido como uma necessidade benfazeja e a ideologia do progresso de uma Europa, a do século XIX, que confundia a sua civilização com a civilização". (Esta última afirmação é remetida para B. Valade, "Spencer" in Encyclopaedia Universalis, vol. XV, Paris, pp.279-81). História e Memória. Campinas, 1990. pp. 233-282. (ênfase no original).

brasileiro pela ausência do que se esperava ele pudesse ser, ou seja, por aquilo que lhe faltava.

Tais representações e preocupações apareceram de forma sistematizada no pensamento brasileiro da virada do século, tanto a partir dos problemas imediatos, colocados pela necessidade de mão-de-obra e pela assimilação de um novo elemento na sociedade -- o imigrante --, como pelo aparecimento das interpretações do Brasil, seu povo e sua história, efetivadas por autores como Euclides da Cunha, Silvio Romero e Manoel Bonfim, entre outros, como também das representações presentes nas obras literárias de Valdomiro Silveira, Cornélio Pires e Monteiro Lobato, escritores que se dedicaram a descrever e a contar histórias sobre a população paulista, principalmente sertaneja, ou melhor, do interior.

Muito embora a referência imediata da pesquisa tenha como ponto de partida o Estado de São Paulo, tanto no material coligido nas discussões da Assembléia Legislativa Provincial como na literatura, que é regional, utilizei autores cujas obras têm um caráter mais abrangente, pelo viés de análise adotado, dizendo respeito ao Brasil como um todo, nos casos de Euclides da Cunha e Silvio Romero e, à América Latina, no caso de Manoel Bonfim. Tal fato, a meu ver, encontra explicação na constatação de que essas

análises procuraram ver o particular -- Brasil/América -- no quadro amplo da história universal, num momento em que era grande a movimentação humana decorrente das correntes migratórias, bem como preocupantes as manifestações do imperialismo dos povos "adiantados", que haviam alcançado o "progresso", sobre os povos "atrasados", quaisquer que fossem as causas do seu atraso.

No caso brasileiro, o pensamento preocupado com a identidade nacional, mesmo que não localizado exatamente no centro-sul, para onde se dirigiram as correntes imigratórias, pensou e procurou essa identidade, sempre, em contraposição ao estrangeiro e à ameaça que representava a entrada de grandes quantidades de povos considerados superiores (racialmente ou culturalmente) para um povo ainda em formação, imaturo, como era representado, na época, o brasileiro.

Como fio condutor para a análise privilegio as formulações sobre o nacional no período delimitado, ou seja, o momento da lenta e contraditória gestação das representações que levariam à cristalização de uma imagem instituidora do nacional enquanto desqualificado, indolente, vadio, que permaneceu como uma pecha ou mito, generalizando-se e abrangendo, de certa forma, o povo brasileiro, dando-lhe como características básicas a preguiça, o conformismo,

e a ideia de inadequação à civilização em marcha.

Esta dissertação é iniciada com a imagem forte e cristalizada do brasileiro na figura do Jeca Tatu de Monteiro Lobato. Buscando problematizá-la, a análise percorre três "momentos": o primeiro, pensando a desqualificação da população livre e pobre no Brasil como algo que remonta às origens, procura localizá-la no âmbito do pensamento da segunda metade do século XIX, em especial após 1870, em meio às preocupações com o progresso e a organização do trabalho livre -- a substituição do açoitado pela necessidade e pela dignidade conferida pelo trabalho, com a consequente condenação do ócio e da vadiagem. Um projeto que previa uma ação pedagógica frente à população livre, em especial pobre, aliada à coerção onde a educação não fosse possível ou até que ela fosse alcançada.

O segundo momento da análise volta-se para um debate que se preocupou com os destinos do país e que se alimentou de concepções influenciadas pelo liberalismo, pelo positivismo e pelo darwinismo social, apresentando análises que ora se aproximaram, ora se distanciaram, mas que tinham um foco comum, qual seja, a formulação de uma identidade do povo brasileiro e a busca das causas e das soluções possíveis para o atraso dos antigos povos coloniais. Os três autores -- Euclides da Cunha, Silvio Romero e Manoel

Bonfim -- são significativos, na medida das preocupações por eles enunciadas e que se constituíram em fio condutor de uma série de discussões importantes para a "descoberta" e conhecimento do Brasil. Esse debate e as idéias das quais ele se alimentou possibilitaram a formulação de representações sobre o brasileiro, delineando, embora com contradições e ambiguidades, as suas características.

Tais representações iluminaram o estudo da terceira parte, onde retomei, em meio a algumas das imagens construídas pela literatura, o personagem Jeca Tatu, como síntese de brasilidade. Esta parte centrou-se nas imagens literárias, pela importante capacidade que possuem de divulgação e, portanto, de fixação de estereótipos a respeito de seus personagens. De um universo variado e fluido de representações as mais diversas, surgiu uma imagem instituidora do brasileiro, que se sobrepôs às demais, definindo-o enquanto ser que porta, em sua natureza, uma indolência e um total despreparo para o exercício da cidadania, esteja ele representado de uma forma mais popular, na figura do Jeca Tatu, ou na sua forma mais elaborada do anti-herói por excelência, Macunaíma.

9.

Finalmente, quero agradecer as pessoas que, de várias formas e em diversos momentos, acompanharam a elaboração deste trabalho e tiveram participação decisiva para que ele fosse concluído.

O Professor Robert Slenes teve paciência suficiente, bem como o dom para encorajar a continuidade da pesquisa, instigando, sempre, a abertura de novos horizontes. Na sua pessoa, agradeço a todos os professores da Unicamp com quem tive oportunidade de aprofundar meus conhecimentos em História. Entre eles, gostaria de lembrar, especialmente, com saudade, o Professor Peter Louis Eisenberg, que acompanhou os primeiros passos na elaboração do projeto. Além dele, a Professora Maria Sylvia de Carvalho Franco, pelo muito que aprendi nos cursos que tive o privilégio de frequentar, e os Professores Maria de Nazareth Baudel Wanderley e Michael M. Hall, pelo interesse e indicações preciosas, e pelo incentivo, quando da realização

da qualificação.

Dos colegas da turma de mestrado, em especial, Durval Muniz de Albuquerque Jr., Paulo Pinheiro Machado, Miriam Bahia Lopes, Eliana Regina de Freitas Dutra, Omar Saad e Waldemar Grininger, lembro os momentos agradáveis e as discussões proveitosas que tivemos.

Institucionalmente, devo ao CNPq e à FAPESP os auxílios que possibilitaram a realização dos créditos e da pesquisa, bem como agradecimentos especiais às inumeráveis pessoas por quem fui atendida nos arquivos e bibliotecas que precisei consultar.

Tenho uma gratidão especial a amigos, sem os quais não teria chegado a este porto seguro. Amigos com quem pude contar, sempre, nos momentos difíceis, tão próprios a este tipo de trabalho e à vida. Deles tive a amizade e fecundo apoio, não só intelectual. Deixo aqui registrado um enorme carinho a Ana Edite Ribeiro Montoia, pela amizade e pelas leituras atentas e críticas do projeto e da vida; a Marina Capelari, irmã e amiga, sem a qual, definitivamente, este trabalho nunca teria sido concluído; a Jacy Alves de Seixas, pelo incentivo e pela leitura crítica, num momento fundamental; a Fernando Kolleritz, pelo apoio amigo e a Célia Maria Marinho de Azevedo e Josué Pereira da Silva que, mesmo de longe, incentivaram e acompanharam parte do

caminho. Além deles, os familiares que, direta ou indiretamente, contribuíram para as minhas possibilidades concretas, fornecendo uma retaguarda inestimável nos cuidados com a minha pessoa e com a de minhas filhas -- suas avós, Conceição Pinto Capelari e Beatriz de Sousa Naxara.

A trajetória de uma vida, similarmente à da História, tem uma tessitura especial e única que não se realiza sempre como previsto ou desejado. Como parte de uma memória em particular, e com muita saudade, dedico este trabalho a José Rubens de Sousa Naxara, companheiro de uma vida, e às nossas filhas, Laura e Sandra.

São Paulo, 1991.

I. JECA TATU: uma imagem



AEL/UNICAMP¹

Só ele, no meio de tanta vida, não vive..."

Muitos brasileiros tiveram sua infância povoada pelas aventuras dos personagens do sítio do Pica-pau amarelo, desenvolvidas num ambiente misto de fantasia e realidade pela imaginação de quem lhes deu vida e os animou -- Monteiro Lobato. Parte da sua notoriedade vem justamente dessa arte que o tornou um dos primeiros autores a escrever especificamente para crianças no Brasil.

1. Ilustração a partir de foto do Almanaque do Biotônico, publicado pelo Instituto Medicamenta Fontoura para o ano de 1963. ("Arquivo Edgard Leuenroth" Centro de Pesquisa e Documentação Social - IFCH-UNICAMP).

Para além do mundo dos mágicos habitantes do sítio do Pica-pau amarelo, um outro personagem, menos encantador, foi criado com precisão de detalhes pelo mesmo autor, e tornou-se conhecido na sua mais difundida versão efetivada pela Fontoura, com o nome de Jeca Tatuzinho ou, pelo seu nome mais famoso, simplesmente Jeca Tatu.

A certidão de nascimento desse personagem data de 1914, quando Monteiro Lobato publicou, n' O Estado de São Paulo, dois artigos que cumpriam, simultaneamente, os propósitos de desabafo pessoal e de crítica dos estereótipos da literatura sertaneja -- "Velha Praga" e "Urupês".² Não sem razão, a primeira descrição do Jeca Tatu, veio ao encontro de todo um conjunto de representações que fazia parte de um imaginário que vinha sendo formulado desde épocas anteriores sobre o brasileiro, juntando e materializando idéias que antes se encontravam dispersas e permitindo a elaboração e visualização de uma imagem estereotipada, que catalisou, naquele momento, opiniões que antes não encontravam endereço certo.

2. Os dois artigos, entre outros, foram publicados em livro, em 1918, com o nome de Urupês, primeira publicação em livro da Revista do Brasil, que deu início à atividade de editor de Monteiro Lobato. Sua intenção inicial era publicar Valdomiro Silveira, conforme carta a Godofredo Rangel, de 24/9/1917. A Barca de Gleyre - quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. São Paulo, 1944. p. 359.

A figura do Jeca Tatu realizou a façanha de materializar, numa imagem forte, todo um pensamento sobre o brasileiro. Havia diversas representações sobre os nacionais, elaboradas ao longo do tempo, formando um imaginário fluido e inconstante. Tal variedade foi responsável pelas reações, tanto positivas quanto negativas, à figura do Jeca Tatu no momento do seu surgimento. A imagem do nacional/brasileiro, oscilava da mais absoluta desqualificação a uma idealização romântica e condescendente. Monteiro Lobato combatia a visão edulcorada, apresentando ao público um Jeca Tatu como regra do caipira brasileiro, despido de qualquer romantismo, com uma carga negativa enorme, como sendo impermeável ao progresso e à civilização. Sua figura era a de um ser sombrio, comparada ao urupês³, fugindo à luz, se desenvolvendo nos lugares escuros da natureza, sem nada de criador, sem iniciativa, parasita da sociedade. Vejamos alguns trechos incisivos de sua caracterização.

Ela é iniciada com o estabelecimento da similaridade entre o caboclo e o parasita:

"Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, especie de homem baldio, semi-nomade, inadaptavel á civilização, mas que vive á beira dela na penumbra das

3. Grupo de fungo, conhecido como orelha-de-pau, que se desenvolve em madeira podre.

zonas fronteiriças...."4

Continua pela descrição da sua instalação no sítio, quase que como um ser animal, não produtivo, numa comparação que considera o trabalho como categoria definidora do homem:

"Chegam silenciosamente. ele e a 'sarcopta' fema, esta com um filhote no utero, outro ao peito, outro de sete anos á ourela da sala -- este já de pitinho na boca e faca á cinta. Completam o rancho um cachorro sarnento -- Brinquinho, a foice, a enxada, a picapau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo encardido, tres galinhas pévas e um galo indio. Com estes simples ingredientes, o fazedor de sapezeiros perpetua a especie e a obra de esterilização iniciada com os remotíssimos avós.

Acampam.

Em três dias uma choça, que por eufemismo chamam casa, brota da terra como um urupê. Tiram tudo do lugar, os esteios, os caibros, as ripas, os barrotes, o cipó que os liga, o barro das paredes e a palha do tétó. Tão íntima é a comunhão dessas palhoças com a terra local, que dariam ideia de coisa nascida do chão por obra espontanea da natureza -- se a natureza fosse capaz de criar coisas tão feias.

...

O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cincoenta alqueires de terra para extrair deles o com que

4. Monteiro Lobato, José Bento. "Velha Praga", in Urupês. São Paulo, 1955. p. 271.

passar fome e frio durante o ano. Calcula as sementeiras pelo máximo da sua resistência às privações. Nem mais, nem menos. 'Dando para passar fome', sem virem a morrer disso, ele, a mulher e o cachorro -- está tudo muito bem; assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada que naquele momento brinca nua no terreiro.

Quando se exhaure a terra, o agregado muda de sítio. No lugar fica a tapera e o sapezeiro. ... A terra reabsorve os frageis materiais da choça e, como nem sequer uma laranjeira ele plantou, nada mais lembra a passagem por ali do Manoel Peroba, do Chico Marimbondo, do Jéca Tatú ou outros sons ignaros, de dolorosa memória para a natureza circunvizinha."⁵

Depois de descrever inúmeros detalhes da vida do caboclo, no sentido de demonstrar a sua absoluta falta de energia⁶, Monteiro Lobato conclue:

5. Idem, p. 272, 275 e 276.

6. No mesmo período, 1903, um anarquista, Elysio de Carvalho, deixando transparecer influências do positivismo, elaborou uma representação similar à de Lobato, a respeito do proletariado brasileiro, considerando a necessidade de promover a sua educação (essa seria a tarefa revolucionária), para que ele pudesse emancipar-se e ter consciência da sua força. Refere-se ao operariado como "um ser passivo, uma multidão domesticada, sem ideal e sem rumo, sem ação, sem movimento, sem vontade, parecendo mais uma massa indefinida, heterogenea, incoerente, amorfa, caótica, do que um organismo vivo, definido, formado, consciente e superior". "O Operariado no Brasil", in A Grève. Dir. Elysio de Carvalho, Anno I, número 2, Rio de Janeiro, 15-05-1903, p. 1. Este artigo foi citado originalmente por Jacy Alves de Seixas em trabalho sobre o anarquismo, em especial no capítulo que se refere às influências do positivismo e do darwinismo social no movimento anarquista brasileiro. Anarchisme, syndicalisme revolutionnaire et participation politique au Bresil:

"O caboclo é soturno.

Não canta senão rezas lugubres.

Não dança senão o cateretê aladainhado.

Não esculpe o cabo da faca, como o cabila.

Não compõe sua canção como o felá do Egito.

No meio da natureza brasilica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a infolhescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde ha abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisiaca em escachão permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas.

Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.

Só ele, no meio de tanta vida, não vive..."⁷

Esse personagem alcançou grande divulgação desde o seu surgimento. Provocou impacto logo na sua publicação e gerou polêmica quando Rui Barbosa o refutou em sua campanha

mythe et histoire. Paris, Ecole des Hautes Studes en Sciences Sociales, thèse de doctorat, 1989.

7. Monteiro Lobato, José Bento. "Urupês", in Urupês. Op. cit. p. 291-292. A imagem do brasileiro triste em meio a uma natureza rica e resplandescente foi analisada por Abílio da Silva Guerra Neto em O Homem Primitivo: origem e conformação no universo cultural brasileiro (séculos XIX e XX). Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1990.

presidencial de 1919⁸, tendo, por fim, sua paternidade dividida com a Fontoura, quando Monteiro Lobato se engajou na campanha sanitária, escrevendo no ano de 1918 uma série de artigos em que denunciava o estado de abandono da população e elogiava a ação que a partir de Manguinhos, era levada a cabo por Osvaldo Cruz e Belisário Pena, entre

8. Na campanha presidencial de 1919, Rui Barbosa iniciou discurso; pronunciado no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, aludindo ao Jeca Tatu - "Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos *Urupês*, de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista?" -- para, em seguida, negar a caracterização e a partir dela elaborar seu discurso, abordando a chamada questão social, visando a valorização do trabalhador, do operário e a crítica das oligarquias. Perguntava se "Não seria o povo brasileiro mais do que esse espécimen do caboclo mal desasnado, que não se sabe ter de pé, nem mesmo se senta, conjunto de todos os estigmas da calaçaria e da estupidez, cujo voto se compra com um rolete de fumo, uma andaina de sarjão e uma vez d'aguardente?". E interessante no discurso de Rui Barbosa, além da sua repercussão, a idéia de abrangência da nacionalidade, entrevista no Jeca Tatu de Monteiro Lobato: "Não sei bem senhores, se, no tracejar deste quadro, teve o autor só em mente debuxar o piraquara do Paraíba e a degenerescência inata da sua raça. Mas a impressão do leitor é que, neste símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de sub-serviência e hebetamento, o gênio do artista, refletindo alguma coisa do seu meio, nos pincelou, consciente, ou inconscientemente, a síntese da concepção, que têm, da nossa nacionalidade, os homens que a exploram." Rui Barbosa, A Questão Social e Política no Brasil, Conferência pronunciada no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro, a 20 de março de 1919. Introdução de Evaristo de Moraes Filho, São Paulo/Rio de Janeiro, 1983. Quanto à repercussão da citação de *Urupês* por Rui Barbosa, há referência de Monteiro Lobato em Carta a Godofredo Rangel, nos seguintes termos: "O discurso do Ruy foi um pé de vento que deu nos *Urupês*. Não ficou um para remédio, dos 7.000! ... O livro assanhou a taba -- e agora, com o discurso do Cacique-Mór, vai subir que nem foguete." A Barca de Gleyre. Op. cit. p. 391.

outros.⁹ Foi neste momento que Monteiro Lobato se reformulou, através do enunciado -- "O Jéca não é assim; está assim" -- e reescreveu a história do Jeca Tatu, numa nova versão, "Jéca Tatú -- A ressurreição", onde passou a atribuir os males da população brasileira a uma questão de saúde, que deveria ser resolvida, antes de tudo, pelo saneamento, pela educação básica e, portanto, pela política, na medida em que qualquer ação transformadora dependeria para a sua efetivação, de uma vontade política, fosse essa vontade da elite brasileira ou do Estado. Foi desta versão que surgiu o novo Jeca Tatu, transformado no Jeca Tatuzinho, cuja história foi difundida por Cândido Fontoura. Este sim, foi o personagem que alçou vôo, distribuída a sua história aos milhares pela Fontoura, numa campanha que visava difundir, além dos seus produtos, princípios básicos de higiene.

9. "Problema Vital" reúne vários artigos publicados no Estado de São Paulo em 1918, elogiando a política sanitária e os médicos e técnicos nela envolvidos, em especial Osvaldo Cruz. Diz, textualmente: "Na Europa, ao gesto de Pasteur, uma legião de sábios verdadeiros formou fileira em torno das suas idéias. Aqui, em torno de Osvaldo, um pugilo de estudiosos se cerrou em Manguinhos, cheios do mesmo ardor apostólico. ... Osvaldo, Gaspar Viana, Chagas, Neiva, Lutz, Astrogildo, Chaves, Vilela e Belisario Pena fizeram num lustro o que a legião de chernovizantes anteriores não fez num século". Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital. São Paulo, 1951. p. 223 e seguintes. É interessante notar que a publicação de "Velha Praga" e "Urupês" em livro deu-se na mesma época em que Monteiro Lobato escreveu os artigos em pauta, reformulando seu primeiro personagem, Jeca Tatu, no Jeca Tatuzinho.

A história do Jeca Tatuzinho foi escrita em etapas, de forma bastante didática. O Jeca Tatu vivia, ao lado do seu vizinho que era próspero, e italiano, a modorrar pela vida, pobre, doente, opilado. Ao final da descrição de cada aspecto da vida do Jeca, Monteiro Lobato acrescentava o que todos pensavam a seu respeito:

"-- Que grandíssimo preguiçoso!"

"-- Além de vadio, bebado..."

"-- Que criatura imprestável! Não serve nem para tirar berne de cachorro..."

"-- Além de preguiçoso, bebado; e além de bebado, idiota, era o que todos diziam."¹⁰

Isto até o aparecimento de um doutor que descobriu que o mal que o afligia provinha de uma doença -- a anquilostomíase ou amarelão. O doutor receitou-lhe um remédio e prescreveu-lhe princípios básicos de higiene: -- "E trate de comprar um par de botinas e nunca mais ande descalço nem beba pinga, ouviu?"¹¹

A história continua. Três meses depois ninguém mais conhecia o Jeca: virou trabalhador, enfrentou onça a

10. Monteiro Lobato, José Bento. "Jéca Tatú -- a ressurreição". in Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital. Op. cit. p. 329-331.

11. Idem, p. 334.

murro, consertou a casa, arou e plantou belíssimas roças, deixando seu vizinho italiano para trás. Chegou ao cúmulo de botar calçados nos animais caseiros, "galinhas, patos, porcos, tudo de sapatinho nos pés!"¹²

Os resultados vieram. Jeca adquiriu um caminhão, consertou as estradas, aprendeu a ler (até inglês), tornou-se fazendeiro, percorrendo suas roças em cavalos árabes puro sangue. Sua fazenda ficou famosa, incorporando tecnologias as mais avançadas -- "tudo ali era por meio do radio e da eletricidade."¹³ Além disso, dedicou sua vida a "ensinar o caminho da saúde aos caipiras das redondezas"¹⁴ montando Postos de Maleita e de Anquilostomose, onde atendia os doentes.

Ao final Monteiro Lobato conclamou seus leitores, dirigindo-se às crianças em especial, a imitarem o Jeca. Um final edificante que contém uma contradição em relação ao texto, na medida em que foge à sua lógica interna: o Jeca Tatu se recupera graças à ação do medicamento que o retira do seu estado de letargia e a algumas condições presentes na sua história. Ele tornou-se um grande fazendeiro porque era proprietário, diferentemente do Jeca Tatu original, que

12. Idem, p. 337.

13. Idem, p. 338.

14. Idem, p. 339.

era um caboclo qualquer, agregado ou não, que morava em terras que não eram suas, sem a menor segurança. O conselho também se dirige a outros proprietários (ao menos em potencial), para que cuidem de seus empregados, acenando, não mais para o significado disso em termos de saúde, desmantelando a idéia inicial de que o uso do medicamento pudesse encaminhar ao sucesso, mas mostrando que, além do benefício dos trabalhadores, isso poderia ser um grande negócio para o proprietário.

"Se forem fazendeiros, procurem curar os camaradas da fazenda. Além de ser para eles um grande benefício, é para você um alto negócio. Você verá o trabalho dessa gente produzir três vezes mais."¹⁵

A observação maior vem portanto, do fato que o Jeca Tatu de 1918, diferentemente do primeiro, era proprietário: "Jéca possuía muitos alqueires de terra, mas não sabia aproveitá-la."¹⁶

Não era mais portanto o caboclo, opilado, mas o sitiante proprietário que, resolvido o problema do amarelão tornou-se produtivo, trabalhando em terras que eram suas; o grande problema tornou-se, portanto, uma questão de saúde pública, de cuidar da saúde como primeiro passo para a

15. Idem, p. 340.

16. Idem, p. 330.

resolução dos problemas do Brasil.

Monteiro Lobato, como já dissemos, reformulou-se nessa nova versão: "o Jeca não é assim; *está* assim". O Jeca Tatu ~~era~~ por natureza, "impenetrável ao progresso"; o Jeca ~~estava~~ assim porque no Brasil existiam "Dezessete milhões de opilados", "Três milhões de idiotas", "Dez milhões de impaludados".¹⁵ O Brasil era um país de doentes, doenças do corpo, doenças da alma, morais; o parasitismo que atacava o corpo existia igualmente na vida política e nada se fazia, seriamente, para restaurar a saúde do povo.

No entanto, independentemente da intenção do autor, que foi a de acentuar o Jeca Tatu trabalhador, que num processo evolutivo foi recuperado pela ciência, tornando-se, ele mesmo, a sua contra-imagem, através dos remédios e saneamento, a figura que permaneceu foi a do Jeca Tatu opilado. Esta era a imagem que ia ao encontro da realidade próxima das pessoas, correspondendo ao imaginário do que se pensava a respeito do brasileiro e atendendo aos anseios de distinção da população letrada que se via como diferenciada do Jeca Tatu descrito na história. Nesta, podiam ser identificados dois momentos: um de descrição da

15. Os três títulos fazem referência a três artigos publicados no período, pela imprensa, com os respectivos nomes e, depois reunidos a outros em livro. Problema Vital, op. cit. p. 232-239 e 247.

"realidade", outro de ficção; o Jeca Tatu saudável, trabalhador, chegava a sê-lo tanto que deixava de ser crível -- botar sapatos aos animais, utilizar rádio e telescópio para dirigir e controlar o trabalho de seus camaradas, andar em cavalo árabe puro sangue, etc... ficava por conta da ficção, não encontrando respaldo de verdade e não conseguindo se sobrepor à imagem do Jeca Tatu opilado porque, esta sim, portava um poder imagético de cristalização; por mais que fosse e justamente por ser uma caricatura ela parecia e era assimilada enquanto verdadeira. No universo da população brasileira todos já, de perto ou não, conheciam ou tinham ouvido falar da pobreza, da miséria, da preguiça, do alcoolismo... e pensavam o brasileiro, principalmente o homem do campo, enquanto portador dessas características. Isto sim parecia verdadeiro. Esta a imagem forte, que permaneceu. O Jeca Tatu recuperado -- o avesso de si mesmo -- foi a utopia, possível enquanto ficção.

II. REPRESENTAÇÕES DO NACIONAL

1. A CONSTITUIÇÃO DA NACIONALIDADE

"Por . povo, disse, seria bom entender a universalidade dos cidadãos, mas uma vez que entre os cidadãos é necessário considerar também as crianças, os obtusos, os mal viventes e as mulheres, talvez se pudesse chegar de modo razoável a uma definição de povo como parte melhor dos cidadãos, embora ele, no momento, não achasse oportuno pronunciar-se sobre quem efetivamente pertencia a tal parte."

Umberto Eco
O Nome da Rosa
1983

Há uma longa história, repleta de silêncios e omissões, importante para a compreensão das representações que fecundaram, constituíram e permaneceram no imaginário a respeito do brasileiro e do Brasil e que acabaram por cristalizar-se na figura do Jeca Tatu, ou melhor, nos seus atributos e qualidades. O século XIX, em especial na sua segunda metade, foi um momento significativo para o surgimento e constituição desse imaginário.

As representações que então se formularam a respeito da população brasileira, foram alimentadas em diversas fontes, nascendo tanto das necessidades imediatas, como de construções culturais. Simultaneamente aos problemas enfrentados pela elite proprietária em seus interesses econômicos, houve todo um processo de formação de uma sensibilidade cultural própria e do pensar a nacionalidade e a identidade do povo brasileiro. Esses dois caminhos correram paralelamente e se inter cruzaram em diversos

momentos. As pessoas que se viram as voltas com a tomada de decisões práticas e cotidianas tinham na mente os ingredientes teóricos do imaginário que então se formulava; e aquelas preocupadas com pensar e representar a nacionalidade brasileira, não desconheciam, por seu lado, que havia questões práticas a resolver.

Essa sensibilidade e esse pensar a sociedade e a cultura brasileiras se fizeram em sintonia com a era do progresso, da ciência e das artes do século XIX, manifestando-se, no caso brasileiro, principalmente através da literatura que, como bem salientou Antonio Cândido,¹ foi a atividade que mais cedo contribuiu para o conhecimento do Brasil e de seu povo, ainda que de forma altamente intuitiva.

O século XIX brasileiro teve como tônica a(s) tentativa(s) de construção e visualização da nação. Construção que precisava ir além da questão material, ligada ao progresso da produção e ao crescimento econômico, mas que esbarrava na sua própria constituição, no conhecimento da história do país e de seu povo (impossível pensar uma nação com identidade própria sem pensar nas origens e no povo que a forma, enfim, na sua história, nos seus mitos e nas suas

1. Cândido, Antonio. Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária. 3a. edição, São Paulo, 1973.

origens), seja para confirmá-la, seja para negá-la ou repensá-la dentro de novos pressupostos. Além do confronto inicial, de uma elite que se via sem trabalhadores, para proceder à substituição do escravo, essa mesma elite, ao pensar seu país, o via também sem povo. Um país cujo "povo" não se oferecia à visibilidade, ao menos na acepção de um conjunto de pessoas com um "espírito" comum, com características próprias, com algo que lhes desse o reconhecimento do ser brasileiro.

E a maior parte da população, ou seja, aqueles que pudessem portar esse ser brasileiro, não aparecia ao final do século XIX como quem pudesse conferir orgulho e identidade -- procurou-se, portanto, um povo para o Brasil, um país cuja elite, ao se distinguir e se distanciar, se considerava sem povo. "Le Brésil n'a pas de peuple"², foi a frase cunhada por Louis Couty, que encontrou ampla repercussão, tornando-se em certo sentido, senso comum no Brasil do final do século XIX. Um Brasil que foi, na maior parte das vezes, descrito por viajantes estrangeiros impregnados do etnocentrismo europeu e procurando o exótico nos mundos tropicais das antigas colônias.³ Em contato com

2. Couty, Louis. L'Esclavage au Brésil. Paris, 1881. p. 87.

3. Com relação a este aspecto é importante o artigo de Robert W. Slenes, em que o autor faz uma análise crítica de relatos efetuados por viajantes estrangeiros e pela elite brasileira, argumentando o fato de que esse "olhar branco" observador dos negros não era digno de confiança:

as elites locais, viram os grupos subalternos de fora, imersos nas sombras da pobreza e da miséria, esmagados pelo peso do trabalho escravo, feios, incapazes de constituir o povo de uma nação. Esse olhar estranho, estrangeiro, dirigido do alto, compartilhado por parcelas das elites do país, contribuiu para deprimir a população simples e pobre do país, a ponto de anulá-la, fazendo tábula rasa da sua existência.

O Brasil foi visto, portanto, como um país despossuído de povo, ao qual faltava identidade para constituir e formar uma nação moderna. Tinha uma população mestiça, sem características próprias, que fossem definidas e homogêneas -- não possuía face, não possuía identidade. De um lado, um caudatário de povos e raças diferentes que não formava um corpo social; de outro, uma elite que não se identificava com as tradições de seu povo, distinguindo-se, e não o reconhecendo enquanto tal.

Contradições e ambiguidades fizeram parte das discussões que se efetivaram a respeito dessa questão que angustia os espíritos na época. Não se apresentava como

"o racismo, os preconceitos culturais e a ideologia do trabalho do período predispunham os viajantes estrangeiros e brasileiros a verem os escravos como desregrados". "Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da família escrava no século XIX". Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16, São Paulo, 1988. pp. 189-203.

tarefa fácil procurar uma identidade formadora do brasileiro em meio a uma população heterogênea.⁴ Dificil determinar qual a parcela da população que, em diferenciados momentos, poderia ou deveria ser abarcada no conceito de povo, num esforço para a escolha e identificação daqueles que tinham direito a uma existência civil e daqueles a quem isso não era possível -- a cidadania para alguns tendo como contrapartida a exclusão de outros. A epígrafe, tomada de empréstimo a um personagem de Umberto Eco, faz alusão a essas dificuldades e considera as crianças, os obtusos, os mal viventes e as mulheres como problemas, entre outros, para uma definição de povo. No Brasil do século XIX, além deles, podemos incorporar ao raciocínio, os negros, os libertos, os mestiços; esbarrando, é claro, no próprio

4. A idéia da presença do heterogêneo nas origens de todos os povos fez parte do pensamento darwinista social do século XIX, em especial Gumpowicz, como condição para, através da evolução, alcançar o homogêneo, formando uma sociedade com características estáveis e uniformes, base de formação da nacionalidade. Para um aprofundamento do pensamento positivista e darwinista social no Brasil, ver José Leonardo do Nascimento. Culture et Politique: positivisme et darwinisme social, généalogie d'une sensibilité brésilienne (1870-1930). Université de Paris-Nanterre, Thèse de Doctorat. 1989. Ver, também, no mesmo sentido, Hannah Arendt, que apontou para o final do século XIX e início do XX, o fato da população homogênea ser pré-requisito para a existência e evolução do Estado-nação, em meio às raízes raciais e ao racismo que estiveram presentes no anti-semitismo europeu e na deflagração da Segunda Grande Guerra. O Sistema Totalitário. Trad. Roberto Raposo, Rev. Manuel J. Palmeirim. Lisboa, 1978. Em especial, cap. II, pp. 55-102.

conceito de mal-viventes, ampliado e explicitado para um caso a que, para além da pobreza, somavam-se as discriminações de carácter racial, indelevelmente marcadas pela cor.

A dubiedade da noção de povo e do seu uso, principalmente em termos políticos, permitia abarcar e recusar, simultaneamente, parcelas consideráveis da população adquirindo uma função que, via de regra, era usada de forma excludente, servindo para não explicitar aqueles a quem excluía. A quem chamar povo? Todos, alguns...? Depende de quem fala, a respeito de quem e a quem se dirige a fala.

Havia, portanto, uma tensão entre o que se via enquanto "realidade" e o que, teoricamente, se esperava encontrar. Tensão esta apontada como "espaço aberto à prática política da classe dominante", como assinalou M. Stella Bresciani, mostrando que, tanto "na defesa da posição do exercício do poder, quanto na crítica à ordem vigente, o discurso constitutivo da atividade política se desenvolve no esforço de se apropriar do real e de formular sobre essa apropriação uma proposta que o aproxime de sua idealização fundadora."⁵ Esse movimento de apreensão foi realizado no

5. Bresciani, Maria Stella Martins. Liberalismo: Ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910). Tese doutoramento. São Paulo, USP, 1976. pp. 395-396.

Brasil, tanto pelos liberais como pelos positivistas no período a que nos referimos, numa tentativa constante de adequação entre o que se tinha como ideal perseguido em termos de organização da sociedade, que era visto como descompassado em relação ao que se percebia como "realidade".

Num movimento, voltado para um desvendamento e conhecimento do real, as décadas que marcaram a passagem do século XIX para o XX inauguraram um novo olhar sobre a sociedade brasileira. Um olhar que procurou desvendar, entender, formular teorias a respeito do brasileiro e do que seria o "espírito brasileiro": uma busca da sua história. Esse novo olhar contribuiu para (re)colocar o nacional no circuito do debate. Identidade, nacionalidade, civilização e progresso, tornaram-se palavras-chaves para o entendimento e para a procura de soluções.

De uma idéia de progresso necessário e inevitável, pautado pelos modelos europeu e americano, que pareciam inatingíveis, formaram-se teorias pessimistas e fatalistas a respeito do povo brasileiro e de sua história. A adoção de análises deterministas e evolucionistas (positivismo, darwinismo social),⁶ fosse esse determinismo pautado pela

6. Vamireh Chacon apontou a grande influência do pensamento de Spencer e do darwinismo social no Brasil, o que seguramente contribuiu para a visão fatalista da sua

ação do tempo (da história e da cultura), ou por fatores étnicos e climáticos (meio social e meio físico), ou ambos, permitiu a elaboração da idéia de atraso para o Brasil e, ao mesmo tempo, um fatalismo com relação a esse atraso -- a indicação de uma impossibilidade de desenvolvimento em direção ao progresso, muito embora essa fosse a única via possível do ponto de vista teórico. José Guilherme Merquior assinalou o fato de que os autores que escreveram no período, imersos no determinismo etnográfico, acreditavam na evolução e no progresso, mas não acreditavam no Brasil⁷, não no Brasil tal qual eles o conheciam. O progresso parecia desabar, de forma avassaladora, sobre os povos atrasados, de forma que estes sucumbiriam, por não terem o tempo necessário para adaptar-se à sua marcha. Daí o fatalismo, frente a algo que não poderia ser evitado e o pessimismo com relação às possibilidades do Brasil frente ao progresso da

história frente à evolução do mundo ocidental em direção ao progresso. História das idéias sociológicas no Brasil. São Paulo, 1977. Considerando a influência apontada é interessante notar, no estudo de Léon Poliakov, a referência a que as fórmulas sintetizadoras da sobrevivência do mais apto tenham sido enunciadas por Spencer: "Contrariamente ao que se pensa, as famosas fórmulas *the survival of the fittest* e *struggle for existence* devem-se não a Darwin, mas a Herbert Spencer." O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo, 1974. p. 282.

7. Merquior, José Guilherme. "Gilberto e depois" in Crítica - 1964/1969 - Ensaio sobre Arte e Literatura. Rio de Janeiro, 1990. p. 343-356.

humanidade.

As abordagens que influenciaram e indicaram caminhos para os intelectuais que pensaram a sociedade brasileira na época, bem como para aqueles que tinham nas mãos as decisões políticas, estavam carregadas de ambiguidades e contradições decorrentes das dificuldades de análise das sociedades em termos da sua história e evolução. O século XVIII iluminista, ao tratar das diferenças existentes entre as diversas regiões e culturas, tinha-as atribuído, primordialmente, a fatores culturais (meio social) e/ou a interferências climáticas (meio físico), ou seja, a fatores exteriores ao homem natural e próprias à humanidade, ou seja, ao homem que vive em sociedade. Essa perspectiva, no entanto, havia se modificado, em grande medida, no século XIX, em favor da valorização étnica como principal fator de diferenciação entre os povos, mesmo que levemos em consideração que o abandono da interferência dos fatores relativos ao meio não tenha sido total. Houve, portanto, uma mudança de enfoque, mas uma mudança que não se fez sem dificuldades, e que estabeleceu um emaranhado de idéias a respeito das raças e da sua influência no grau de civilização dos povos, com espaços relativos para outras influências, mas permanecendo, um peso maior, via de regra, centrado nas diferenças de caráter étnico, verificando-se um uso frequente dessas idéias no domínio da política.

Nessa perspectiva, as idéias de progresso e evolução estiveram frequentemente próximas, como categorias explicativas do desenvolvimento das sociedades, tomando-se o progresso como resultado da evolução natural do mundo e das sociedades em particular. O objetivo era explicar os diferentes graus de desenvolvimento dos povos e justificar a superioridade de alguns frente aos demais. Sociedades adiantadas e povos atrasados -- civilização e barbárie. A humanidade caminhava de forma inelutável em direção ao progresso e o Brasil, ou grande parcela dos brasileiros, era visto como não tendo condições de caminhar ao seu lado.

No âmbito geral da sua história, face aos demais povos, o Brasil se aproximava da barbárie. No âmbito interno, a dicotomia aparecia sob outras diversas formas -- havia uma elite ilustrada, "civilizada" (ao menos parcialmente), contraposta a uma população pobre, ignorante, "bárbara". Onde se procurou a homogeneidade, encontrou-se a heterogeneidade, a qual transparecia no Brasil da virada do século, de forma crescente, sendo reconhecida na oposição entre cidade e campo, como sinônimos, respectivamente, de civilização e barbárie. A maior parte do Brasil estava identificada ao campo e ao atraso e somente uma minoria vivia nos centros urbanos, e, ainda assim, apenas uma parcela dessa minoria poderia ser identificada com a luz e o progresso, como gente capaz de caminhar ao lado do mundo, de

ser cidadão do mundo, transpondo as fronteiras da barbárie e da miséria humana.

Esse era pois, um momento crucial para a discussão do conceito povo, na medida em que ele se encontrava na raiz da formação da nacionalidade e aparecia como componente necessário para a consecução do progresso moral e material do país frente às demais nações, ou melhor, da própria nação. Reconhecia-se no Brasil, a existência do Estado e não da Nação. Esta só poderia existir, por exemplo, para Silvio Romero e Euclides da Cunha, em sintonia com seu tempo, a partir do momento em que se conseguisse, partindo da heterogeneidade, características étnicas uniformes, ou seja, características que conferissem identidade ao brasileiro e permitissem o seu reconhecimento enquanto tal.

Esse tipo de preocupação abriu um espaço crescente para o brasileiro, ou o nacional, numa procura de "re-descoberta" do Brasil. Ainda no século XIX, a literatura romântica, num primeiro momento, havia elaborado uma visão idealista da origem do povo brasileiro, identificada a uma perspectiva idílica do indígena, que um pouco mais tarde, foi sendo substituída por uma nova postura, pautada por um engajamento social crítico, que promoveu uma desmistificação dessa visão romântica, almejando conhecer e mostrar uma nova

"realidade" do Brasil e do povo brasileiro.⁸ A busca da nacionalidade e das raízes que haviam motivado o enaltecimento do indígena pela literatura romântica cedeu espaço à busca do conhecimento da "realidade", num movimento que, de resto, acompanhou as grandes matrizes da literatura universal.

Existiu uma mudança de enfoque, mas permaneceu a procura da identidade, assim como a angústia da busca dos caminhos que pudessem levar à civilização e ao progresso. Busca marcada por uma tensão permanente entre o particular e o universal, entre o real e o imaginário -- a modernidade estava posta fora do Brasil, a população nacional aparecia como o oposto daquilo que se pensava que ela deveria ser -- encontrava-se um negativo daquilo que se procurava. Qualquer qualidade que essa população tivesse era insuficiente diante da carga de negatividade que ela portava, para alguns, enquanto que, para outros, essa ausência de qualidades ou a existência de qualidades negativas era motivo de denúncia do

8. A postura engajada do intelectual brasileiro da segunda metade do século XIX e início deste foi apontada por Antonio Cândido e retomada por Nicolau Sevcenko, utilizando ambos a idéia de *literatura como missão*, que aparece na Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos), 2º vol. (1836-1880). 3a. ed. São Paulo, 1969, em especial no Capítulo I, onde Antonio Cândido, realçou a idéia de missão, para os românticos, como condição do ser artista. E título do trabalho de Nicolau Sevcenko, Literatura como Missão - tensões sociais e criação cultural na primeira república. 2a. ed. São Paulo, 1985.

abandono e das injustiças a que esteve submetida a população brasileira.

Dessas investigações despontou a fatalidade e um pessimismo mesclado de esperança. A dominância do meio e da natureza, num país onde a técnica e o conhecimento e, portanto, o progresso ainda não haviam avançado possibilitou a visão de uma fraqueza do homem frente à hostilidade do meio, fraqueza esta acentuada pela aceitação, também, da sua inferioridade étnica (natural) e cultural. O progresso aparecia como força inelutável, avassaladora, que pesava como uma sentença sobre os povos atrasados e que, ao mesmo tempo, constituía também a única saída possível, sob qualquer ponto de vista. Restava, em aberto, procurar e apontar os caminhos que permitissem alcançá-lo.

A tônica dominante foi a do pessimismo, que se acentuava à medida em que se considerassem os fatores naturais como determinantes e esmaecia quando o peso maior era atribuído aos fatores histórico-sociais. Aqui a determinação poderia ser alterada, na medida em que não estava posta pela natureza. A sociedade poderia ser transformada. Na primeira hipótese, o progresso condenaria aqueles que não pudessem acompanhá-lo (os fracos); na segunda, a ação do homem produziria uma elevação de toda a sociedade rumo ao progresso. Instigante e fundamental, no

entanto, é notar que foi da vertente fatalista que surgiu o estereótipo do brasileiro "sorna", inadaptado e inadaptável.

A tônica da interpretação da história se fez pela dicotomia civilização/barbárie, opondo atraso e progresso. No caso brasileiro, a questão se colocava em termos de busca dos fatores que geravam o atraso e da avaliação das possibilidades para se alcançar o progresso. Simultaneamente esperança e desesperança. De um lado pelo que se encontrava, de outro pelo que poderia vir a ser. Uma negação do presente, qualquer que fosse a origem causadora de seus males, e a proposta da modernidade possível, projetada no futuro e vista fora do Brasil.

2. A IMPOSIÇÃO DE UM TEMA: O PROGRESSO

E DE UM PERSONAGEM PROBLEMATICO: O NACIONAL

"Quando Deus criou o mundo disse ao mundo: -- Caminha: quando Deus criou o homem, disse ao homem: -- Trabalha.

A missão do homem é trabalhar; a missão do mundo é progredir -- sempre e indefinidamente."

André Rebouças
Agricultura Nacional
1883

Houve, na segunda metade do século XIX, um movimento não linear, que percorreu caminhos tortuosos na busca de uma identidade para o brasileiro e, mais que isso, uma identidade que pudesse ser pensada em função do progresso e da possibilidade da formação de uma sociedade do trabalho no Brasil.

A desqualificação do homem livre pobre brasileiro -- branco ou não -- remonta às origens mesmas da história do Brasil. No período colonial ela consistiu numa base de legitimação e justificativa da permanência da escravidão⁹, uma vez que o escravo foi escolhido e eleito como o elemento de trabalho por excelência, permanecendo a população livre

9. Essa questão foi abordada por Laura de Mello e Souza, em especial na conclusão de seu livro Os Desclassificados do Ouro - A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro, 1982. A autora procura mostrar o quanto essa camada da população (a dos desclassificados) servia e desservia, simultaneamente, à ordem estabelecida no decorrer do período estudado, mostrando a importância política da manutenção da grande parcela de marginalizados que se formou no Brasil ao longo do período colonial.

despossuída marginalizada na sociedade que aqui se criou e desenvolveu ao longo de três séculos de colonização.¹⁰ A partir do momento em que, no século XIX, tornou-se efetiva a transição do trabalho escravo para o livre, tal desqualificação passou a servir para justificar a adoção de uma política voltada para a importação de braços europeus (ao menos no estado de São Paulo), buscando-se as formas adequadas para a criação e manutenção de um mercado de trabalho livre, do qual grandes parcelas da população brasileira, acrescida dos ex-escravos, permaneceram marginalizadas. O reverso da formação de um mercado de trabalho, composto em boa parte por imigrantes, foi justamente o crescimento¹¹ e a permanência dessa camada de

10. Tornou-se clássica a abordagem realizada por Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre a população livre em meio a uma sociedade dominada pelo trabalho escravo, citado na introdução, Homens Livres na Ordem Escravocrata, São Paulo, 1969.

11. Sobre o crescimento demográfico da população livre no estado de São Paulo no século XIX ver: Peter L. Eisenberg, O Homem Esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX - sugestões para uma pesquisa. São Paulo, 1977/78, Anais do Museu Paulista, Tomo XXCIII, p. 158 e seguintes e José Francisco de Camargo, Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo, 1981, p. 53 e seguintes. Eisenberg pondera que, no entanto, "vários fatores condicionavam o aproveitamento dos trabalhadores nacionais durante a escravidão. Tampouco parece viável insistir que as relações de produção escravistas monopolizavam as relações de trabalho antes da década de 1880. Desde a colônia, o elemento livre tem tido um papel na economia do país, e em vista de seu crescimento demográfico, dá para desconfiar que tal papel era cada vez maior." (p. 169). Com dados para os anos de 1822, 1836, 1854, 1874 e 1886, o autor mostra que a população livre na província,

brasileiros, os nacionais, na sua maior parte vistos como desqualificados para esse mercado, marginalizados que foram desde sempre, apesar da participação efetiva, embora quase nunca conhecida e reconhecida, em certos setores da economia. Inicialmente os pressupostos para a sua desqualificação foram buscados na herança escravista que não teria permitido a inserção da população livre, além de desqualificar o trabalho e, principalmente o trabalho manual como atividade inerente ao escravo.¹² No entanto, a partir do final da década de 1870, aproximadamente, para defender a política imigrantista, buscou-se, além destas, razões raciais para justificar o fato de não se tomarem medidas que favorecessem a população livre pobre.¹³

tanto na zona norte (incluindo o Vale do Paraíba) quanto na zona central (incluindo o oeste velho) era em média três vezes superior à população escrava, o que vem confirmar seu questionamento.

11. Lúcio Kowarick analisou a questão da marginalização da população nacional em decorrência de "estar o sistema produtivo estruturado no escravo". Vê o sistema como "duplamente excludente, pois a um só tempo cria a senzala e gera um crescente número de livres e libertos que se transformam nos párias da sociedade...". (p. 16, 71). Escravos, Párias e Proletários - uma contribuição para o estudo da formação do capitalismo no Brasil. Tese de Livre Docência, USP/São Paulo, 1981. Publicado em livro como Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo, 1987. (O texto consultado foi o original. Para essa questão, ver, em especial, a primeira parte).

13. Os componentes raciais que estiveram presentes na formulação da política imigrantista na província de São Paulo, foram estudados por Célia Maria Marinho de Azevedo, Onda Negra, Medo Branco - O negro no imaginário das elites - século XIX, Rio de Janeiro, 1987. Outros

A questão do trabalho foi então colocada em pauta enquanto elemento de progresso no Brasil, no momento em que se encaminhava a transição de uma sociedade baseada no trabalho escravo para o trabalho livre, trazendo à tona a temática e as discussões ligadas à forma adequada para a promoção dessa transição e impondo, de certa forma, aos contemporâneos, o pensar sobre a realidade brasileira e a população nacional livre e pobre, virtualmente disponível.

O texto a seguir, colocou de forma bastante pertinente algumas das questões percebidas como sérias pela elite proprietária paulista com relação à problemática da mão-de-obra, quando indagada acerca dos principais problemas que afetavam a lavoura na ocasião em que se reuniu, no Rio de Janeiro, o Congresso Agrícola de 1878, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, na figura do então Ministro, Cansansão de Sinimbu. O texto foi enviado por um obscuro proprietário e é interessante por refletir a posição de muitos entre eles. Alude à percepção da existência de uma população nacional que poderia ser aproveitada em lugar de, ou paralelamente, à introdução de imigrantes; qualifica essa

trabalhos têm focalizado a questão do preconceito no século XIX, em especial no período pré e pós abolicionista, com relação à figura do negro: Lília Moritz Schwarcz, Retrato em Branco e Negro - Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX, São Paulo, 1987; Cleber da Silva Maciel, Discriminações raciais - negros em Campinas, 1888-1921, Campinas, 1987.

população nacional como vadia, manifestando uma visão que era disseminada na época; e, no mesmo sentido, coloca a necessidade da educação e, eventualmente, da repressão, como forma de encaminhar ao mundo do trabalho a maioria dos brasileiros livres pobres que, de acordo com a imagem que deles faziam as elites, não o fariam por vontade própria.

A decadência deste principal ramo de riqueza do nosso paiz (a grande lavoura), Exm. Sr., creio que tem partido em primeiro logar da falta de amor ao trabalho que se nota e sempre se tem presenciado infelizmente, sobretudo na classe do povo baixo, mais ainda do que da falta de braços, pois existem espalhados em todo o imperio muitos milhares de homens vagabundos e vadios, que, si estivessem bem disciplinados não se faria tanto sentir a falta dos escravos, que se devem considerar como um cancro roedor que arruina tanto a riqueza particular como a publica.

(...)

Existe também, Exm. Sr., um outro motivo de não menos gravidade, o qual consiste na falta de correccão e policia que moralise e sujeite ao trabalho a classe jornaleira, attento o abominavel costume, em que desde longa data estão postos, de passarem o tempo na ociosidade, e uma grande parte delles ha que andam de casa em casa, passando uma vida não simplesmente esteril, isto é, só para comer, mas prejudicial á sociedade; perpetrando attentados de diversos modos e interrompendo a ordem publica. Apenas uma diminuta parte delles se applica a algum serviço, trabalha um ou dous dias, por semana, quando muito."14

14. Congresso Agrícola. Collecção de Documentos. Rio de

O progresso e a civilização pautada pelo progresso foram idéias que circularam pela sociedade no Brasil e no mundo, tendo-se tornado o trabalho condição para a sua realização e chave-mestra de toda a organização da sociedade. O Brasil, visto e analisado pelas suas elites ou por estrangeiros que aqui estiveram, foi interpretado como um lugar onde o potencial de trabalho e o consequente aproveitamento dos recursos naturais se mantinha à margem do processo produtivo, entravando o desenvolvimento material da sociedade e, portanto, dificultando a marcha para o progresso e a civilização. Os recursos naturais eram mal aproveitados justamente porque necessitavam do trabalho para sua exploração e o trabalho mantinha-se marginalizado pela incapacidade, ociosidade e insubordinação do homem livre pobre nascido no Brasil -- o brasileiro.¹⁵

O processo de substituição que então se desenvolveu, levou a mudanças efetivas na paisagem humana do Estado de São Paulo. Decisões políticas impulsionaram e foram impulsionadas por tais mudanças. Caminhos foram escolhidos e definidos, como parte de um imaginário que

Janeiro, 1878. Resposta ao questionário do programa pelo Sr. Manoel Furtado da Silva Leite. p. 47.

15. Essa questão é tratada por Izabel A. Marson em "Trabalho Livre e Progresso" in Revista Brasileira de História, n. 7, São Paulo, 1984, pp. 81-93. Também, da mesma autora, O Império do Progresso -- A Revolução Praieira em Pernambuco (1842/1855), São Paulo, 1987.

estava se constituindo sobre o Brasil e os brasileiros e que era frequentemente reformulado, em meio a ambiguidades e contradições.

Preconceitos de diversas ordens estiveram presentes e foram significativos para a definição de uma política voltada para a imigração como o caminho a ser privilegiado -- uma conjunção ditada pela necessidade brasileira de mão-de-obra e a disponibilidade européia para emigração. Surgiu como resultado de um processo de escolhas que circularam em torno da idéia central da formação de um mercado de trabalho, atendendo, no entanto, além deste, a outros requisitos básicos: preservar a estrutura de poder da classe dominante, corresponder ao ideário de progresso e civilização que estava na mente de seus defensores e que só poderia ser materializado pelo branco europeu superior, e não pelos brasileiros. Neste período deu-se uma alteração importante na visão que se tinha dos brasileiros em geral (brancos e mestiços pobres, libertos), que passaram a carregar além da herança da escravidão, os preconceitos com relação à sua cor e raça. A desqualificação do brasileiro pobre serviu, portanto, para a valorização do imigrante e para a justificação de uma determinada política de imigração impregnada de preconceitos, definida ou resultante de uma tensão permanente, provocada não só pelo processo que levou à escolha do branco europeu, mas também pela preocupação de

como controlar e submeter a um trabalho árduo, contínuo e disciplinado, amplas parcelas da população, fosse ela imigrante, nacional, branca, mestiça ou negra.

Em 1850, com a abolição do tráfico, cortava-se, pela primeira vez, o abastecimento externo de mão-de-obra, abrindo-se o debate em torno das possibilidades viáveis para a substituição do trabalho escravo e buscando-se as estratégias para a sua realização. Nesse momento é que emergiram os primeiros elementos do imaginário característico do século XIX a respeito do nacional.

Havia urgência dos trabalhadores necessários para a promoção do progresso, este tomado basicamente como crescimento e desenvolvimento da base material da sociedade e, secundariamente, ao menos do ponto de vista imediato, como tendo um caráter mais geral, visando melhores condições para a sociedade como um todo, ou tomando o desenvolvimento da sociedade como consequência lógica do progresso material. André Rebouças, que pode ser tomado como um dos representantes do pensamento reformista do período, assim o definiu:

"E nós, definimos com os mestres da Sciencia Economica -- Progresso --:

-- O accrescimo da prosperidade particular e, consequentemente, da prosperidade nacional e universal:

-- O desenvolvimento da força productiva individual e social;

-- A extensão do dominio do homem sobre a natureza;

Ou então:

...

-- A terra mais bem cultivada e mais productiva;

-- O capital sempre crescente;

-- A industria sempre prospera;

-- A posse natural, legitima e perfeitamente garantida para cada pessoa, individual ou collectiva, dos instrumentos da sua industria e dos resultados do seu trabalho;

...

... o progresso póde ser resumido nesta fórmula:

-- A transformação da actual lavoura escravagista, esterilizadora e rotineira em *industria agricola livre, fertilizadora e progressista.*¹⁶

A idéia de progresso passava, portanto, do ponto de vista do trabalho, para os contemporâneos, pela superação definitiva da escravidão. Por seu lado, a superação da escravidão implicava a substituição completa do trabalhador. O escravo, da forma como era visto e na situação em que se

16. Rebouças, André. Agricultura Nacional: Estudos Econômicos, Propaganda abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883. Recife, 1988. p. 14. Fac-símile da 1a. edição de 1883.

encontrava, não correspondia ao ideal do trabalhador livre e não tinha condições para preencher o espaço que viria a se abrir com a abolição -- faltavam-lhe requisitos básicos: mentalidade e preparo para o exercício do trabalho livre e da cidadania.

Um outro problema estava subjacente ao debate sobre a idéia de progresso que levou à definição do elemento europeu como o trabalhador apto à sua promoção. Com a iminência do final da escravidão, era preciso (re)criar a idéia de trabalho no país, desvinculando-o da pessoa do escravo. Era preciso formar uma sociedade voltada para o trabalho posto enquanto qualidade ou necessidade inerente ao homem -- a dignidade sendo conferida pelo trabalho e, mais que isso, a idéia de que o trabalho fosse visto como meio de ascensão econômica e social. O ócio apareceria como atributo das classes abastadas (os que viviam de rendas) e que tinham o direito; reconhecido socialmente, de abster-se do trabalho ou de trabalhar menos, ou seja, aqueles que não precisavam ganhar a vida com o suor do seu corpo. Para os subalternos, ao contrário, o ócio era visto como vadiagem, como preguiça, como defeito.¹⁷

17. Machado de Assis abordou essa questão em alguns de seus romances. Finalizou Memórias Póstumas de Brás Cubas, com o reconhecimento do personagem a respeito de tudo aquilo que não fez ou não foi, com um porém: "Verdade é que, ao lado dessas faltas, coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto.". São Paulo, s/d p. 281.

Quando se procurou dar sentido positivo ao trabalho dentro da sociedade brasileira, identificando-se progresso com crescimento econômico e precisando-se realizar opções no tocante à mão-de-obra, a população pobre, nacional ou não, passou a ser percebida como se estivesse se avolumando, tornando-se um problema visível, palpável. Parecia que o número de vadios, de indivíduos sem eira nem beira, incapazes de contribuir para o desenvolvimento rumo ao progresso e à modernidade, crescia assustadoramente.

Em 1872, o Chefe de Polícia da Província de São Paulo, fez o seguinte relato, alarmado com os problemas criados por esta categoria:

"Entre nós não há proletários; há porém, uma classe mais perigosa, a qual dia por dia tem notável aumento: é a dos vadios."¹⁸

E esta questão foi recorrente durante todo o período. Várias décadas mais tarde, outro discurso se encarregaria de mostrar a continuidade da preocupação com aqueles que não dedicavam ao trabalho a maior parcela de sua existência. J. Papaterra Limongi escreveu, no Jornal do Comércio, no Rio, o seguinte:

"As estatísticas accusam cifras

18. Relatório do Chefe de Polícia, Sebastião José Pereira, 15/01/1872.

humilhantes de desocupados, de vadios, de oscillantes, gente sem profissão, sem iniciativa, sem meios de vida, sem recursos."¹⁹

Não parecia tarefa fácil, portanto, constituir um mercado de trabalho operoso e disciplinado. Esse problema não se colocava somente na província de São Paulo, mas era também discutido em outras regiões. Izabel Marson, ao tratar da questão da substituição do trabalho escravo pelo livre na região açucareira pernambucana, mostrou que o processo, da forma como foi encaminhado, visava, primordialmente, "modelar o cidadão, o trabalhador disciplinado e membro de uma 'sociedade fraternal', modelo de 'progresso moral'."²⁰ Segundo a autora, as estratégias que se criaram ao longo do século (principalmente após a independência), "recuperaram, divulgaram e impuseram a imagem do trabalho como propriedade a ser negociada livremente no mercado, como operosidade engrandecedora do homem e meio para atingir a propriedade e a ascensão social. Nas suas aparências se cristalizou o progresso, confundido com o aumento da produção agrícola e das exportações, com a modernização técnica e com o trabalho

19. Limongi, J. Papaterre. "O Trabalho Agrícola no Brasil". Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 07/10/1917. in Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. Anno VI, n. 24. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. p. 458.

20. Marson, Izabel A. "Trabalho Livre e Progresso". in Revista Brasileira de História, n. 7, Op. cit. p. 82. (ênfase do autor).

livre operoso e disciplinado."²¹

Era preciso, pois, promover a criação ou a recuperação da idéia de trabalho; torná-la convincente e encontrar os elementos adequados para a formação de um mercado de trabalho e os meios para torná-lo disciplinado. Uma sociedade do e para o trabalho que seria formada, se necessário, com trabalhadores estrangeiros. A transição deveria ocorrer sem que se fizessem alterações na estrutura fundiária e na produção. Um processo de modernização que não alterasse a correlação de forças -- a elite proprietária permaneceria intocada -- ela e suas propriedades.²²

A resposta a estas questões, no entanto, não surgiu pronta. Ela foi resultado de todo um processo, bastante complexo e que oscilou nos caminhos e direções a tomar, até a sua escolha final, dirigida ao imigrante

21. Idem, p. 83.

22. Considera-se aqui, que a grande propriedade no Brasil contou, sempre, com a mediação do Estado para sua sobrevivência e manutenção. M. Nazareth Baudel Wanderley em O Camponês - Um trabalhador para o capital (versão preliminar para discussão) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 1982. pondera que "o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira realizou-se tendo como base principal a grande propriedade, que assumiu historicamente um papel preponderante, graças à mediação explícita e contundente do Estado. Este a gerou e a reproduz econômica e politicamente, através de mecanismos específicos, desde a doação das terras em sesmarias, no período colonial, até os incentivos fiscais e financeiros da política atual." p. 50.

européu. Era certa a proximidade da abolição: havia um movimento em marcha que contava com adesão crescente nos diversos setores da sociedade e um clima de insegurança, real ou imaginário, a partir da divulgação de revoltas de escravos que passaram a se instalar no próprio âmbito da produção,²³ o que criou um clima alarmante, que contribuiu, gradativamente, para privilegiar o imigrante europeu como o substituto ideal do escravo. Os libertos e a população livre pobre, principalmente mestiça, eram vistos com desconfiança, inspiravam temor.

Esta escolha, no entanto, não era tranquila, como pode parecer à primeira vista. As primeiras experiências que haviam sido realizadas com imigrantes, no sistema de parceria,²⁴ também não haviam sido satisfatórias, o que

23. A respeito das movimentações de escravos na província de São Paulo e do clima estabelecido por tais acontecimentos no período que antecedeu a abolição, ver Célia Maria M. de Azevedo, Onda Negra, Medo Branco, Op. cit. em especial Capítulos II e III. Também, M. Stella Martins Bresciani, Liberalismo: Ideologia e Controle Social, Op. cit. p. 309, e Clovis Moura, Rebeliões da Senzala - Quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo, 1981.

24. Vários estudos fazem referência à experiência do Senador Vergueiro em Ibicaba e ao sistema de parceria em geral. Entre eles:
Costa, Emilia Viotti da - Da Senzala à Colônia. São Paulo, 1966;
Dean, Warren - Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820/1920. Rio de Janeiro, 1977;
Hall, Michael M. - The origins of the mass immigration in Brazil. Tese de doutoramento, Columbia University, 1969;
Sallum Jr., Brasílio - Capitalismo e Cafeicultura: Oeste paulista, 1888/1930. São Paulo, 1962;

significa que a opção imigrantista não era óbvia e também comportava problemas.

Além das Assembléias Legislativas, um espaço privilegiado para a discussão dessas questões foi o já citado Congresso Agrícola reunido em 1878, onde se solicitou aos proprietários responder a um questionário apontando os principais problemas pelos quais passava a agricultura naquele momento e apresentando propostas que constituíssem contribuições para a sua solução, principalmente no que dizia respeito aos "braços" necessários para enfrentar a crise de mão-de-obra. O Congresso foi um espaço aberto para que os proprietários dessem sugestões de como deveria efetivar-se a transição da escravidão para o trabalho livre e qual a sua opinião quanto à possibilidade do aproveitamento dos libertos no mercado de trabalho. Foram cinco as principais reivindicações dos presentes e representados ao Congresso: crédito agrícola a juros baixos e prazos dilatados; braços, ou seja, mão-de-obra barata e operosa com que substituir os escravos; legislação, uma boa lei de locação de serviços que induzisse e/ou obrigasse a população livre ao trabalho; educação para o trabalho, através da criação de escolas agrícolas e transporte ou

Witter, José Sebastião. "Um estabelecimento agrícola da província de São Paulo nos meados do século XIX", in Revista de História, nº 98. São Paulo, 1974.

seja, melhoria do sistema viário, que permitisse um melhor escoamento da produção.²⁵

Neste momento de indefinição, houve espaço para a colocação de diversas propostas, desde a defesa da introdução de coolies (chins) para o trabalho agrícola como medida provisória, até a incondicional defesa do europeu, preferencialmente do norte da Europa, como única solução que atendesse, não somente à questão de braços, mas que também significasse uma melhoria em termos sociais e raciais. Em meio às propostas, apareceram projetos mais abrangentes, que tinham em mente reformas na estrutura da propriedade e da produção vigentes no país. Para a maioria no entanto, a problemática deveria estar restrita à substituição de braços, sem reformas de alcance mais profundo. Mesmo os projetos reformistas que apareceram nesse momento, eram bastante conservadores, tendo em mente a subdivisão parcial da propriedade, de forma a criar uma classe média rural pequeno-proprietária, que coexistiria com e ao lado da grande propriedade. Havia uma idéia relativamente difundida dos grandes proprietários centralizarem a produção dos pequenos para beneficiamento, como parte desse projeto de

25. Tais propostas estão formuladas de forma clara no Congresso Agrícola de 1878 e aparecem também nas discussões da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo. Congresso Agrícola - Collecção de Documentos. Rio de Janeiro, 1878.

modernização. A grande propriedade teria em torno de si uma série de pequenos proprietários ou arrendatários que beneficiariam suas colheitas nas máquinas centralizadas, com maiores possibilidades para promover os investimentos técnicos necessários ao tratamento adequado do produto.

O ponto de partida dessa argumentação vinha da idéia generalizada de que a grande lavoura não sobreviveria à abolição ou que, pelo menos, passaria por uma grande desestruturação. O proprietário João Elisário de Carvalho Monte-Negro, em relatório enviado por solicitação da presidência da província, fez, no sentido apontado acima, previsões sobre as possibilidades da manutenção da grande propriedade após a abolição:

"Muitos escriptores, muitos economistas, têm escripto a tal respeito, mas nas circunstâncias em que se acha o Brasil, com manifestas tendências para a completa e não remota extinção da escravatura -- é visível que o paiz se acha desde já no caso de cuidar muito seriamente da divisão das terras facilitando assim o estabelecimento da pequena propriedade. Acabada que seja a escravatura será humanamente impossível a continuação dos actuaes grandes estabelecimentos agrícolas. Poderão continuar a existir algumas grandes fazendas, como centros de pequenas propriedades, que possam fornecer áquellas seus instrumentos aratórios, suas machinas, para beneficiar os generos colhidos, percebendo retribuição pecuniária, ou mesmo em generos beneficiados, e a seu turno utilisarem-se dos braços

disponíveis nas pequenas propriedades durante as épocas de colheitas e de outros serviços de urgência."²⁶

Além do argumento relativo à propriedade, elogiava o sistema de trabalho livre adotado na sua propriedade, declarando-se satisfeito com a produtividade e a organização -- "O trabalho é completamente livre, e apenas dirigido por um empregado superior -- não só para a sua boa distribuição -- como também para conter a harmonia e boa ordem entre os trabalhadores".²⁷ Abordou, portanto, dois dos grandes problemas enfrentados no período pela elite proprietária, deixando transparecer um terceiro, não menos importante, qual seja, a conjunção dignidade/trabalho, exprimindo a busca de uma nova ética e a construção de novas relações de trabalho. Monte-Negro, dirigindo-se a seus trabalhadores, encerrou a comemoração de "Uma Festa do Trabalho" com um verso, de acordo com ele muito conhecido em Portugal, de autoria do Visconde de Castilho:

"Trabalhai, meus irmãos, que o trabalho
é riqueza, é virtude, é vigor;

26. Colônias Nova Louzã e Nova Colômbia. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo em 06/02/1875 por João Elisário de Carvalho Monte-Negro. São Paulo, 1875. p. 23.

27. Idem, p. 11. Nessas colônias, Monte-Negro foi dos primeiros proprietários na província de São Paulo a realizar experiências utilizando somente trabalho livre, tendo sido também pioneiro na adoção do sistema de pagamento por salários para os seus colonos.

d'entre a orchestra da serra e do malho
brotam vida, cidades, amor."²⁸

Em 1878, Beaurepaire Rohan, ao tratar d'O Futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brazil, em memória apresentada ao Ministro da Agricultura, Commércio e Obras Públicas, manifestava-se no mesmo sentido:

"... cumpre não confundir a grande lavoura com a grande propriedade. São cousas diversas."

"Os artigos que constituem a grande lavoura, podem ser indifferentemente cultivados, tanto pelo agricultor rico na grande propriedade, como pelo pobre na propriedade relativamente pequena."

"O retalhamento da grande propriedade territorial é com effeito uma condição indispensável ao desenvolvimento da nossa lavoura, e muito mais quando estiver de todo extincta a escravidão. Duvido que haja um só fazendeiro que o não comprehenda, por pouco que medite no caso."

"... o retalhamento da grande propriedade rural sem quebra da sua unidade, conservando o fazendeiro o dominio directo, cedendo entretanto o dominio util a foreiros, que se venham estabelecer em cada um dos prazos; a conversão dos escravos em colonos, passando desta sorte a fazenda a constituir uma colonia agrícola."²⁹

28. Idem, p. 54.

29. Rohan, Henrique de Beaurepaire. O Futuro da Grande Lavoura no Brazil. Memória apresentada ao Ministro da Agricultura, Commércio e Obras Públicas. Anexo ao Relatório do Congresso Agrícola - Colleccão de Documentos. Op. cit. p. 243, 245 e 249.

Beaurepaire Rohan, assim como André Rebouças, eram membros da Sociedade Central de Imigração³⁰ e comungavam das idéias largamente defendidas por essa Sociedade, criticando o latifúndio e vendo na política de imigração a possibilidade da criação de uma classe média rural no Brasil, que contribuísse para mudar o jogo de forças políticas. Tinham uma formação técnica-militar influenciada pelo liberalismo e pelo positivismo, especialmente André Rebouças, cujas propostas tinham um caráter marcadamente modernizante do ponto de vista técnico, da produção propriamente dita. Ele se preocupava com a abolição, com o latifúndio e, principalmente, com o progresso. A criação de centros de beneficiamento dos produtos agrícolas tinha por finalidade a possibilidade de utilização de maquinaria aperfeiçoada. Os engenhos e fazendas centrais levariam o desenvolvimento à agricultura nacional.

"... estabelecimentos destinados a preparar, pelos processos técnicos e econômicos mais aperfeiçoados os produtos de uma certa zona territorial."³¹

30. A respeito da Sociedade Central de Imigração são esclarecedores os trabalhos de Michael M. Hall, "Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração", in Revista de História n. 105, São Paulo, 1976, p. 147-172 e The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914. Op.cit.

31. Trecho de André Rebouças, citado por Sydney M. G. dos Santos. André Rebouças e seu tempo. Rio de Janeiro, 1985. p. 278.

Os pequenos agricultores se ocupariam do cultivo e as usinas centrais do beneficiamento, o que possibilitaria a elaboração de um produto final em melhores condições de custo e de apresentação, o que significaria progresso, em termos de produção: "Estudando acuradamente o principio da centralisação agricola, reconhece-se que elle é, em ultima analyse, a applicação á agricultura do grande principio economico da divisão do trabalho".³²

A proposta de Rebouças era diferenciada das demais. O confronto se estabelecia de um lado por um posicionamento defensivo com relação à iminência da abolição e a consequente desorganização do trabalho, que poderia inviabilizar a grande lavoura e de outro por uma posição que tinha em mente o progresso técnico, a racionalização da produção, a criação de uma classe média no campo, tendo em vista o benefício da sociedade e do país. Mais do que com a crise que a grande lavoura pudesse sofrer com o final da escravidão, ele se preocupava com o progresso e a moralização do trabalho. Suas críticas quanto a esse último item, não se dirigiam somente às chamadas "classes inferiores", mas também ao exemplo que deveria ser dado pela elite, criticando-a com a afirmação de que "o parasitismo superior cria o parasitismo inferior". Preconizava a

32. Rebouças, André. Op. cit. p. 13.

educação como base para a promoção do progresso, sugerindo a intervenção na sociedade para acabar com a miséria -- "o melhor é prevenir que essa lepra invada o organismo social"³³ e acusando o monopólio territorial como o causador do maior número de miseráveis de todos os tempos.

André Rebouças afirmava, categoricamente:

"E grande erro dizer que as classes inferiores não estão preparadas para as reformas sociais; quando a verdade é que são as classes dominantes, aristocráticas ou oligárquicas, as que estão mais atrasadas, nas noções de Moral, de Justiça, de Equidade, de Liberdade, de Igualdade e de Fraternidade. Todos estão prontos para receber salário pelo seu trabalho; nada mais simples; mais justo e mais intuitivo."³⁴

Essas propostas reformistas, tentaram pensar soluções de médio e longo prazo, que atendessem a uma nova configuração da economia e da sociedade brasileiras como um todo. Ao propor a possibilidade da formação de uma classe média no campo, bem como o parcelamento e o melhor aproveitamento da terra, no sentido de torná-la mais

33. André Rebouças, citado por Sydney M.G. dos Santos. Op. cit. p. 343 e 346. As posições adotadas por André Rebouças o aproximam das idéias que serão defendidas um pouco mais tarde por ensaístas preocupados com o conhecimento da sociedade brasileira e de seus males, em especial Manoel Bomfim.

34. Idem, p. 345.

produtiva, pensavam, primordialmente, que essa nova ordem traria estabilidade política.³⁵ Deste ponto de vista, seria uma forma de proceder à transição do trabalho escravo para o livre sem a possibilidade de desorganização social. Não podemos esquecer que os anos que antecederam a abolição foram marcados por revoltas de escravos nas fazendas, denúncias de assassinatos de senhores por escravos, abandono da produção pelos mesmos e que, mesmo os abolicionistas não viam o escravo como sujeito apto ao exercício da cidadania sem tutela,³⁶ daí as preocupações com a criação de instituições que significassem estabilidade, hierarquia social, divisão do trabalho, progresso econômico, que resultaria em progresso social. Defendiam ainda, a introdução de imigrantes, paralelamente ao aproveitamento e assentamento da população nacional, sendo que esta

31. A referência presente nessa formulação foi a do camponato enraizado e conservador francês, existente desde a Revolução Francesa e que foi importante fator de estabilidade política. Gerard Noiriel afirma que o desenvolvimento industrial na França, diferentemente do inglês, não levou ao desaparecimento do camponato mas, ao contrário, à sua consolidação. Le Creuset Français - Histoire de l'immigration - XIX e XX siècles. Paris, 1988. A frase seguinte foi publicada em A Imigração, em outubro de 1889: "A França é hoje o mais rico país do mundo", dizia-se, "por causa da pequena propriedade". Citado por Michael M. Hall em "Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração", in Revista de História, n. 105. São Paulo, 1976. p. 155. A ênfase é do original.

36. É esclarecedor nesse sentido, o capítulo IV - "Abolicionismo e controle social", do livro Onda Negra. Medo Branco, de Célia M.M. Azevedo. Op. cit. pp. 215-249.

precisaria e deveria ser educada para a vida em sociedade, tal qual eles a vislumbravam -- uma sociedade do trabalho.

Para a maioria dos proprietários, no entanto, a questão se resumia à mão-de-obra necessária para a substituição dos escravos. Se os reformistas viam no parcelamento da propriedade um elemento de progresso, estes, pelo contrário, achavam que o agente do progresso era a grande propriedade. Somente ela podia contar com os recursos necessários para a sua promoção. O Barão de Parnahyba fez a sua defesa em mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa Provincial em 1887, argumentando que era a ela que a província devia os melhoramentos que vinha tendo (rede de estradas, navegação fluvial, etc.), nos seguintes termos:

"O pequeno proprietário, em regra geral, é baldo de recursos, e, ao mesmo tempo, pelos labores da vida, não tendo cultivado o espírito, não póde, ou não tem aptidão para emprehender grandes melhoramentos e reformas."³⁷

A idéia de progresso dominava as duas vertentes, embora as condições para alcançá-lo fossem pensadas diferentemente. Nenhuma delas questionou, a fundo, as estruturas fundamentais da organização econômica e social. Mesmo os reformistas propunham um sistema que permitisse a

37. Relatório à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo Presidente Barão de Parnahyba, em 17/01/1887. São Paulo, 1887. p. 120.

conciliação da grande e da pequena e média propriedades; a política de imigração com o aproveitamento paralelo do elemento nacional. O brasileiro era visto com desconfiança, como imaturo,³⁸ não preparado para a transição que estava em curso em direção ao progresso. Havia um consenso com relação à necessidade da imigração, como solução adequada, embora se reconhecesse a necessidade de, de alguma forma, incluir o nacional. O progresso, no entanto, deveria estar em primeiro plano e, supostamente, o imigrante estava mais próximo desse progresso, na medida em que, de acordo com o imaginário existente a seu respeito, ele já viria disciplinado. A população nacional, só a muito custo, através da educação, que introjetaria os princípios da disciplina, e da repressão, até que a disciplina fosse alcançada, poderia, um dia, talvez, caminhar ao seu lado.

Num mesmo relatório, datado de 1887, aparecem duas

38. E.P. Thompson, em Tradición, revuelta y consciencia de clase, observou que o que "el moralista mercantilista decía con respecto a la falta de respuesta del pobre inglés del siglo XVIII a incentivos y disciplinas, es con frecuencia repetido por observadores y teóricos del desarrollo económico, con respecto a las gentes de países em vías de desarrollo hoy día. Así por ejemplo, se consideraba a los peones mexicanos en los primeros años de este siglo como "gente indolente e infantil". Cita, a partir de M.D. Bernstein (The Mexican Mining Industry, 1890-1950, Nueva York, 1964, cap. VII) o seguinte trecho: "Su falta de iniciativa; incapacidad para ahorrar, ausencias cada vez que celebran una de sus excesivas fiestas, disposición para trabajar sólo tres o cuatro días de la semana si con eso paga sus necesidades, insaciable desco del alcohol -- se señalaban como prueba de su inferioridad natural". Barcelona, 1979. p. 286.

ponderações; uma do Inspetor Geral de Imigração, preocupado com a colonização nacional, apontando problemas para sua implementação e questionando o privilegiamento dos imigrantes; outra do presidente da província, Barão de Parnahyba, dando conta justamente da diferenciação entre imigrantes e nacionais de que falamos acima.

O nacional, de acordo com o relatório do Inspetor Geral de Imigração aparece como uma

"população que avulta por milhares, mora em terras que não são suas, por mercê dos proprietários, que as mais das vezes dão-lhe abrigo sem auferirem o menor interesse. Lavrando as piores terras da fazenda, e que ainda não lhes pertencem, sujeitos ao alvedrio e aos caprichos dos proprietários, os agregados não constróem casas para morar, contentam-se com miseráveis choupanas ligeiramente edificadas. Sendo muito restrictas suas necessidades, pois desconhecem os gostos da civilização, não trabalham senão o quanto baste para satisfazê-las."³⁹

A abordagem enuncia problemas importantes: a pretensa falta de interesse dos proprietários na manutenção dos agregados e ao mesmo tempo a sujeição destes ao "alvedrio" do dono da terra;⁴⁰ a precariedade em que viviam,

39. Anexo n. 10 do Relatório à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, de 17/01/1887. São Paulo, 1887. p. 5.

40. Lúcio Kowarick chama a atenção para o fato de que estes homens livres, desenraizados, "Tornam-se 'vadios' antes

a sua "ociosidade" (trabalham somente para satisfazer suas poucas necessidades) -- fazem com que sejam são vistos como elementos semi-bárbaros, que precisam ser civilizados "afim de constituir forças activas e creadoras, em vez de ... um entrave ao progresso econômico do paiz".⁴¹

A seguir, questiona o privilegiamento do imigrante:

"Se ao immigrante estrangeiro se concedem tantas vantagens com o fim de estabelecê-los na lavoura, porque não se fará o mesmo com os nacionaes moralizados e trabalhadores que ambicionarem trocar a sua condição de aggregados pela de pequenos proprietários?"⁴²

Esse relatório foi elaborado no momento em que se estava procedendo à demarcação de lotes para formação de núcleos de pequenos proprietários como forma de atração de imigrantes, principalmente para as regiões de cafezais

de se submeterem às modalidades de exploração cujo paradigma é alicerçado nos grilhões e chibatadas das senzalas. Antes a sobrevivência autônoma, numa espécie de economia natural de subsistência, do que a sujeição à formas de trabalho onde sobressai a figura dominante dos senhores, cujo arbítrio, quase sem limites, decorre da percepção que fazem da utilização do escravo como "coisa". Op. cit. p. 72.

41. Anexo n. 10 do Relatório à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, de 17/01/1887. Op. cit. p. 5.

42. Idem, p. 5.

antigos.⁴³ O presidente da província, nestas circunstâncias sugeriria que os terrenos que estavam sendo demarcados a oeste da província, não se prestariam à colonização feita por imigrantes, por seu isolamento, distância do mercado, proximidade do sertão, e estava convencido que,

"para o presente, fossem aquelles terrenos demarcados para serem vendidos a nacionaes, que internando-se pelo sertão iriam desbravando a terra..."⁴⁴

Aos nacionais caberia a ingrata tarefa de desbravamento do sertão,⁴⁵ e aos imigrantes, pelo menos

43. Sobre a pequena propriedade e núcleos coloniais em São Paulo ver M. Thereza Schorer Petrone - "O Imigrante e a pequena propriedade". São Paulo, 1982. e "Imigração", in História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Segundo volume, Cap. III. São Paulo, 1978. Também Regina M. D'Aquino F. Gadelha, Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo. USP, Tese doutorado. São Paulo, 1982.

44. Relatório à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo Presidente Barão de Parnahyba, em 17/01/1887. São Paulo, 1887. p. 127.

45. A ocupação das piores terras pelos nacionais, principalmente em termos de localização, assim como a visão destes enquanto desbravadores do sertão que possibilitasse no futuro a ocupação por imigrantes ou pela grande propriedade, faz parte do próprio processo de ocupação do estado de São Paulo, como observou Warren Dean. O autor chama a atenção, além dos vários expedientes para a regularização de títulos de propriedade, o recurso à força para a expulsão dos antigos ocupantes da terra. Assinala ainda que, em geral, os ricos não recorriam aos tribunais para resolver pendências relativas à posse da terra porque, além de dar trabalho, "trazia implícita uma desagradável igualdade de direitos". (p. 32). Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Trad. Waldívia Portinho. Rio

Aqueles que tivessem condições, seriam reservados os lotes melhor localizados em relação ao mercado ou onde conviesse aos grandes proprietários.

Essas idéias foram confirmadas quando da criação, em 1910, do Serviço de Localização de Trabalhadores Nacionais⁴⁶, provocando, alguns anos mais tarde, em 1916 (período de diminuição da imigração européia), reação do diretor desse Serviço, Luiz Ferraz, nos seguintes termos:

"Não posso crer que na expressão -- 'regiões inapropriadas á colonização estrangeira' -- entrasse o proposito de reservar para esta as boas terras, devolvendo as ruins aos nacionais. Seria muito ceder a um preconceito que, desgraçadamente, existe. Mas, que sentido dar a tal expressão?"⁴⁷

Sugerindo, como solução:

"E preciso descongestionar as cidades, fazendo do amanho de cada hectare de terra brasileira um emprego tão appetecido e tão accessivel quanto o sonhado emprego publico. Retalhem os governos a terra vastissima de que nos

de Janeiro, 1977.

46. Serviço regulamentado através do Decreto n. 8072, de 10 de junho de 1910. Publicado no Boletim do D.E.T., Anno VI, n. 22, São Paulo, 1º trim. de 1917. p. 19 e seguintes.

47. Ferraz, Luiz. "Localização dos Trabalhadores Nacionais", in Boletim do D.E.T., Anno VI, n. 22, São Paulo, 1º trim. de 1917. p. 11.

dizemos donos, ..."48

A pressão maior vinha da existência efetiva de uma população nacional frente à opção imigrantista. Se a implementação vitoriosa da imigração se fez sob os auspícios das regiões cafeicultoras em expansão, as regiões de produção mais antigas (norte e oeste-velho) enfrentavam dificuldades na sua obtenção. No entanto, havia um imaginário que transformava o imigrante no trabalhador ideal frente aos fazendeiros que, em alguns casos, resistiram à utilização do nacional "que se acha desaproveitado e inerte, pela própria desidia dos fazendeiros que, em regra, exageram as dificuldades de adoptá-lo aos seus estabelecimentos".49

Foi portanto, de um processo simultâneo e respondendo a uma questão específica, que surgiram dois imaginários distintos e complementares, partes integrantes de uma mesma construção: de um lado a completa desqualificação da população nacional e, de outro, o elogio do imigrante de origem européia, faces opostas de uma mesma moeda. A importação de imigrantes europeus tornou-se pauta importante nas discussões, a partir da construção mítica de

48. Idem, p. 9.

49. Relatório com que o Exm. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves passou a administração da Província ao Exm. Snr. Dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues (Vice-Presidente), em 27/04/1888. São Paulo, 1888.

um determinado trabalhador imigrante -- o trabalhador ideal -- aquele que reunia em si, enquanto agente coletivo, de forma acabada, todas as qualidades do bom trabalhador -- sóbrio e morigerado. Elemento capaz de, por si só, promover a recuperação da decadente raça brasileira nos mais diversos aspectos: sangue novo, raça superior (branca), civilizado, disciplinado, trabalhador, poupador, ambicioso,... No extremo oposto desse imaginário, como contrapartida, estava o brasileiro -- vadio, indisciplinado, mestiço, racialmente inferior. Foi, portanto, da depreciação do brasileiro enquanto tipo social que emergiu a valorização do imigrante. Do ponto de vista daqueles que defendiam intransigentemente a imigração, a desqualificação do brasileiro constituiu argumento importante para a consolidação e justificativa da sua opção. Da mesma forma, a idéia dominante (embora não única) de que não havia trabalhadores com que substituir os escravos (como se estes não fossem conservar sua existência física após a abolição) e instituir o trabalho livre, apontou a necessidade, aparentemente natural, de promover a vinda de determinados trabalhadores estrangeiros.

Analisando o pensamento liberal no Brasil do século XIX, M. Stella Martins Bresciani apontou as mediações realizadas para a incorporação do novo elemento na sociedade brasileira -- o imigrante -- e a visão da abolição e da

formação de um mercado de trabalho, como um processo que só poderia ser entendido enquanto perda pelas elites, assinalando que "o escravo deveria ser riscado do rol dos elementos de trabalho", como uma perda que "teve que ser assim pensada porque inexistia a possibilidade de acompanhar o homem escravizado em seu movimento de rearticulação no social. Morria o homem escravo e o livre nascera fora dele".⁵⁰ Isso significando que a ideologia do trabalho então constituída estava apta a aceitar este novo trabalhador já incorporado livre e a recusar os elementos nacionais,⁵¹ por imprestáveis ou inadequados, fossem eles oriundos da escravidão ou da raleia de homens livres pobres que aqui se formou ao longo da história.

50. Bresciani, M. Stella Martins. Liberalismo: Ideologia e controle social. Op. cit. pp. 310-11.

51. São importantes, com relação à compreensão da produção da ideologia do trabalho no Brasil do século XIX, em especial no Estado de São Paulo, os estudos de José de Souza Martins, As relações de classe e a produção ideológica da noção de trabalho, publicada na segunda parte de O Cativo da Terra, São Paulo, 1981; Capitalismo e Tradicionalismo - Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil, São Paulo, 1975, em especial, cap. II, VI e VII; e A imigração e a crise do Brasil agrário, São Paulo, 1973, em especial cap. I.

vadiagem / trabalho / disciplina

Além de providenciar trabalhadores era necessário encontrar meios de fazer com que eles se aplicassem ao trabalho. Uma nova política que tinha por objetivo a obrigação ao trabalho e que levou à edição de leis de locação de serviços, visava não só o trabalhador nacional, tido por preguiçoso e indolente, além de despreparado, mas também os trabalhadores imigrantes recém-introduzidos, estes logo vistos como rebeldes e insatisfeitos. É bem verdade que aos imigrantes se ofereceram vantagens, se os compararmos com os trabalhadores nacionais, o que não significa que esses estrangeiros aqui chegados não tenham enfrentado condições extremamente difíceis. Vários autores já pesquisaram os percalços enfrentados pelos imigrantes que se dirigiram para o trabalho na lavoura do café.⁵² Não se

52. Alvim, Zuleika M.F. Brava Gente! Os italianos em São Paulo - 1870/1920. São Paulo, 1986.

Hall, Michael M. The origins of mass immigration in Brazil, 1871/1914. Op.cit.

Holloway, Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886/1934. Trad. Eglé Malheiros. Rio de Janeiro, 1984.

trata de minimizar as condições enfrentadas pelos imigrantes, mas de verificar que havia uma política que os contemplava, em termos de mercado de trabalho, relativamente ao nacional.

Uma idéia correntemente aceita era a de que os homens livres pobres deveriam ser coagidos e disciplinados para o trabalho pela lei, ou seja, pela ação e intermediação do Estado.⁵³ Esta reivindicação reconhecia a falência do poder pessoal como eficaz para a manutenção dos trabalhadores sob controle, da forma como desejavam os proprietários.⁵⁴ A lei seria um dos mecanismos utilizados

Martins, José de Sousa. O Cativo da Terra. Op.cit.
Stolcke, Verena. Cafecultura - homens, mulheres e capital (1850/1980). Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo, 1986.
Sallum Jr., Brasília. Capitalismo e Cafecultura - Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo, 1982.

53. Aqui também, o Estado sendo chamado a intervir para a mediação dos conflitos entre capital e trabalho. A coação ao trabalho que, no período escravista era exercida pelo feitor a mando do senhor, como uma forma absoluta sobre a sua propriedade, passa a ser reclamada do Estado, que deveria elaborar leis que obrigassem ao trabalho e coibissem a vadiagem, passando a exigência do seu cumprimento para a alçada da polícia ou da justiça e não mais do senhor, ou patrão.

54. M. Stella Martins Bresciani apontou que "O controle imediato exercido pelo proprietário rural sobre os que viviam em seus domínios mostrou-se insuficiente para que se mantivesse a supervisão eficaz do comportamento dos 'seus homens' a partir do momento em que a demanda crescente de mão-de-obra trouxe consigo elementos desequilibradores desses espaços que se auto-representavam como fechados sobre si mesmos. (...) Não resta dúvida, entretanto, de que a iniciativa dessa reformulação coube a uma pequena parcela da classe,

no esforço de internalização da idéia de uma vida dedicada ao trabalho. Havia uma insistência, que variava de região para região⁵⁵ na necessidade de uma "boa" lei de locação de serviços que garantisse a estabilidade do trabalho e permitisse um controle sobre a mobilidade, a vida e a disciplina do trabalhador.⁵⁶ Tal reivindicação ficou clara, como vimos, no Congresso Agrícola de 1878, enquanto proposta de solução para conduzir ao trabalho tanto a população livre pobre, como os libertos que iam sendo manumitidos pela Lei

consciente de que a solução dos vários problemas colocados pelo desafio de formar um mercado de trabalho extravazava os estreitos limites do poder político-econômico pessoal." Liberalismo: Ideologia e controle social, Op. cit. p. 262.

55. As variações regionais aconteciam em termos do país como um todo e, em específico, no Estado de São Paulo entre as regiões mais ou menos produtivas, cujas condições para atrair e fixar mão-de-obra imigrante variava. Os imigrantes, via de regra, preferiam as zonas de cafezais novos onde era permitida a cultura intercalar. As regiões de cafezais mais antigas, muitas vezes, tiveram que recorrer a incentivos para a atração e fixação de imigrantes, como salários mais elevados ou a formação de núcleos de pequenos proprietários.

56. A respeito das Leis de Locação de Serviços, regulando o trabalho na agricultura brasileira, é esclarecedor o trabalho de M. Lúcia Lamounier, Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879, Campinas, 1988. Também, artigo seu na Revista Brasileira de História, "O trabalho sob contrato: a lei de 1879", São Paulo, 1986, n. 12, pp. 101-124. No mesmo sentido, mostrando as diferenças relativas ao trabalho numa região onde se utilizou o trabalho livre não imigrante em substituição ao trabalho escravo, ver, de Ana Lúcia Duarte Lanna, "O café e o trabalho 'livre' em Minas Gerais - 1870/1920", Revista Brasileira de História, n. 12, São Paulo, 1986, pp. 73-88.

de 1871.

"Tornando-se produtor o escravo, que até agora é consumidor, e tornando-se uteis tantos braços nacionaes, que vivem na vadiação, por meio da lei de locação de serviços com fortes medidas policiaes e de summarissimo processo, dentro em um anno terá a grande e pequena lavoura do paiz fartura de braços."⁵⁷

Reivindicava-se não somente a autoridade da lei, mas que esta fosse aplicada exemplarmente, de forma sumaria e severa, dando origem a "instituições que bem moralisem o povo, sujeitando todos ao trabalho"⁵⁸, porque "immersos na ignorancia, não consideram o trabalho sob seu verdadeiro aspecto -- como uma lei da natureza humana e uma necessidade social."⁵⁹

Num mercado de trabalho ainda em formação, era senso comum a necessidade de instrumentos de coação e disciplinarização para o trabalho. Estavam sendo alteradas

57. Considerações que tencionava fazer no Congresso Agrícola o Sr. José Caetano de Moraes e Castro, se lhe tivesse cabido a palavra antes do encerramento. Congresso Agrícola de 1878, Op. cit. p. 241. As mesmas intenções aparecem na fala de vários outros proprietários que compareceram ou mandaram contribuições ao congresso.

58. Congresso Agrícola de 1878. Resposta ao questionário do programa pelo Sr. Manoel Furtado da Silva Leite. Op. cit. p. 48.

59. Congresso Agrícola de 1878. De Lavradores de Baependy. Op. cit. p. 55.

as relações de trabalho, estava sendo introduzido um novo trabalhador e tanto a legislação, visando a sua regulamentação como as leis que coibissem a vadiagem pretendiam obrigar os sem-terra a aceitar as condições de trabalho que pareciam as mais adequadas à elite proprietária.⁶⁰ Tais dispositivos seriam aplicados a todos os trabalhadores, imigrantes ou nacionais, uns e outros vistos como pouco afeitos ao trabalho ou pouco dispostos a aceitar e permanecer nas condições contratuais que lhes eram oferecidas.

Os nacionais eram elementos que não se prestavam "a serviço contínuo e aturado":⁶¹

"O nosso povo é de um natural indolente e não se presta geralmente ao serviço da agricultura. Os operários nacionais entendem que com esse serviço se degradam e não o querem prestar,

60. Raymond Williams em O campo e a cidade na história e na literatura faz referência a essa questão no contexto da história inglesa do século XVIII nos seguintes termos: "O objetivo da legislação contra a vadiagem era, em grande parte, obrigar os sem-terra a aceitar o trabalho assalariado, no contexto da nova organização da economia." Trad. Paulo Henriques Britto, São Paulo, 1989. Num outro contexto, como parte de um processo bastante diferenciado do inglês, Gerard Noiriel assinalou: "Du point de vue de l'histoire sociale, cela signifie l'expropriation d'une masse de paysans plus ou moins indépendents et leur transformation en ouvriers d'industrie vendant leur force de travail contre um salaire". Le Creuset Français. Op. cit. p. 298.

61. Congresso Agrícola de 1878. Sessão de Abertura. Op. cit. p. 129.

preferindo comer lá no seu canto um pedaço de rapadura e beber uma chicara de café, a adquirir por meio do trabalho agrícola nas fazendas os meios de alimentarem-se melhor em suas choupanas."⁶²

Quanto aos imigrantes, o imaginário, rapidamente, transforma-se:

"E um facto de publica notoriedade a pouca disposição dos colonos para o trabalho, em geral são ociosos e por isso não admira que se mostrem desgostosos e exigentes."⁶³

A construção mítica e romantizada do imigrante como trabalhador ideal quebrou-se sob o impacto da "realidade", do choque e da distância existente entre os desejos e interesses de imigrantes e fazendeiros, tendo sido também, utilizada de forma ambígua, dependendo do ponto de vista que interessava defender. A oscilação do imaginário, seja com relação a imigrantes como a nacionais, era grande e contraditória, mas sempre tendente à valorização do primeiro, mesmo que com restrições. José de Sousa Martins defendeu o ponto de vista de que a burguesia cafeeira brasileira teria imposto aos imigrantes recém-

62. Congresso Agrícola de 1878. Sr. Joaquim José Alvares dos Santos Silva (Leopoldina, Minas Gerais). Op. cit. p. 155.

63. Relatório com que o Sr. Dr. João Baptista Pereira passou a administração ao primeiro Vice-Presidente, Sr. Barão de Três Rios. São Paulo, 1878. p. 58.

chegados, pronta, uma ideologia do trabalho e da mobilidade social, de forma que, o grande sonho de acesso a propriedade teria que, necessariamente, ser relegado a um segundo momento, após um período de trabalho "compulsório" ou "escravizado" nas fazendas de café. Acredito no entanto, que o sistema de trabalho do colonato finalmente adotado tenha sido resultado de todo um processo de ajustamento a partir dos conflitos entre os interesses contraditórios de proprietários e trabalhadores,⁶⁴ sem prejuízo de toda uma ideologia tendente à valorização do trabalho, não só no Brasil, mas a nível mundial. As dificuldades de retenção da mão-de-obra e a mobilidade do trabalhador livre incomodavam sobremaneira aos proprietários, constituindo um dos motivos pelos quais se pedia a intermediação do Estado e a própria necessidade dessa intermediação demonstra as dificuldades dos proprietários para a imposição de um sistema pronto aos imigrantes.

Uma efetiva ação do Estado se fez sentir no final do século, ação que propiciou não exatamente um controle eficaz sobre a mobilidade dos trabalhadores, mas que se fez através do subsídio, o que permitiu a imigração em massa e a

64. Cf. Verena Stolcke, Cafeicultura - homens, mulheres e capital (1850-1980), Op. cit. Também, da mesma autora e Michael M. Hall, "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo", in Revista Brasileira de História, n. 6, São Paulo, 1984. p. 80-120.

decorrente formação de um mercado de trabalho concorrencial e, também, pelas preocupações relativas à criação de centros de estudo e formação de mão-de-obra para o setor agrícola.⁶⁵

Com a imigração em massa da década de 1880 em diante, e como forma de incentivá-la, a lei de locação de serviços de 1879 foi revogada em 1890,⁶⁶ o que não significava que todos os problemas estivessem solucionados. A imigração em massa proporcionou um número de trabalhadores suficiente para possibilitar o desejado rebaixamento dos salários, mas as questões com o controle desse mercado se mantiveram e se diversificaram, na medida em que uma boa

65. São exemplos de ação efetiva do Estado nesse sentido, a fundação do Instituto Agrônomo de Campinas e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, além de outros centros agrícolas experimentais. Eram constantes nos Relatórios dos Presidentes de Província as referências a essas instituições e à sua importância para a agricultura do Estado. Em relatório de 1907, por exemplo, consta: "O ensino profissional agrícola continuou a ser ministrado na Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, em Piracicaba, e nos aprendizados agrícolas Dr. Bernardino de Campos, em Iguape, e João Tibiriçá, em São Sebastião. (...) Aos poucos vai-se despertando maior interesse no animo publico pela educação agrícola. (...) Foram expedidos 24.531 volumes de sementes, a 10.703 pessoas, principalmente de milho, arroz, algodão e de plantas forrageiras, em maioria produzidas e selecionadas nos campos de experiencias e demonstração do Instituto Agrônomo." Mensagem ao Congresso pelo Dr. Jorge Tibiriçá, em 14.07.1907.

66. De acordo com M. Lúcia Lamounier o Decreto n. 213 de 1890, revogou a lei de locação de 1879 com a intenção de "favorecer a atração da imigração". O Trabalho sob contrato: a lei de 1879. Op. cit. p. 120.

parcela dos imigrantes introduzidos no Brasil com subsídio do Estado permaneceu nas vilas e cidades, não se dirigindo necessariamente para o campo, além daqueles que não permaneceram no país.⁶⁷ Das mobilizações de trabalhadores, que se verificaram tanto no campo como nas cidades, emergiu a questão social, tendo sido criados em 1911 dois órgãos com atribuições específicas para cuidar das relações de trabalho e da questão social daí decorrente -- O Patronato Agrícola e o Departamento Estadual do Trabalho, que visavam, a exemplo do que ocorria nas nações mais adiantadas, minimizar os conflitos entre capital e trabalho.⁶⁸

A acomodação promovida pela imigração em massa, portanto, comportava conflitos. Os colonos, imigrantes, frequentemente procuraram e lutaram por melhores condições de trabalho e de vida. Tais ajustes provocaram uma intensa mobilidade de mão-de-obra, à qual os fazendeiros, como assinalamos, não estavam habituados. Essa situação acabou

67. Em especial a partir de 1887, tornou-se crescente o número de imigrantes que deixaram o país, aproximando-se, em alguns anos do número de entradas e chegando, por vezes, a superá-lo. Enumero, abaixo, dados para alguns desses anos, retirados do Apêndice I de The origins of mass immigration in Brazil, 1871/1914, de Michael M. Hall, op. cit. 1898 - entradas 36,012 e saídas 30,007; 1900, 22,802 e 27,917; 1902, 40,386 e 32,437; 1903, 18,161 e 36,410 e 1904, 27,751 e 32,679.

68. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho - Anno III - n. 12 e 13, publicado pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, 1914.

caracterizando uma aparente e constante situação de escassez de mão-de-obra, tornando a ação do Estado permanentemente reclamada e necessária para a introdução constante de novas levas de imigrantes. Por outro lado, o descontentamento com as condições de trabalho e o tratamento recebido pelos trabalhadores imigrantes, os mecanismos de coerção e a violência utilizada pelos fazendeiros para manter a disciplina e a aplicação ao trabalho, ensejou constantes manifestações por parte dos trabalhadores, que se realizaram através de reivindicações e conflitos trabalhistas efetivados, na sua forma limite, pelas greves e, eventualmente, de forma mais violenta, em homicídios.⁶⁹

Nos anos 10 deste século, a conjuntura que havia favorecido a imigração em massa sofreu alteração, com uma diminuição significativa da corrente imigratória para o Brasil.⁷⁰ O Departamento Estadual do Trabalho deu

69. Para um aprofundamento desses aspectos, ver Verena Stolcke, Caféicultura - homens, mulheres e capital (1850-1980). Op. cit. em especial p. 69 e seguintes. A autora assinala a ocorrência de várias greves, observando que estas "geralmente ocorriam por questões tais como o preço baixo pago na colheita, não-pagamento dos salários, tentativas de redução do pagamento, castigos e multas pesadas arbitrários ou excessivos, ou limitações do direito de plantio de alimentos." Cita, pelo menos dois casos de homicídios por trabalhadores: o de Francisco Augusto de Almeida Prado e o de Diogo Sales. Ver também artigo seu, em co-autoria com Michael M. Hall - "A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de café de São Paulo", Op. cit. pp. 80-120.

70. Convém anotar que o suprimento de mão-de-obra na economia cafeeira continuou dependente, mesmo após a

importância especial à guerra européia como fator explicativo dessa diminuição, se bem que essa excessiva ênfase possa ser vista como forma de escamotear conflitos sociais que contavam com uma participação expressiva de imigrantes -- as agitações e greves operárias no campo e, principalmente nas cidades⁷¹ -- e que, seguramente, contribuíram, além dos fatores já assinalados, para uma revisão do mito do imigrante enquanto trabalhador ideal.

Essa importante revisão teve como contrapartida uma outra -- a do trabalhador nacional, cuja imagem passou, no momento, por um processo de revalorização ou, pelo menos, por uma tentativa nesse sentido. Uma outra mudança é que não se tratava mais de cuidar somente da questão do trabalho no campo, mas do trabalhador em geral na medida em que, apesar dos problemas serem diferenciados, havia um ponto

cessação do tráfico e a abolição, da entrada contínua de trabalhadores provenientes do exterior, os imigrantes e que, apesar da entrada maciça de trabalhadores verificada na passagem do século, os cafeicultores frequentemente reclamavam sua escassez.

71. Houve também, no início do século, greves de colonos no interior do estado de São Paulo. Além do trabalho citado de Verena Stolcke, documentos sobre tais movimentos foram publicados por Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, A Classe Operária no Brasil - 1889/1930 - documentos. Vol. 1 - O Movimento Operário. São Paulo, 1979. p. 116 e seguintes. A análise de Jacy Alves de Seixas em Anarchisme, syndicalisme revolutionnaire et participation politique au Bresil: Mythe et Histoire assinala como principais reivindicações do movimento operário, a luta por salários, jornada de trabalho de oito horas e liberdade de organização sindical. Op. cit. p. 329.

comum: tratava-se da criação e implementação de estratégias que visassem o controle sobre as populações pobres, imigrantes ou não.⁷² Além disto, essa população, que constituía a força de trabalho do Estado, normalmente não estava onde deveria estar: sobrava na cidade, faltava no campo:

"Ficou a cidade inundada de desocupados."⁷³

"... a Agência oficial de Colocação reconduziu para o interior cerca de vinte mil pessoas, sendo que doze mil no período que mediu entre Agosto e Outubro."⁷⁴

O fato ocorreu no ano de 1914 e as frases acima são significativas. Não é possível imaginar, entre essas 20 mil pessoas que, num curto espaço de tempo foram conduzidas ou reconduzidas para a lavoura, quantas o fizeram sem resistência e quais os meios empregados para obrigar aqueles que tentaram opor alguma forma de resistência. E, mesmo assim, essa medida não era suficiente, não bastava promover

72. Sidney Chalhoub apontou que o "universo ideológico das classes dominantes brasileiras ... parece estar dividido em dois mundos que se definem por sua oposição um ao outro: de um lado, há o mundo do trabalho; de outro, há o mundo da ociosidade e do crime...". Trabalho, Lar e Boteguim. São Paulo, 1986. p. 49.

73. Boletim do D.E.T. - Anno III, n. 12 e 13. Op. cit. p. 468.

74. Idem, p. 472.

a remoção dos milhares de "desocupados" da cidade para o campo, tamanha a complexidade da questão. A presença dos numerosos desocupados, vistos como vadios, incomodava a elite. Algumas das sugestões propostas dão uma medida do que se esperava da ação da polícia e do Estado, como forma, senão de solução, pelo menos de afastamento do convívio com essa "escória" pelos "homens bons" da sociedade brasileira.

No Diário do Povo de Campinas, em 1912, aparecia uma reivindicação às autoridades nos seguintes termos:

"Ainda ontem, na praça Carlos Gomes, deitado na relva, estava um indivíduo de cor parda, completamente embriagado e em trajes indecorosos.

Não seria acertado que a polícia procurasse um meio de poupar à vista do povo este espectáculo que muito nos deprime, procurando recolher esses infelizes à repartição policial?"⁷⁵

Com relação aos menores, a sugestão era ir mais fundo e tentar controlar-lhes a alma, prevendo-se, simultaneamente, a assistência aos pobres e a obrigação ao trabalho:

"Devemos recolher os menores que vagueiam nas ruas de nossas capitais, para cuidar-lhes do corpo e da alma. É preciso torná-los aptos para o trabalho e salvá-los da perdição."⁷⁶

75. Diário do Povo, Campinas, Anno I, n. 3, 22/02/1912.

76. Boletim do D.E.T. n. 27, Anno VII, São Paulo, 1918. Op.

Salvá-los da perdição pelo trabalho. E o Departamento Estadual do Trabalho despendeu esforços no sentido de tentar demonstrar a possibilidade de se criar uma sociedade do e para o trabalho, com trabalhadores nacionais. Fez um grande esforço no sentido de desmontar e afastar preconceitos existentes a respeito do trabalhador nacional. Foram vários os artigos em que insistiu nesse ponto, seja colhendo exemplos onde se utilizava mão-de-obra nacional a contento, seja através de artigos em que se denunciava as péssimas condições de saúde em que vivia tal população, causas de sua debilidade e empecilho para o seu aproveitamento. A publicação desses artigos coincide com a intensa campanha sanitária desenvolvida no Brasil na época, na qual sem dúvida o D.E.T. se engajou⁷⁷, e também

cit. p. 353.

77. Em 1917, o Boletim do D.E.T. publicou texto de Conferência proferida pelo Dr. Belisário Penna na Sociedade Nacional de Agricultura, onde ele dá, nas suas palavras, "testemunho visual e profissional da dolorosa situação de doença e de miséria da nossa população, sobretudo da rural e sertaneja". (p. 238), defendendo o ponto de vista de que a saúde deve estar em primeiro lugar na constituição da nacionalidade, seguida da instrução e educação. Coloca, portanto, como um dos grandes problemas do Brasil, a falta de saneamento e de medidas preventivas na área de saúde: "Trata-se da precaríssima condição de saúde da população sertaneja e rural brasileira, terrivelmente prejudicada por várias endemias evitáveis, todas, curáveis quasi todas, duas das quaes extensíssimas e das mais deprimentes, das que mais concorrem para a fraqueza e degeneração da raça patricia, (...). Refiro-me aos dois flagellos muito conhecidos -- malária e anquilostomíase -- perfeitamente estudados, e em varios paizes combatidos com exito e incalculavel resultado economico." (p.241-242). São Paulo, n. 23, 2º

com o movimento decorrente de valorização do nacional e de denúncia da suas precárias condições de vida, numa tentativa de demonstrar que as tais qualidades negativas que se atribuía ao nacional decorriam não de sua natureza, mas do fato do Brasil possuir uma população doente, sem acesso aos princípios básicos de higiene e saúde.

No ano de 1916 o Boletim do D.E.T. publicou artigo encomendado a J. Papaterre Limongi, relatando visita a um estabelecimento agrícola mantido por monges Trappistas no Tremembé, onde vinham sendo realizadas experiências com trabalhadores nacionais. Ao longo do artigo Limongi tentou mostrar o êxito do empreendimento, exaltando e tentando promover uma nova imagem do nacional enquanto bom trabalhador, adotando, no entanto, uma posição extremamente paternalista, na medida em que os grandes elogiados acabavam sendo os monges, à cuja ação se devia a recuperação dos caboclos.

Assim se referiu Limongi aos trabalhadores que viu:

"Nesta ocasião, chegava um caboclo, tipo característico do nosso homem dos campos, alto, desempenado e simpático."78

trim. de 1917.

78. Boletim do D.E.T. n. 20, Anno V, São Paulo, 1916. Op. cit. J. Papaterre Limongi era funcionário do D.E.T.

ou ainda,

"...classe de proletários nacionaes que tem vivido ao abandono, victima de um preconceito irracional que a considera inapta para o trabalho."⁷⁹

Concluindo, em seguida:

"E, pois, de admirar que gente assim abandonada tenha sabido corresponder como corresponde aos esforços dos Trappistas."⁸⁰

Os Trappistas são os verdadeiros heróis. Os outros, os trabalhadores, gente sem vontade nem iniciativa próprias, regenerados pela disciplina patronal. A forma como Papaterre Limongi resolve a ambiguidade de estar a elogiar pessoas tidas como inferiores, desqualificadas cientificamente, parece apoiada na tese desenvolvida por Euclides da Cunha n"Os Sertões, baseada na idéia de que certos grupos de mestiços no Brasil teriam já constituído uma sub-raça com características próprias:

"... mas é preciso não confundir os 'lamentáveis mestiços' que além dessa causa de degenerescência (alcoolismo) soffrem a influência do impaludismo, com os verdadeiros caboclos, que são uma raça, ou sub-raça já constituída, sem nenhum dos inconvenientes da

79. Idem, p. 350.

80. Idem, p. 352.

mestiçagem."⁸¹

O trecho é sugestivo no sentido de apontar as dificuldades da elite brasileira em lidar com a realidade com a qual se deparava: discernir entre "caboclos" e "lamentáveis mestiços" na prática parece impossível, ou, no mínimo, algo com critérios difficilimos de se estabelecer. Deixa entrever a idéia de que havia uma razão a impulsionar o desejo de resgatar, com finalidades práticas, a imagem do nacional. Razões provenientes do descontentamento com certos e determinados tipos de imigrantes (com idéias "exóticas"), de um sentimento nacionalista que afluía e também da necessidade econômica com relação à mão-de-obra.

Verena Stolcke apontou um dos aspectos práticos que teria levado a uma revisão das interpretações raciais sobre o nacional, nos seguintes termos:

"Os fazendeiros rapidamente esqueceram os seus preconceitos anteriores em relação ao trabalhador nacional, e agora se regozijavam com a força, a lealdade e a perseverança desses trabalhadores."⁸²

e, utilizou a seguir uma citação do próprio boletim do D.E.T., de 1917, onde se lê:

81. Idem, p. 361.

82. Stolcke, Verena, Caféicultura, homens, mulheres e capital (1850/1980). Op. cit. p. 88.

"Diminuída a imigração, o braço nacional valorizou-se. Valorizou-se e foi aproveitado. Os salários tinham subido. Viu-se então que não era só a falta de ambição que o deixava à margem: era também a insignificância do salário."⁸³

A questão é, portanto, muito mais complexa do que aparenta à primeira vista. A fronteira aberta possibilitava às pessoas, aos trabalhadores nacionais, a escolha de uma vida voltada para a economia de subsistência, ainda que insegura, ou a pequena produção voltada para mercados locais, também insegura dada a precariedade da posse, mas sempre preferível à subordinação ao trabalho nos cafezais, sob disciplina rígida e com baixa remuneração; uma vida e uma cultura voltadas para a manutenção de mínimos vitais, como bem apontou Antonio Cândido n' Os Parceiros do Rio Bonito. Podemos concluir que os momentos de crise favoreceram, como salientou Verena Stolcke, a valorização do trabalhador nacional dando-lhe contornos, na medida em que, nesses momentos, ele passou a ter uma participação econômica maior e os grupos dominantes passaram a dele se ocupar, muito embora na medida de seus próprios interesses.

O encaminhamento da questão do trabalho se fez, portanto, no século XIX, pela marginalização do elemento nacional do mundo do trabalho, ao menos em condições

83. Idem, p. 89.

similares às que eram oferecidas aos imigrantes, de forma que, apesar da aparente solução da questão do trabalho do ponto de vista dos proprietários com a entrada de milhares de imigrantes, restava sem solução o problema mais global da população nacional e da identidade do povo brasileiro. Tema que preocupou agudamente o pensamento nesse período.

Os problemas relativos ao trabalho e ao controle sobre os trabalhadores se resolveram por um processo de exclusão do social e inclusão no mundo do trabalho, de grandes parcelas da população brasileira, tanto da cidade como do campo, ainda que com especificidades e particularidades inerentes a cada lugar e situação. Aqueles que recusassem a disciplina desse mundo reservou-se, primordialmente a repressão e secundariamente, a educação, ambos vistos como recurso para a obtenção da disciplina. Tal concepção foi resumida, na década de 20, por Washington Luís, na célebre e conhecida frase: "a questão social é um caso de polícia".

3. AS INTERPRETAÇÕES CIENTIFICISTAS:

"O sertanejo é antes de tudo um forte."

Euclides da Cunha
Os Sertões
1902

Brasil e brasileiro: ensaios de caracterização

A principal característica que se encontrou para o brasileiro, foi justamente a descaracterização: a ausência como traço fundamental. Daí a nação por formar-se; a nação por vir-a-ser. O Brasil e o brasileiro, retomemos, ocuparam um lugar privilegiado no cenário e no pensamento na virada do século XIX para o XX. Não apenas de um ponto de vista estritamente apegado à formação do mercado de trabalho mas, e principalmente, como ponto central da procura de uma identidade nacional.

Uma identidade que vinha sendo construída no decorrer do século XIX e que foi tomando forma em múltiplas representações que, frequentemente, contribuíram para a ambiguidade no tratamento da questão. Ambiguidade proveniente ora do descompasso entre o arcabouço teórico a partir do qual se pensou o nacional e a "realidade" com que se deparou, ora das discrepâncias entre os diferentes tipos sociais e as variadas formas com que se olhou para essa

gente. Um olhar posto no futuro, que encontrou um presente, que se assemelhava ao passado. Tal era a sensação que experimentava o olhar que se dirigisse para as populações pobres do país, em especial para um personagem dentre eles -- o nacional -- de difícil definição.⁸⁴ Tal dificuldade significava um outro aspecto para a presença da ambiguidade. Procurava-se uma representação que pudesse ser um conjunto das características onde se encaixasse a maior parte dos brasileiros e, mais que isso, uma definição que comportasse os elementos do progresso e da civilização ou, ao menos, desse indicações das suas possibilidades futuras, que permitisse pensar o que era ser "brasileiro".

O que poderia ser, ou vir-a-ser, o "brasileiro" foi pensado naquele momento por caminhos bastante diferenciados. Ao mesmo tempo em que os ensaios procuravam ou achavam importante identificar na diversidade os traços comuns que pudessem levar a uma identidade, compreendida

84. Em As Ilusões da Liberdade - A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil, Mariza Corrêa analisa que "A questão principal que Nina Rodrigues e seus contemporâneos se colocavam dizia respeito à nossa definição enquanto povo e a deste país como nação, o que os fazia colocar as relações raciais no centro de suas preocupações teóricas e de pesquisa,..." Assinala, ainda que, "O atalho que esta questão tomou no Brasil estava diretamente ligado à presença entre nós de milhões de descendentes de africanos; as 'classes perigosas' aqui eram inicialmente compostas por eles e só muito mais tarde as classes trabalhadoras, maciçamente integradas por imigrantes, serão objeto de atenção da ciência." Tese de doutorado, FFLCH/USP, 1982.

como homogeneidade, surgia uma literatura regionalista que procurou justamente afirmar a brasilidade através da diversidade, ou seja, da afirmação das diferenças peculiares dos tipos e personagens característicos das diversas regiões brasileiras. Para contornar dificuldades, os autores que se debruçaram sobre uma tal tarefa representaram o brasileiro, em geral excluindo parcelas da população ou buscando tendências para a formação de uma raça brasileira, a partir dos diferentes componentes étnicos, de forma que a existência do brasileiro, mais uma vez, estaria relegada para o futuro. Euclides da Cunha afirmava a inexistência da unidade racial brasileira, mostrando-se cético com relação às suas possibilidades, a não ser num futuro remoto. Silvio Romero, em outra perspectiva, pretendia o branqueamento da raça que se realizaria com o tempo, a partir da imigração e pelo predomínio étnico do mais forte.⁸⁵

Abordar teoricamente essa população e conhecê-la, colocava problemas, na medida em que o pensar a sociedade brasileira, pressupunha uma análise da sua formação étnico-cultural e o pensar as teorias raciais num país de mestiços, apresentava não poucas dificuldades.⁸⁶

85. Estes aspectos do pensamento de Euclides da Cunha e Silvio Romero serão analisados um pouco mais adiante, nesta mesma parte do trabalho.

86. Roberto Ventura, em Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870/1914, analisa a disseminação das teorias raciais no Brasil do final do

As primeiras manifestações em direção ao conhecimento dessa sociedade, de acordo com Antonio Cândido, foram literárias. A ciência ensaiava, no Brasil,⁸⁷ seus primeiros passos e foi a literatura que contribuiu inicialmente para um esforço de afirmação nacional -- "a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito". Isto teria dado origem a um "gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte", uma "forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil"; tais ensaios aparecendo mais como "ponto de vista" do que propriamente

século XIX, no sentido de que "A proclamada inferioridade das raças não-brancas, (...) colocavam um dilema para a elite brasileira, que oscilava entre o liberalismo e o racismo, entre o pressuposto liberal da igualdade formal e o princípio racista da desigualdade inata entre os homens. (...) O racismo científico foi adotado, de forma quase unânime, a partir de 1880, enviesando os ideários liberais, ao refrear suas tendências igualitárias e democratizantes e dar argumentos para estruturas sociais e políticas autoritárias." São Paulo, 1991. p. 58.

87. Mariza Corrêa abordou, de forma pertinente, as dificuldades para a distinção e localização da emergência do campo das Ciências Sociais e em particular da Antropologia como disciplina autônoma no Brasil, considerando a necessidade da lembrança de que, quando o termo começou a ser utilizado entre nós, "a formação do intelectual brasileiro se restringia quase só à possibilidade de tornar-se ele um médico, um jurista ou um engenheiro? O que, curiosamente, levou a uma ampliação de seus interesses teóricos e de pesquisa (...) e não ao seu confinamento nos campos em que tinham sido instruídos". Op. cit. p. 12.

como ciência.⁸⁸

Desta forma, tais pontos de vista tornam-se importantes, na medida em que contribuíram para a formação e informação do restrito público a que se dirigiam, respondendo, de certa forma, aos seus anseios e perspectivas. Foram formando como que um caldo de cultura de onde emergiram e tomaram forma as diversas representações sobre o brasileiro, que foram sendo apropriadas e divulgadas, não somente por tais ensaios, como também pelas diversas vertentes da literatura sertaneja, de maior ou menor qualidade literária. Essa literatura, em alguns casos, contribuiu para a fixação de estereótipos perigosos a respeito do Brasil e do brasileiro, ainda que deva-se reconhecer esforços sérios, não dominantes, no sentido da crítica de tais estereótipos e na abordagem de temas visando a denúncia social.

Positividade e negatividade como que numa balança pendendo ora para um, ora para outro lado. Num momento negar e em outro afirmar a existência do povo brasileiro. A necessidade de se construir a identidade -- a brasilidade -- em contraposição ao estrangeiro, num momento de entrada maciça de trabalhadores imigrantes no país, que se

88. Cândido, Antonio. Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária. Op. cit. p. 130.

beneficiavam de um imaginário que os tomava por melhores que a população local. A maior parte da população brasileira carregava em si um estigma que não lhe permitia competir em condições de igualdade -- a cor. Mesmo que as análises procurassem dar um peso ao meio (físico e social) na formação dos povos, o carácter racial permanecia como identificador indelével de inferioridade, profundamente arraigado, estabelecido de forma quase inabalável. Os contrapontos desse pensamento não alcançaram divulgação, permaneceram pouco conhecidos.

EUCLIDES DA CUNHA: um ponto de vista

Euclides da Cunha iniciou sua obra Os Sertões com uma análise pessimista e uma previsão sombria:

"Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra.

O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório, serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas."⁸⁹

O texto de Euclides tem uma força expressiva bastante grande, o que, de resto, é característica da sua

89. Cunha, Euclides da. Os Sertões - Campanha de Canudos. São Paulo, 1979. p. 7. (1a. edição - 1902).

forma de escrever, que se esmera na lapidação da palavra, na precisão dos termos, na busca de uma expressão "verdadeira". Euclides trouxe previsões sombrias a se acreditar na fatalidade do desaparecimento das "raças inferiores" e "mestiças", identificando dois brasis, um que poderia vir a ser e outro, fadado ao desaparecimento. Desaparecimento de um modo de vida ou de uma parcela da população: era preciso matar ou transformar o velho Brasil, ou a sua imagem, para que um novo pudesse surgir (re)nascer.

Euclides foi aluno da Escola Politécnica e da Escola Militar, republicano, socialista, jornalista, preocupado com as coisas do Brasil, leitor dos autores positivistas e darwinistas-sociais entre outros, tributando uma aceitação especial ao evolucionismo e às idéias de Spencer e Gumplowicz.⁹⁰ Com esse arsenal, Euclides assistiu

90. Em "Outros Contrastes e Confrontos", Euclides afirmou: "Sem nos filiar-mos a escolas filosóficas -- o que é um verdadeiro absurdo na mocidade, na quadra exuberante em que, para a formação imprescindível da consciência, nos voltamos indistintamente para tôdas as idéias, abrindo com igual interêsse e igual curiosidade todos os livros, ouvindo com igual respeito tôdas as crenças e tributando igual veneração a todos os sábios...". Sobre Gumplowicz, afirmou, em resenha a artigo de J. Pereira Bruno, intitulado O Brasil Mental: "Gumplowicz -- que é como uma transfiguração de Hobbes refundido à luz do darwinismo -- enfaixando com uma luz surpreendora, as deduções mais seguras da filosofia da história, desde as tentativas de Hegel aos princípios do evolucionismo -- definir modernamente, na tendência imanente a todo o elemento forte para subordinar a seus disgnios os mais fracos com que enfrenta, a fórmula que traduz o processo natural da civilização humana." in Euclides da Cunha, Obra Completa. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, 1966. 2v.

aos últimos dias de combate e à queda do arraial de Canudos, como enviado d'O Estado de São Paulo. Dessa visão, relatada n'Os Sertões, de outras viagens que empreendeu pelo interior brasileiro (em especial à região da Amazônia) e da sua vivência em São Paulo e Rio de Janeiro, desenvolveu suas observações sobre o povo brasileiro. Admirador incondicional do progresso científico e tecnológico de sua época, Euclides manifestava um grande otimismo na expansão e alcance da civilização que carregaria no seu caudal todos os remanescentes de um mundo anterior em extinção. Restariam aqueles que acompanhassem a marcha inexorável da civilização.

A ciência levou o mundo a um desenvolvimento jamais visto, se se deixar de lado a questão da moral, onde não houve progresso. Um mundo utilitário, que transformou a terra em "serva submissa do pensamento humano".⁹¹ Para Euclides seu tempo era um tempo de glória para a humanidade; um tempo que quebrava tradicionalismos:

"Rompe o herói prático,
esplendidamente burguês; o herói que faz
o trust do ideal; o herói que aluga a

91. Cunha, Euclides da. "Civilização", in Contrastes e Confrontos. Introdução de Olímpio de Souza Andrade, cotejo e estabelecimento do texto pelo Prof. Rolando Morel Pinto. São Paulo/Brasília, 1975. p. 154. (A primeira edição foi feita em Portugal em 1907, enfeixando 28 artigos, a maioria de 1904).

glória e que, antes de pedir um historiador, reclama um empresário.

Alevantamento moral...

Não prossigamos. Decididamente Spencer viu, pela última vez, este mundo com o olhar bruxuleante de um velho.

O mestre errou; errou palmarmente, desastrosamente, escandalosamente.

Os tempos que vão passando são, na verdade, admiráveis." 92

Tempos de um desvendamento sem paralelo da natureza, do triunfo das leis positivas que levariam ao "reinado tranquilo das ciências e das artes".93 E é

92. Idem, p. 156.

93. "Um Velho Problema", in Contrastes e Confrontos, Op. cit. Este artigo está centrado na discussão das injustiças e principalmente da propriedade, iniciando com o direito de roubo, expresso em velhas leis consuetudinárias da Borgonha e que era defendido por nada menos que Santo Tomás de Aquino. Daí se encaminha pela discussão dos direitos do século XVIII em que se erigiu a propriedade burguesa e daí passando por Marx e elaborando a comparação do trabalhador à máquina que é conservada pelo dono, cuidada, brunida, enquanto que o trabalhador, "quando se extingue, ninguém lhe dá pela falta na grande massa anônima e taciturna, que enxuma todas as manhãs à porta da oficina." (p.145). Identifica em Marx o momento em que o "socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva" (p. 144). Critica a revolução pois acredita que a evolução está a caminho e que a revolta que poderia abalar a terra inteira estaria no ato "simplíssimo" de todos os trabalhadores: "cruzar os braços...". Aponta o triunfo inevitável que seria garantido pelas "leis positivas da sociedade que criarão o reinado tranquilo das ciências e das artes...". (p. 146). Euclides, provavelmente, foi leitor de Proudhon e da sua análise sobre a propriedade como roubo, em O que é a propriedade? Suas propostas apresentam, também, uma sintonia com aquelas da social-democracia da época.

justamente o engenho que se transforma em força de dominação, que se impõe de forma irresistível, subjugando os fracos: aqueles que não pudessem assimilar e caminhar ao lado da civilização desapareceriam submetidos pelos mais fortes,⁹⁴ num processo de luta permanente e indefinida, luta de "espécies sociais" pela sobrevivência, em similaridade à que se verificava na natureza.⁹⁵

94. O pensamento de Euclides da Cunha encaixa-se no quadro teórico do darwinismo social, de onde ele seguramente recebeu influências. Ele se utiliza largamente dos conceitos desenvolvidos nesse pensamento, como a noção de evolução e de conflito e luta permanentes; a visão da formação das sociedades, dentro de um processo evolutivo, a partir da heterogeneidade primitiva e natural para a homogeneidade social e, também, com o conceito de raça e sub-raça de um ponto de vista étnico-cultural. Referindo-se a Gumpowicz e pensando suas teorias para o caso brasileiro afirmou: "Seguindo paralelamente o pensamento do escritor germanico, que entretanto, ao delineá-lo não cogitava o Brasil, podemos caracterizar o nosso movimento evolutivo como um resultado da ação de raças heterogêneas que se acham entre si numa relação de subordinação ou de predomínio, ou num equilíbrio mais ou menos estável, obtido à custa de compromissos políticos, determinando uma superposição de classes que se erige na ordem política como -- a seleção natural das raças". Resenha a O Brasil Mental de J. Pereira S. Bruno, in Euclides da Cunha, Obra Completa, op. cit. p. 411.

95. Ainda com relação às influências do darwinismo social no pensamento brasileiro, incluindo o socialismo reformista, Jacy Alves de Seixas apontou que "Cela a contribué à ce que les conflits sociaux et la lutte de classes (*moteur de l'histoire* dans la théorie marxiste), aient acquie l'acception de lutte d'espèces sociales pour leur survivance (et domination), au sens darwinien du concept. Ainsi la lutte de classes devient le *moteur de l'évolution* historique et la notion de race (propre au darwinisme social) vient se coller à celle de classe". Op. cit. p. 162 (ênfase do autor).

N'Os Sertões e em artigos que escreveu e publicou um pouco mais tarde, Euclides desenvolveu suas idéias a respeito do povo brasileiro. Lá, ele elaborou a famosa descrição do sertanejo -- forte e fraco ao mesmo tempo. Juntou-se no mesmo ser, a fraqueza e a fortaleza inerentes ao sertanejo brasileiro -- representação cujo personagem carrega em si a sua própria ambiguidade, tornada possível no pensamento de Euclides a partir da distinção efetuada entre os mestiços do litoral e os do sertão. O sertanejo é fruto da miscigenação de antigos bandeirantes paulistas com os índios do sertão em oposição ao mulato do litoral, que tem ascendência negra. Este sertanejo já teria formado uma sub-raça com caracteres estáveis, próprios, devido ao isolamento em que se desenvolveu, sendo superior ao mestiço do litoral.

"Deste modo se estabeleceu distinção perfeita entre os cruzamentos realizados no sertão e no litoral." 96

"... -- em toda a orla do sertão de Canudos -- se estabeleceu desde o alvorecer da nossa história um farto povoamento, em que sobressaia o aborígene amalgamando-se ao branco e ao negro, sem que estes se avolumassem ao ponto de dirimir a sua influência inegável." 97

O mestiço do litoral, sem o isolamento, esteve

96. Cunha, Euclides da. Os Sertões: Campanha de Canudos. Op. cit. p. 76.

97. Idem, p. 84.

sujeito a um indesejável excesso de miscigenação:

"Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso."

(...)

"De sorte que o mestiço -- traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares -- é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos histericos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado."

(...)

"E o mestiço, -- ..., é um decaído, ..."

Dá-se uma condenação do mestiço num país de mestiços. Uma abordagem elaborada através da diferenciação entre sertão e litoral, definindo "mestiços" e "mestiços". Houve recorrência ao isolamento e ao tempo para o estabelecimento do sertanejo como sub-raça, que não esteve sujeita à miscigenação exagerada, mas que porta suas próprias ambiguidades.

E interessante ver a construção da imagem do

98. Idem, p. 87.

sertanejo com que Euclides abriu a segunda parte d'Os Sertões, aquela que se refere ao homem:

" O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

E desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasimodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo -- cai é o termo, de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável.

E o homem permanentemente fatigado.

Reflete a preguiça invencível, a

atonía muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude.

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrige-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.

Este contraste impõe-se ao mais leve exame. Revela-se a todo o momento, em todos os pormenores da vida sertaneja -- caracterizado sempre pela intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas." 99

Dois momentos opostos na descrição de Euclides; um único personagem. A ilusão da aparência conferindo à caracterização do sertanejo uma fluidez sempre renovada, "... a todo momento, em todos os pormenores da vida sertaneja...". Instantaneamente uma e/ou outra coisa -- "E

99. Idem, p. 91-92.

o homem permanentemente fatigado", de uma "aparência de cansaço que ilude".

Um mesmo personagem portando, aparentemente, características antagônicas -- uma que o deprime, outra que o exalta. Presentes no texto, já, representações que serão estendidas e generalizadas para a população brasileira. A fortaleza na esfera do mito, a imagem do "titã", do brasileiro que poderia ser e não é ou o é somente instantaneamente, quando a situação o exige. Em contrapartida: a atonia, a desesperança, a displicência, a humildade, a fadiga.¹⁰⁰ Para Euclides, a preocupação e ambiguidade com relação ao progresso e à civilização. Esta estava às portas e o brasileiro típico seria envolvido pelo seu caudal, já que não tinha mais tempo, nem força, para alcançar e disputar com os povos mais avançados. Euclides, ao se referir à população brasileira e ao Brasil, prognosticava:

"Estamos condenados à civilização.

100. É importante anotar que esse sertanejo, de quem Euclides fala, enfrentou e venceu várias expedições do governo, aparelhadas com armas modernas, porque suas armas e táticas (guerrilha, por exemplo), estavam melhor adaptadas ao meio, relativamente aos seus adversários. No entanto, é importante salientar, também, que, ao final eles são derrotados, na verdade dizimados, quando o Estado brasileiro transporta para o sertão, ainda que com dificuldades, todo um arsenal de guerra que somente a técnica e a civilização poderiam comportar.

Ou progredimos, ou desapareceremos." 101

A fatalidade do progresso com suas máquinas e artefatos, deslumbrando o mundo e apregoando uma nova era tornava a comparação inevitável e difícil. Realçava o atraso e a miséria e contribuía para uma visão negativa e desesperançada¹⁰², pelo menos com relação à parte do Brasil que parecia impermeável ao desenvolvimento.

A maior parte da população brasileira vivia no campo e esteve sujeita a uma dupla desqualificação -- aquela que se generalizou para o povo brasileiro e aquela que a contrapunha à população urbana. As elites procuravam se diferenciar do restante da população identificando-se com os padrões europeus e americanos e menosprezando o que existisse de mais popular no Brasil.

Thomas Skidmore, por exemplo, estranha a repercussão que Os Sertões encontrou junto à elite brasileira, afirmando ser a obra tanto "um requisitório

101. Cunha, Euclides da. Os Sertões: Campanha de Canudos. Op. cit. p. 60.

102. Hardman acompanha através das Exposições Universais do século XIX a exibição das maravilhas mecânicas possibilitadas pela técnica da moderna sociedade industrial burguesa, não só no campo da indústria, mas também da agricultura, da mineração e do artesanato, analisando a participação brasileira nesse contexto de modernidade. Francisco Foot Hardman, Trem Fantasma: a modernidade na selva. São Paulo, 1988.

contra a elite (os compradores do livro) quanto uma descrição pouco simpática do sertanejo brasileiro?" 103

Ora, muito embora Euclides fosse incisivo em preconizar os males da mestiçagem e a possibilidade do desaparecimento da população mestiça, ele faz, na verdade, um elogio do sertanejo e da sua ação no meio em que vive, de forma que o requisitório se dirige mais para a situação de miséria e abandono, esta debitada não aos próprios miseráveis, mas à política que os mantinha em tal estado, daí a crítica às elites. Quanto ao sertanejo, uma vez operada a sua distinção e origem (com pouca mestiçagem negra e tendo passado por um período de isolamento para constituir uma sub-raça) na descrição de Euclides no decorrer d'Os Sertões, ele se torna digno de elogio, é enaltecido em suas qualidades que, no entanto, estão escondidas, "adormecidas" e precisam ser despertadas ou espicaçadas para serem

103. O pressuposto de Skidmore ao analisar o pensamento brasileiro quanto à raça e nacionalidade na passagem do século XIX para o XX está vinculado à idéia básica de uma má assimilação por parte dos brasileiros (elite) com relação às idéias "importadas" da Europa. A p. 13 do Prefácio o autor diz: "Os brasileiros liam tais autores, de regra sem nenhum espírito crítico. ... Caudatários, na sua cultura, imitativos, no pensamento -- e côscios disso -- os brasileiros do meado do século XIX, como outros tantos latino-americanos, estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas sociais da Europa...". Mantido, portanto, um preconceito que remonta à pretensa superioridade de uns povos com relação a outros. Skidmore, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, 1976.

desencadeadas e se revelarem.

Depois da publicação d'Os Sertões Euclides escreveu diversos artigos para jornais cariocas e paulistas, mais tarde reunidos para publicação em Contrastes e Confrontos,¹⁰⁴ onde percorre temas regionais, nacionais e internacionais. Desses artigos, três são bastante relevantes para o estudo das idéias que estavam sendo formuladas a respeito do nacional naquele momento: "Fazedores de Desertos", "Entre as Ruínas" e "Nativismo Provisório".

Nesses artigos, em especial nos dois primeiros, Euclides abordou temas que foram retomados não muito tempo depois por Monteiro Lobato. A perspectiva de ambos é semelhante: preocupação com a decadência da região do Vale do Paraíba paulista por uma ocupação destrutiva do solo (a queimada) apontando na ruína da terra, a ruína maior do homem que ainda a habita. Dupla preocupação: uma com a natureza, outra com o homem. O tratamento dessa temática, no entanto, é diferenciado -- Euclides não eximiu a elite proprietária pela devastação do solo e pelas alterações no clima, apontando ser a queimada um mau ensinamento do aborígene, utilizado em escala ampliada pelo colonizador, como "uma empreitada que temos feito há longos anos, com

104. Cunha, Euclides da. "Fazedores de Desertos", in Contrastes e Confrontos. Op. cit. p. 126 e seguintes.

persistência que nos faltou para outros empreendimentos."¹⁰⁵ Lobato, em um de seus artigos de maior repercussão, numa análise mais estreita, apontou o caboclo como o responsável por tal destruição.

Detendo-se no Vale do Paraíba paulista, Euclides descreve os traços das "grandezas decaídas" e da "tristeza daqueles ermos desolados".¹⁰⁶ Ruína maior ainda, porque não afeta somente a natureza, mas também o homem:

"As estradas são ermas. De longe em longe um caminhante. Mas é também um decaído. Não é daqueles caboclos rijos e mateiros, que abriram neste vale as picadas atrevidas das "bandeiras". O caipira desfibrado, sem o desempenho dos titãs bronzeados que lhe formam a linha obscura e heróica, saúda-nos com uma humildade revoltante, esboçando o momo de um sorriso, deplorável, e deixa-nos mais apreensivos, como se vissemos uma ruína maior por cima daquela enorme ruínia da terra."¹⁰⁷

A comparação do caipira decaído com os antigos "titãs" das bandeiras, retomando, não involuntariamente, a imagem do sertanejo n'Os Sertões.¹⁰⁸ A imagem retida pelo

105. Idem, p. 127.

106. Cunha, Euclides da. "Entre as Ruínas", in Contrastes e Confrontos, Op. cit. p. 131.

107. Idem, p. 132.

108. Nos dois casos, tanto o caipira decaído como o sertanejo d'Os Sertões, têm uma origem comum, provindo dos "titãs" das bandeiras paulistas.

observador é profundamente triste, desoladora: a imagem do caipira desfibrado, de uma "humildade revoltante". Aparecem os primeiros elementos para a caracterização do caipira decadente, arruinado, sem ânimo, que transparecerá em toda a literatura posterior. Uma primeira representação, cuidadosa, que lamenta, denuncia, reclama. Lamenta fundamentalmente, a inexistência de um povo -- a "instabilidade de uma formação etnológica não ultimada e longa"¹⁰⁹ que ocorrerá, quem sabe, num futuro ainda remoto.

Ao tratar do povo brasileiro, do nacional, Euclides utilizou, por um lado, um viés romântico,¹¹⁰ ao procurar as origens "nobres", corajosas dos paulistas, conduzindo à idéia de um passado melhor, mais forte e, de outro, o tratamento da situação presente, de forma que o caipira tal como foi visto, tornou-se objeto de uma dupla comparação: uma na sua linha ascendente, ao "caboclo" mateiro, rijo, bronzado, verdadeiro "titã"; outra na situação presente, em que é confrontado com os imigrantes, que encarnam a civilização que chega -- difícil ignorar os efeitos advindos de uma entrada maciça de estrangeiros na terra, por um lado e, por outro, a comparação a um

109. Cunha, Euclides da. "Nativismo Provisório", in Contrastes e Confrontos, Op. cit. p. 135.

110. Sevcenko, Nicolau. Literatura como Missão - tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2a. edição. São Paulo, 1985. p. 133.

personagem heróico de um tempo já desaparecido. Na comparação, o caipira perde, sempre.

Jacques Le Goff analisa, na postura das elites das nações atrasadas frente ao progresso, um confronto que se verifica não somente no campo material, o que já seria bastante, mas também no campo social e cultural, afirmando que "Quase todas as nações atrasadas se encontraram perante a equivalência entre modernização e ocidentalização e o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional. Um pouco por todo o lado distinguiu também a modernização econômica e técnica da modernização social e cultural".¹¹¹

Euclides não esteve isento às tensões que envolviam identidade e nação. Num momento de (re)despertar do nacionalismo, de uma elite que fica simultaneamente encantada ante a evolução da técnica e do progresso e temerosa de ser levada de roldão pelos povos civilizados, com a perspectiva da perda da sua própria identidade, ele o criticou -- não qualquer tipo de nacionalismo, mas aquele que ele denominou "sentimental e irritante", qualificando-o de pseudo-patriotismo. Para ele dever-se-ia resguardar os atributos essenciais da raça brasileira sem desquerer o

111. Le Goff, Jacques. História e Memória. Trad. Bernardo Leitão ... (et al.), Campinas, SP, 1990.

estrangeiro que nos estende a mão "nobilitando o trabalho e facilitando a maior reforma social do nosso tempo."¹¹²

Uma imigração de que necessitamos -- "carecemos de colaboração artística e do adiantamento de outros povos",¹¹³ mas essa necessidade mesma traz problemas diante da formação histórica naturalmente complexa e incompleta do povo brasileiro. Não é o imigrante que se vê na contingência de se adaptar à feição do povo que o acolhe mas é ele que vai "a pouco e pouco trazendo-nos o seu ambiente moral" facilitado pelo nosso "desapego às tradições, ao cosmopolitismo instintivo e à insegurança dos nossos estímulos próprios."¹¹⁴ Resulta daí "o exílio paradoxal dentro da nossa própria terra". A conquista pela infiltração poderosa do gênio e da atividade e não pelas armas. Esta a forma pela qual as culturas fortes dominariam o mundo.

A aproximação entre técnica, progresso e indústria, colocou, por seu turno, sérias indagações. Euclides tinha uma admiração enorme por todo esse desenvolvimento denominado "civilização". Como já frisamos

112. Cunha, Euclides da. "Nativismo Provisório", in Contrastes e Confrontos, Op. cit. p. 135.

113. Idem, p. 136

114. Idem, p. 136.

anteriormente, considerava o tempo em que vivia "admirável", discordando da avaliação de Spencer (por cuja obra foi grandemente influenciado) que afirmava estar assistindo à "decadência universal".¹¹⁵ Para Euclides, Spencer, que tinha tido uma vida "toda ela um hino ao progresso", tornou-se pessimista ao final de sua existência. De acordo com ele, Spencer avaliava o renascimento da atividade militar da passagem do século como uma das consequências sombrias da civilização; Euclides, por seu lado, achava que o avanço irresistível do progresso através do gênio da atividade dos povos oriundos das raças fortes, na direção do conhecimento, numa linha evolutiva, alcançaria, além do campo material, também o campo moral levando a uma melhoria das condições de vida das pessoas em geral.

Aqui no nosso embate particular, o atraso brasileiro versus o progresso inelutável da civilização, precisaríamos medidas que contrabalançassem a "nossa evidente fragilidade de raça ainda incompleta, com a integridade absorvente das raças já constituídas".¹¹⁶ O

115. Idem, p. 137.

116. Idem, p. 138. O termo raça é utilizado por Euclides no sentido de grupo singenético, tendo por base não a etnia, mas a cultura, a civilização. No caso brasileiro essa raça estaria ainda em formação, daí a inexistência de um povo brasileiro e dos riscos representados por uma entrada maciça de povos considerados superiores, porque o embate dar-se-ia entre "fracos" e "fortes", com a predominância natural do segundo grupo.

progresso na linha evolutiva se verificaria através do tempo, portanto, da história. O Brasil precisava e não dispunha de tempo para alcançar a civilização e a sobrevivência estaria reservada aos mais aptos. Apesar da ambiguidade e do elogio do sertanejo, o imigrante representava essa força avassaladora do gênio da civilização e da raça que foi contraponto importante em meio à preocupação com a identidade nacional, que antes de existir poderia se perder e foi em meio a esse imaginário que foi tomando forma a figura do brasileiro, pensado na contraposição frente a outros povos e raças. Euclides fala com orgulho do sertanejo -- nosso "titã", e com tristeza do caipira desfibrado, excessivamente humilde que ele encontra -- não o acusa de nada, simplesmente lamenta.

SILVIO ROMERO: um debate

No ano de 1907, Silvio Romero em "O Brasil Social" estabeleceu uma polêmica com Euclides da Cunha em relação às suas previsões para as populações sertanejas do Brasil e a perspectiva do seu desaparecimento frente à entrada avassaladora de povos etnicamente superiores e melhor adaptados às condições de progresso do mundo. Seus termos foram os seguintes:

"Mas essa parte das nossas gentes, destinada a seu vêr, a apagar-se da vida e da história, é a maior parte da nação e é aquella que fundou as nossas riquezas, e é aquella que tem mantido a nossa independência, porque é aquella que sempre trabalhou e ainda trabalha, sempre se bateu e ainda se bate..."¹¹⁷

Na sua argumentação, procurou mostrar que existiam razões no próprio desenvolvimento histórico do país para explicar a situação de marginalidade em que viviam grandes

117. Romero, Silvio. O Brasil Social (Vistas synthetiques obtidas pelos processos de Le Play). Rio de Janeiro, 1907. p. 7.

parcelas da população brasileira. Para tanto, retomou o processo de ocupação da terra no sentido de mostrar que o grosso do proletariado rural do Brasil (trabalhadores livres pobres) "teve fatalmente de acostar-se como agregado á patronagem dos grandes proprietários."¹¹⁸ Isto como resultado da concessão de sesmarias interminas, que lhes barrou o acesso à terra e aos meios de sobrevivência. O que de moderno haveria nessa estrutura seria a incorporação dos ex-escravos a essa "enorme massa de população proletária, quer dos campos, quer das grandes povoações".¹¹⁹ Tal situação seria ainda agravada pelo comportamento das elites intelectuais, "eivadas de estrangeirices", que através de seus escritos desviava os governos de seu dever para com a maioria da população nacional.

"Quero falar da singularissima teima dos intellectuaes de toda a casta de dizerem mal das gentes da roça, sertanejas ou não, sem se lembrarem que, ha quatro seculos, ellas é que trabalham e produzem, ellas é que se batem, isto é, sem se lembrarem que ellas é que têm sustentado o Brasil, como povo que vive e como nação que se defende."¹²⁰

Concluindo, um pouco adiante:

¹¹⁸. Idem, p. 10.

¹¹⁹. Idem, p. 10.

¹²⁰. Idem, p. 11.

"O problema brasileiro por excellencia consiste exactamente em comprehender este facto tão simples e tratar de fazer tudo que fôr possível em prol de taes populações, educando-as, ligando-as ao sólo, interessando-as nos destinos desta pátria."¹²¹

De acordo com Silvio Romero a desagregação da sociedade brasileira não se limitava à população pobre, ela tinha um carácter mais amplo e geral, estendendo-se às demais "classes" que também se encontravam decadentes ou insuficientes -- nem o operariado rural, nem os pequenos proprietários, nem a pequena ou grande burguesia aqui, estavam organizadas como nas nações mais adiantadas, de carácter particularista.¹²² Tais deficiências, atribuiu-as às origens raciais dos povos formadores da nação e à natureza do meio, "*aspero*, em grande parte enganoso, pelas facilidades outorgadas à vadiagem",¹²³ de forma que

121. Idem, p. 12.

122. Silvio Romero divide os povos entre aqueles de índole comunaria, que são especialmente os latino-americanos e os de índole particularista, que ele identifica com os que estão a frente da civilização (ingleses, alemães, americanos, por exemplo). Entre os povos de índole comunaria predominam as características de apoio na coletividade para a solução de problemas, seja este grupo a família, o clã ou os poderes públicos; enquanto que nos povos de índole particularista predomina a energia individual, a autonomia criadora da vontade e da iniciativa particular. Considerava que os colonizadores (espanhóis e portugueses) se encarregavam somente do "suavíssimo officio de ... mandar ...". Idem, p. 8.

123. Idem, p. 14 (ênfase do autor).

juntaram-se dois fatores -- raça e meio -- dos quais surgiu e se conformou o "caráter nacional". No diagnóstico de Silvio Romero, dessa formação resultou uma profunda anomalia, no sentido de que a sociedade brasileira não tinha uma hierarquia social, ou seja, não possuía classes intermediárias entre a elite e a massa do povo. Essas classes intermediárias, tanto no campo como na cidade, é que proporcionariam a estabilidade social a partir de grupos que teriam interesses comuns a defender e interesse na defesa da nação. No limite, a ausência dessa hierarquia conduziria à conclusão de que "o Brasil não tem povo",¹²⁴ ou seja, o Brasil não tem povo apto ao exercício da cidadania.

Criticou as elites dirigentes da nação, "cujo principal móvel é fazer uma parte da população trabalhar para sustentar a outra..."¹²⁵ e que "sonha reformas aptas a calarem os brados das populações e mais aptas ainda a conservar a nação na direcção dos negócios."¹²⁶ Nesse aspecto, Silvio Romero concordava com Euclides da Cunha -- criticavam, ambos, o esforço das elites e do governo no Brasil em "reformular pelas cimalhas" (a expressão é de Euclides):

124. Idem, p. 19.

125. Idem, p. 22.

126. Idem, p. 22-23.

"Julgam que com o alargamento de ruas podem resolver os tremendamente inquietadores problemas brasileiros."¹²⁷

Uma diferença fundamental na orientação do pensamento entre Euclides e Romero estava na forma de encarar o mestiçamento a que esteve submetida a população brasileira. Enquanto Euclides, como vimos, sob a ótica da ambiguidade, via no mestiço um "desequilibrado, a apagar-se da vida e da história" da nação, Romero via no mestiçamento a possibilidade de formação da identidade nacional, ainda que essa sua perspectiva tenha sido formulada tendo em vista a possibilidade de branqueamento da população a partir dos cruzamentos entre os nacionais e os imigrantes recém-entrados. Ao analisar as raças que constituíram o povo brasileiro, retomando o mito da três etnias originais, na História da Literatura Brasileira, conclui:

"O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional.

Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial. Não quero dizer que constituiremos uma *nação de mulatos*; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro."

127. Idem, p. 23. A alusão é clara com relação à remodelação urbana do Rio de Janeiro no começo do século.

Acrescenta, um pouco adiante:

"O elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração européia, que promete continuar."¹²⁸

Ao final do volume, numa análise que pretende uma avaliação do meio e da raça na formação da identidade nacional, Silvio Romero considerou a influência da raça superior à do meio, apesar da grande influência deste, concluindo, com relação ao Brasil:

"Deste imenso mestiçamento *físico e moral*, desta fusão de *sangues* e de *almas* é que tem saído diferenciado o brasileiro de hoje e há-de sair cada vez mais nítido o do futuro."¹²⁹

Em outro trecho, o autor é mais enfático ainda:

"O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do nosso clima."¹³⁰

Uma distinção entre os dois autores que pode ter

128. Romero, Silvio - História da Literatura Brasileira. Tomo I - 5a. edição, organizada e prefaciada por Nelson Romero. Rio de Janeiro, 1953. p. 132-33 (ênfase do autor).

129. Idem, p. 34 (ênfase do autor).

130. Idem, p. 149.

um significado diverso se se considerar a ambiguidade presente no tratamento das questões raciais no Brasil. Euclides, vimos, tinha uma perspectiva futura pessimista com relação ao Brasil daquele momento, embora acreditasse fielmente no progresso. Romero acreditava no branqueamento, com o natural predomínio da raça superior, branca. Ambos concordavam que havia muito a se fazer, que só o tempo -- a história -- ultimaria o surgimento da figura do brasileiro e que a política deveria encontrar formas para a sua inclusão na vida nacional: politicamente, a cidadania; econômica e socialmente, as condições para a participação no mercado de trabalho.

Aproximavam-se. Ambos, apesar de verem como necessária a imigração, ficaram apreensivos quanto ao seu significado para a formação do brasileiro, já que concordavam numa formação em vias de processamento ainda por um longo período. A entrada de povos superiores poderia significar o aniquilamento do brasileiro. Da mesma forma que Euclides, Romero via com apreensão a grande naturalização dos estrangeiros:

"A grande naturalização se me antolha medida precipitada por enquanto, num país, como o Brasil, sem um povo radical e valentemente constituído e organizado para lutar com as influências estranhas. Isto virá mais tarde. Fortaleça-se primeiro a nação; não queiramos praticar num dia o que as

nações européias levaram séculos a fazer."¹³¹

Aconselha o aproveitamento do nacional -- "Quero em primeiro lugar que se aproveitem os elementos nacionais"¹³². Temia a concentração de imigrantes no sul do país e aconselhava que estes fossem espalhados pelos quatro cantos num processo que denominava "colonização integral". Ora, o projeto era um processo de branqueamento de toda a nação e o receio se fazia sentir com relação ao imperialismo, principalmente da Alemanha -- a imigração era necessária e ao mesmo tempo representava um perigo para a jovem nação.

"Os colonos nacionais deveriam sistematicamente, se isso fôsse possível, acompanhar de perto as levas de colonos estrangeiros para dois fins principais: aprenderem com eles os novos métodos e as novas idéias de trabalho e mais facilmente cruzarem com eles para assimilá-los."¹³³

Surgiria daí uma população nacional mais branca e que teria assimilado qualidades da raça superior, e

131. Idem, p.45. Ao analisar o papel do positivismo e do darwinismo social no pensamento socialista e anarquista no Brasil, Jacy Alves de Seixas apontou posição semelhante, no sentido de que o proletariado brasileiro estava em formação e precisaria de tempo para completá-la. Op.cit. p. 155 e seguintes.

132. Idem, p. 45.

133. Idem, p. 46 (ênfase do autor).

nações européias levaram séculos a fazer."¹³¹

Aconselha o aproveitamento do nacional -- "Quero em primeiro lugar que se aproveitem os elementos nacionais"¹³². Temia a concentração de imigrantes no sul do país e aconselhava que estes fossem espalhados pelos quatro cantos num processo que denominava "colonização integral". Ora, o projeto era um processo de branqueamento de toda a nação e o receio se fazia sentir com relação ao imperialismo, principalmente da Alemanha -- a imigração era necessária e ao mesmo tempo representava um perigo para a jovem nação.

"Os colonos nacionais deveriam sistematicamente, se isso fosse possível, acompanhar de perto as levas de colonos estrangeiros para dois fins principais: aprenderem com eles os novos métodos e as novas idéias de trabalho e mais facilmente cruzarem com eles para assimilá-los."¹³³

Surgiria daí uma população nacional mais branca e que teria assimilado qualidades da raça superior, e

131. Idem, p.45. Ao analisar o papel do positivismo e do darwinismo social no pensamento socialista e anarquista no Brasil, Jacy Alves de Seixas apontou posição semelhante, no sentido de que o proletariado brasileiro estava em formação e precisaria de tempo para completá-la. Op.cit. p. 155 e seguintes.

132. Idem, p. 45.

133. Idem, p. 46 (ênfase do autor).

simultaneamente, formado uma identidade própria. Esse é um ponto crucial no pensamento de Silvio Romero, a predominância da raça superior. O espaço que ele reserva ao negro em sua obra é diminuto e nada enaltecedor, apesar de reconhecer a sua importância na formação da nacionalidade. Antonio Cândido afirma que ele, "lucidamente convencido da importância das componentes africanas e do nosso caráter de povo mestiço, e ao mesmo tempo vendo como solução dos problemas a superação, quanto mais rápida melhor, de uma coisa e de outra, pela formação compensatória de uma população de aspecto aproximadamente branco, que fizesse o Brasil parecer igual aos países da Europa".¹³⁴ Uma de suas referências é a seguinte:

"Resta-me falar dos povos negros que entraram em nossa população. Eram quasi todos do grupo bantu. São gentes ainda no período do fetichismo, brutais, submissas e robustas, as mais próprias para os árduos trabalhos de nossa lavoura rudimentar.

O negro é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-se a ele. Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever; alguns formados em direito, medicina, ou engenharia; alguns comerciantes e ricos; outros jornalistas e oradores. Ao negro devemos muito mais do que ao índio: ele entra em larga

134. Cândido, Antonio. "De cortiço a cortiço", in Novos Estudos Cebrap, n. 30, São Paulo, julho/1991. p. 121 (ênfase do autor)..

parte em tôdas as manifestações de nossa atividade. Cruzou muito mais com o branco."¹³⁵

Como se vê, o negro teria algumas "qualidades" ou "potencialidades": além de contribuir para a aclimação e resistência dos mestiços em que redundaria, tinha como qualidade máxima, o fato de ser raça inferior que, seguramente seria superada pela superior no processo de branqueamento.

Resolvida a questão racial restava a situação de abandono da população, resultante dos "vícios, acumulados por quatrocentos annos, da escravidão, da *politica-meio de vida*, da emprego-mania, do horror pela vida afanosa do campo..."¹³⁶

Para Silvio Romero, o que repercutia na "indole" do povo era a falta de uma "base econômica estável e independente", que só teria sido possível se no processo de transformação dos escravos em homens livres estes tivessem formado "uma massa de pequenos proprietários agrícolas, presos ao solo pelos mais sólidos interesses"¹³⁷ o que

135. Romero, Silvio - História da Literatura Brasileira. Op. cit., p. 132 (ênfase do autor).

136. Romero, Silvio. O Brasil Social (vistas syntheticas obtidas pelos processos Le Play). Op. cit. p. 14 (ênfase do autor).

137. Idem, p. 15.

constituiria, "o cerne, o amago, o nervo das nações modernas."¹³⁸

"... O que precisavamos, e teria sido duma vantagem máxima, incalculável, era que não tivéssemos desmentido a lei histórica; era que no século XVIII e mais ainda no século XIX a massa enorme de tres milhões de escravos, ou mais, levando em conta as libertações parciais operadas em todo o correr dos dois séculos, tivesse sido transformada num corpo solido de proprietários e operários agrícolas."¹³⁹

Retomando a idéia da ausência de uma hierarquia social, permanecia, para ele, um vácuo entre uma "alta classe dirigente" e o restante da população:

"Seis milhões (actualmente mais) de habitantes, pelo menos, nascem, vegetam e morrem sem ter quasi servido a sua patria. No campo serão aggregados de fazendas, caipiras, matutos, caboclos; nas cidades, serão capangas, capoeiras, ou simplesmente vadios e ébrios."¹⁴⁰

138. Idem, p. 15. André Rebouças, como vimos, tinha uma análise semelhante, tendo como prováveis referências o campesinato francês. A preocupação central estaria no enraizamento do campesinato e na formação de camadas médias na população, de forma a preencher o vácuo existente entre ricos e pobres.

139. Idem, p. 17.

140. Idem, p. 19.

MANOEL BOMFIM: um contraponto

Numa contraposição às ambiguidades e dificuldades em se pensar o peso do meio e da raça na formação dos povos que estiveram presentes no pensamento de Euclides da Cunha e Silvio Romero, encontramos Manoel Bomfim, apresentando uma posição que dava um peso maior à herança cultural na formação dos povos e negando o peso racial ainda que permanecesse preso aos parâmetros explicativos do cientificismo da época.¹⁴¹ Em A América Latina - Males de

141. Manoel Bomfim foi um autor cuja obra não encontrou repercussão no pensamento brasileiro que se lhe seguiu, embora tenha causado uma certa polêmica em sua época. O silêncio em torno de sua obra foi analisado por diversos autores: para Vamireh Chacon (História das Ideias Socialistas no Brasil. Rio de Janeiro, 1965), sua obra constituiu uma denúncia à elite pensante brasileira, "perigosa para os bem pensantes"; Dante Moreira Leite (O Caráter Nacional Brasileiro - história de uma ideologia. 4a. ed. São Paulo, 1983) aponta o seu adiantamento em relação aos intelectuais de seu tempo. Mais recentemente, Flora Sussekind e Roberto Ventura (História e Dependência - cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo, 1984), consideraram tais explicações insuficientes e, analisando a obra de Bomfim concluíram que a sua não receptividade deveu-se, "à época, por suas rupturas ideológicas; posteriormente, por sua utilização de uma rede metafórica tida como superada". No mesmo ano Darcy Ribeiro, numa introdução a excertos de Manoel Bomfim, enfatizou o

origem, desenvolveu toda uma introdução dedicada a mostrar os parâmetros de evolução da sociedade e da similaridade do seu funcionamento com o organismo biológico: "As sociedades obedecem a leis de uma biologia, diversa da individual nos aspectos, mas em essência idêntica". E as sociedades, "como organismos vivos, as sociedades dependem, não só do meio, não só das condições de lugar, mas também das condições de tempo... Uma nacionalidade é o produto de uma evolução; o seu estado presente é forçosamente o resultante da acção do seu passado, combinada a acção do meio."¹⁴²

Conceito fundamental na sua teoria para explicar os diversos graus de desenvolvimento das sociedades e o atraso relativo da América Latina como um todo, foi o de parasitismo.

Da analogia com o mundo biológico, ele inferiu a

aspecto político anti-imperialista da obra de Bomfim. Infelizmente, para elogiar Bomfim, Ribeiro faz uma crítica rasteira de outros intelectuais da época, emitindo juízos superficiais a seu respeito. ("Mancel Bomfim, Antropólogo" in Revista do Brasil, Ano 1, no. 2, Rio de Janeiro, janeiro/1984, p. 48-59). Em 1988, Bomfim foi retomado em artigo por Antonio Cândido, que analisou seu pensamento como um momento de radicalidade no Brasil frente à predominância do conservadorismo, ressaltando os aspectos políticos para a sua pouca repercussão, sem deixar de assinalar o campo conceitual em que ela se situou e seu aspecto estético. ("Radicalismos", in Estudos Avançados, 4/8, São Paulo, 1990).

142. Bomfim, Manoel. A América Latina - Males de Origem. H. Garnier Livreiro-Editor, Rio de Janeiro/Paris, 1905. p. 21.

dependência dos organismos que se tornam parasitas e a sua inadequação para a sobrevivência por si mesmos. Transpostos para a sociedade, ele o elabora de forma a considerar que todo o passado colonial tenha se dado na base de uma exploração parasitária da Europa sobre a América (a América Latina em especial teria sido colonizada por povos já decadentes e sem iniciativa) de forma que as instituições resultantes carregavam vícios decorrentes da sua formação, da sua história:

"Assim, é uma consequência fatal em biologia: que, tornando-se parasita, um organismo degenera, involue."¹⁴³

O mesmo acontece no organismo social. O parasitismo leva à degeneração e à degradação. O fenômeno não se restringia às relações metrópole/colônia, mas se reproduzia nas demais relações sociais, na cadeia explorador/explorado.¹⁴⁴ Todas as situações em que houvesse alguém vivendo do trabalho de outrem seria caracterizada

143. Idem, p. 30.

144. Para mostrar a decadência e degeneração das classes que se tornam parasitárias, Manoel Bomfim utiliza dados de vários autores para diferentes períodos, no sentido de provar que as classes superiores, "dominantes, exploradoras, em todas as civilizações, tanto nas antigas como nas modernas", tendem a desaparecer no intervalo de algumas gerações, havendo sempre um movimento de renovação com elementos das classes inferiores em ascensão. Com esse movimento permanente, seriam justamente as classes inferiores que garantiriam a sobrevivência da nação. Idem, p. 38 e seguintes.

pelo parasitismo. O Brasil tinha uma herança cultural que vinha se agravando por três séculos de colonização e essa herança contribuía para dificultar o caminho em direção ao progresso em todos os sentidos e, em especial, no que diz respeito ao progresso social e moral, sendo este último analisado de forma a que se considere como progresso não só os meios técnicos mas os laços de solidariedade, de forma a que os benefícios advindos da técnica sejam melhor distribuídos pela sociedade.

"Em que consiste, em última analyse, o progresso social? No desenvolvimento da inteligência, pelo esforço contínuo para aproveitar do melhor modo possível os recursos havidos da natureza, da qual tiramos a subsistência, e no apuro dos sentimentos altruísticos, que tornam a vida cada vez mais suave, ..." 145

A partir desse raciocínio conclui, como assinalou Thomas Skidmore:

"O Brasil só poderia escapar ao seu relativo atraso por uma análise cuidadosa das causas históricas dessa condição." 146

A condição patológica do Brasil, como de resto da América, baseava-se na história e no caráter nacional -- daí

145. Idem, p. 32.

146. Skidmore, Thomas E. Preto no Branco - raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Op. cit. p. 130.

a expressão de Manoel Bomfim, "males de origem" -- e não na etnia, como procuravam demonstrar as idéias correntes na Europa da época. Bomfim, procurou contrapor à raça, a cultura e a história dos povos. Desfiou uma série de situações para demonstrar que em cada uma delas, os povos e nações podem aparecer como superiores ou não.¹⁴⁷ A suposta inferioridade dos povos latino-americanos e, principalmente da parcela de população mestiça com índios e negros, que é apresentada como incapacitada para o progresso, de acordo com o autor, teria por finalidade a simples justificação do exercício de dominação.

Manoel Bomfim fala nas "influências hereditárias" que teriam pesado na formação do caráter das populações latino-americanas: as predominantes, provenientes de portugueses e espanhóis e, secundariamente, a de negros e indígenas; tal posição secundária é atribuída não aos seus caracteres étnicos, mas à sua reduzida evolução cultural.

"Em primeiro lugar, os indígenas e negros, sendo povos ainda muito atrasados, não possuíam, nem qualidades, nem defeitos, nem virtudes, que se impusessem aos outros e provocassem a imitação."¹⁴⁸

147. Bomfim, Manoel. A América Latina. Op. cit. p. 278 e seguintes.

148. Idem, p. 269.

Sua assertiva baseia-se no fato de que os povos menos preparados, que não possuem um peso dado pelo passado, pela tradição histórica, seriam assimilados e se adaptariam à cultura dos povos mais adiantados; além, é claro, da questão de que esses povos, no processo de colonização foram submetidos pela força e obrigados (privados da liberdade) a contrariar o seu próprio caráter e a amoldar-se ao daqueles que dominam.

Ao referir-se aos defeitos que classicamente se atribui aos negros, ressaltou serem estes fruto da própria situação de escravidão e não defeitos de "caráter":

"...citam-se os classicos defeitos dos negros: submissão incondicional, frouxidão de vontade, docilidade servil... -- Tais qualidades são antes o effeito da situação em que os collocaram." 149

e lembra os episódios de resistência para corroborar a sua afirmação

"... Heroicos fôram elles de resistir como resistiram. A história das revoltas dos negros nas Antilhas, a historia de Palmares e dos quilombosahi estão para mostrar que não faltava aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor á liberdade pessoal. Si, hoje, depois de trezentos annos de captiveiro (do captiveiro que aqui existia!) esses

149. Idem, p. 271.

homens não são verdadeiros monstros
sociais e intellectuaes, é porque
possuíam virtudes notáveis." 150

Ao falar dos mestiços -- caboclos -- Bomfim lembra Canudos para demonstrar-lhes a coragem e resistência e, mais uma vez, refuta as qualidades negativas que se lhes quer atribuir enquanto caráter social, atribuindo-as, antes à falta de educação social. Essas qualidades negativas, o "desinteresse, indolência, etc., (são) apontadas como defeitos imperdoáveis por todos esses que desejariam vêr o caboclo a devorar-se na labuta, para enriquecer ... o paiz, quer dizer: o intermediario parasita, o senhor de engenho, o dono da mina..." 151

A representação de Manoel Bomfim confirma a do caboclo indolente, incapaz, sem ambição. Uma diferença no entanto: ao refutar e desvendar o mecanismo de dominação presente nas teorias raciais e analisar as causas de atraso pela herança cultural; ainda que ele utilize as mesmas metáforas explicativas, 152 retira a questão do âmbito da

150. Idem, p. 271-272.

151. Idem, p. 275.

152. Flora Sussekund e Roberto Ventura analisaram o universo metafórico de Manoel Bomfim com relação ao tempo em que ele produziu. Bomfim criticou a pretensa neutralidade da produção cientificista, onde não haveria lugar para as metáforas que seriam representadas como relações homológicas, objetivas e verificáveis. De acordo com os autores, Manoel Bomfim mostra como as relações homológicas privilegiadas pelo cientificismo assentam-se

natureza e a traz para o âmbito da sociedade e da política, num processo de biologização do social, que conserva, no entanto, uma tensão permanente entre natureza e cultura. A formação da nação civilizada, já que este é o caminho inevitável da evolução dos povos, poderia ser alcançada pela educação social:

"Ensinem-lhe a trabalhar, inspirem-lhe desejos novos, mostrem-lhe que ha gozos superiores -- a conquistar pelo trabalho, convençam-n'o, e, principalmente, saibam dar as garantias de que, trabalhando, elles vêm trabalhar para si... e ao cabo ele aceitará, e se habituará a trabalhar."153

No dizer de Manoel Bomfim o trabalhador nacional foi condenado no passado porque não havia espaço para o trabalho livre: "não ia (o trabalhador nacional) disputar a escravidão ao escravo!...". Uma população que

"não trabalhava, e ainda hoje trabalha mal(...). Quando todo o trabalho nacional era feito por negros e indios captivos, quando era possível haver escravo para tudo, não havia lugar para o trabalhador livre, a menos que elle não (sic) quizesse trabalhar nas mesmas condições e pelo mesmo preço que o escravo -- um salário tão insignificante quanto o custo da alimentação do negro,

em analogias não explicitadas pelo discurso científico. Bomfim, ao contrário, constrói seu discurso crítico "com base em um emprego *explicitado* de metáforas". Op. cit. p. 15 e seguintes (ênfase do autor).

153. Bomfim, Manoel. A América Latina. Op. cit. p. 275.

e a mesma obediência ao senhor."¹⁵⁴

Essa visão ou condenação do povo sul americano, para Bomfim, foi uma construção de estrangeiros que, ignorantes das condições sociais de vida desses povos, lhes imputou o ser preguiçoso e incapaz para o trabalho. Imagem que, à custa de ser continuamente repetida, tornou-se inquestionada, não importando mais suas qualidades. Para Bomfim, eles precisariam educação para o trabalho e instrução. A essa desqualificação foi sobreposta a valorização do imigrante -- "os panegyricos clássicos ao trabalhador estrangeiro"¹⁵⁵ e, a elite brasileira, ao veicular tal ordem de idéias e contribuir para essa desqualificação, foi acusada por Bomfim de tentar construir uma nação sem povo, ou construir um povo através da imigração. Não existe povo no Brasil, é preciso fazê-lo, é necessário conhecer os "males de origem", saber as "causas essenciais", que permitam indicar o "remédio" adequado. A inferioridade racial, com seu pretenso caráter científico deve ser posta de lado:

"Estes conceitos só nos devem impressionar pela ameaça que contêm, e não pelo seu mérito científico, nem para que duvidemos do futuro e de nós

154. Idem, p. 143.

155. Idem, p. 191.

mesmos."¹⁵⁶

Concluindo que o grande mal que aflige o Brasil e, de resto, a América Latina é a "ignorância, é a falta de preparo e educação para o progresso", um remédio existe: "a necessidade imprescriptível de atender-se á instrução popular, si a América Latina quer se salvar."¹⁵⁷

A argumentação de Bomfim se respalda na idéia de que não existe democracia sem povo e que as invocações do progresso e civilização aqui são estéreis -- pretendeu-se conciliar antagonismos: "República, democracia, liberdade -- e ignorância..."¹⁵⁸

Como Euclides, vê o progresso e a civilização como avassaladores -- vitória crescente sobre a natureza:

"A américa Latina está ameaçada; a civilização transborda sobre ella, e esse transbordamento será uma ameaça e um perigo, si ella, por um esforço consciente e methodico, não buscar a unica salvação possível: avançar para o progresso, entrar no movimento, apresentar-se ao mundo, vigorosa, moderna, senhora de si mesma, como quem está resolvida a viver, livre entre os livres." ¹⁵⁹

156. Idem, p. 398.

157. Idem, p. 399.

158. Idem, p. 402.

159. Idem, p. 387.

A condição para a conquista da civilização é o conhecimento e, portanto, a instrução popular. Se há uma inferioridade dos povos latinos esta é a da ignorância, da falta de preparo para o progresso. Preparo que deveria estar no centro da política republicana. Bomfim afirmava que:

"o povo não se dirige por si, não se fez por si, não tem sido o senhor dos seus destinos: tem sido dirigido, governado, educado pelas classes dominantes; ele é o que o fizeram, e si não presta, a culpa é de quem o não soube educar." 160

Para ele, "Povo, consciente de sua existência, tal como o exige uma democracia, não existe aqui; é preciso fazê-lo." 161 Cita Montesquieu, Zola e Clemenceau para corroborar suas assertivas:

"Educação -- inclusive a educação intellectual -- é o principal dever de uma Republica." (Montesquieu)

"a moral, como a politica se resume nesse grande lemma: educar o povo." (Zola)

"A educação popular deve ser o principio fundamental de toda politica republicana." (Clemenceau) 162

Bomfim encerrou A América Latina, publicada em

160. Idem, p. 197.

161. Idem, p. 420.

162. Idem, p. 422-23.

1905, imaginando a recepção das suas idéias "utópicas". Uma visão otimista do progresso, da civilização, da democracia e da América. "Deixemos às gentes conservadoras e reflectidas o condemnar e desprezar a utopia". Prevê uma América feliz, harmoniosa -- "São os utopistas que traçaram as linhas da primeira cidade".¹⁶³

Essa expectativa otimista não se manteve. Manoel Bomfim levou vários anos para publicar novos escritos¹⁶⁴ sobre o assunto e a sua perspectiva mudou. Ele deixou de acreditar que as elites e o governo republicano adotariam o caminho pedagógico para a elevação e construção do povo brasileiro, passando a afirmar que essa tarefa só poderia ser levada a cabo pelos próprios oprimidos, através da revolução, permanecendo a tarefa educacional para uma segunda etapa. Uma democracia só poderia ser construída a partir da existência de um povo e este só poderia existir a partir da educação popular. Revolução e educação surgindo como a terapêutica possível para a superação dos "males de origem".

163. Idem, p. 429.

164. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro, 1929. O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro, 1930. O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro, 1931, 2v. Todos editados pela Francisco Alves.

Remédio necessário que, infelizmente, de acordo com ele, não se renunciava.¹⁶⁵

165. A concepção de revolução que transparece em Manoel Bomfim aproxima-se mais de uma revolução ao estilo democrático-burguês apesar de algumas de suas críticas ao aparato do Estado brasileiro e de vê-lo como espoliador, assim como à elite que define como parasitária. Não defende, no entanto, um Estado socialista, apesar de reconhecer a sociedade como conflito permanente e incessante. É adepto da ilustração, daí a sua ênfase na educação e na idéia de que uma democracia não se faz sem povo e este não existe sem educação. Em 1931, no Pós-fácio a O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira, Bomfim criticou o movimento de 1930 afirmando que ele limitou-se ao mundo político dos governantes tradicionais, não realizando propriamente uma revolução: "A agitação política atual, por mais profunda que pareça, não realiza nenhuma das condições de uma legítima revolução renovadora, pois não traz substituição de gentes, nem de programas, nem de processos". Op.cit. Tomo II (ênfase do autor).

Imaginário e identidade: (des)encontros

O pensamento que se desenvolveu na virada do século XIX para o XX a respeito da população nacional brasileira teve uma importância grande na constituição e disseminação de um imaginário que foi se tornando cada vez mais impositivo: veio de uma contraposição do nacional face ao imigrante, formou-se simultaneamente às preocupações com a formação do mercado de trabalho livre e à constituição da nacionalidade e da nação; recebeu influências, talvez a mais significativa, das teorias deterministas então difundidas com peso e autoridade conferidos pela ciência, num amálgama, de certa forma original, com idéias oriundas do liberalismo.¹⁶⁶ Antonio Cândido, em estudo sobre Silvio

166. A idéia do intelectual brasileiro, em especial no período de que tratamos como receptivo a ideários diferentes e até opostos, foi expressa por Sergio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil - "É frequente, entre os brasileiros que se presumem intelectuais, a facilidade com que se alimentam, ao mesmo tempo, de doutrinas dos mais variados matizes e com que sustentam, simultaneamente, as convicções mais dispares. ... A contradição que porventura possa existir entre elas parece-lhe tão pouco chocante, que alguns se alarmariam e se revoltariam sinceramente quando não achássemos

Romero, assinalou a importância do cientificismo e a sua adequação ao momento histórico vivido no Brasil da segunda metade do século XIX, avaliando que "os exageros a que chegou a crítica determinista são explicáveis pela atmosfera do tempo -- do "século da biologia", em que parecia possível estabelecer um nexos causal em todos os domínios do conhecimento --, e este próprio exagero é a marca da sua generosa ambição."¹⁶⁷ O cientificismo acabou servindo como elemento propulsor da mudança e da transformação, da crítica de uma cultura arcaica, romântica e ainda presa às tradições jesuíticas e conservadoras, resultando na formação de elementos que tinham na literatura um canal de renovação cultural e de propostas de mudanças sociais. A primeira manifestação desse pensamento teria ocorrido na Escola do Recife, irradiando-se, através de seus discípulos, tanto

legítima sua capacidade de aceitá-las com o mesmo entusiasmo." Rio de Janeiro, 1982, p. 113; e por Nicolau Sevcenko em Literatura como Missão - "Correntes essas (o cientificismo e o liberalismo) que com maior frequência tendiam a aparecer em estado de extravagante combinação, compondo um dos traços mais peculiares do pensamento do período, do que na condição depurada contida nos seus extremos." Op. cit. p. 83. M. Stella M. Bresciani, por outro lado, mostrou que no movimento republicano brasileiro, houve uma convivência entre as concepções positivista e liberal, com o predomínio desta última, afirmando que as propostas do positivismo ilustrado, com frequência, tendiam a se confundir com as proposições liberais. Seminário sobre a presença do positivismo no movimento republicano. Unicamp, 1991.

167. Cândido, Antonio. O Método Crítico de Silvio Romero. São Paulo, 1988. p. 114.

para o norte como para o sul do país.¹⁶⁸

Nesse contexto, utilizando um mesmo quadro paradigmático e possuindo um sistema discursivo próximo, os três autores analisaram a sociedade brasileira da época, tornando-se críticos acerbos tanto do Estado como das elites, avançando propostas de reformas que levassem à incorporação de parcelas consideráveis da população à vida política, enquanto cidadãos.¹⁶⁹ A idéia basilar desse pensamento estando voltada para o progresso e a modernidade do Brasil ponderava aquilo que faltava para que o Brasil constituísse uma nação na ordem do dia. Vários argumentos levaram à idéia aparente de que o Brasil precisava formar um povo para que a nação viesse a existir -- para isso era necessário uma identidade. Menos aparente estava posta a idéia e a crítica maior da incapacidade ou do desinteresse

168. Bosi, Alfredo. História concisa da literatura brasileira, São Paulo, 1972. p. 181 e seguintes. Cândido, Antonio. O Método Crítico de Silvio Romero. Op. cit., em especial o capítulo VI, p. 113 e seguintes.

169. Um outro autor, também crítico do Estado e das elites brasileiras foi Alberto Torres, cuja obra exerceu grande influência no nacionalismo dos anos 30. Afirmou em "As fontes de vida no Brasil", que "O Brasil não tem trabalhadores rurais, porque as classes superiores, por seu egoísmo, nunca tiveram interesse pelo seu patricio proletário, preferindo explorá-lo a educá-lo, e abandoná-lo, por fim, em sacrifício à machina dextra do trabalhador europeu." Rio de Janeiro, 1915. p. 30. O nacionalismo em sua obra foi analisado por Adalberto Marson em A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres. São Paulo, 1979.

das elites e daqueles que conduziam a política na formação e educação do povo e, portanto, do desfiguramento da própria idéia de nação. Há uma convergência vinculando educação e exercício da cidadania. A idéia de povo, ou melhor, a maior ou menor amplitude de pessoas abarcadas pelo conceito¹⁷⁰ indicava o limite da crítica e das propostas reformistas.

Dos três autores, apenas Manoel Bomfim se contrapôs claramente às teorias raciais calcadas sobre noções étnicas, o que resultou uma concepção de povo mais abrangente com relação aos demais.

Silvio Romero, apesar de considerar o meio (físico e social) como fundamental na formação dos povos, bem como a necessidade do tempo para o seu amadurecimento, tinha como espinha dorsal de seu pensamento as diferenciações raciais que acabavam justificando a inferioridade do brasileiro, em virtude da sua própria natureza. Euclides da Cunha, trabalhava com uma idéia de raça que pressupunha, necessariamente, a heterogeneidade inicial na formação dos povos que adquiririam sua identidade (homogeneidade) a partir

170. Em palestra no IEA-USP em 1988, "Radicalismos" in Estudos Avancados 4/8 em 1990, Antonio Candido, explorando os momentos em que no Brasil apareceram propostas radicais e os limites entre radicalismo e reforma, aponta a perspectiva que se tem em relação ao conceito de povo como importante "para avaliar a radicalidade de um político ou intelectual brasileiro". p. 9.

da fusão desse heterogêneo, o que se realizaria com o tempo e, se alguma superioridade havia entre uns e outros elementos, esta estaria no seu grau de cultura, e não propriamente em sua natureza.

Mesmo que de forma diferenciada, na medida em que não trabalhavam com o mesmo conceito de raça, ambos acreditavam claramente no domínio dos povos superiores (fortes) e no desaparecimento dos mais fracos -- Euclides da Cunha porque seriam submetidos à força avassaladora da civilização; Silvio Romero porque, no processo de miscigenação predominaria a raça branca superior, com o consequente branqueamento da população como um todo. No entanto, ambos, em sua obra, fizeram um elogio a esses mesmos mestiços, que achavam estar fadados ao desaparecimento: Euclides, já ficou assinalado, pelo testemunho que dá do sertanejo n' Os Sertões; Silvio Romero, pelo trabalho incansável de recolhimento da cultura popular, principalmente nas suas manifestações literárias.¹⁷¹

Usando um mesmo referencial teórico, Manoel Bonfim foi mais longe ao recusar, radicalmente, o fator racial ou étnico como parâmetro de classificação dos povos,

171. Silvio Romero coletou, em diversos volumes, *Cantos populares do Brasil* e *Contos populares do Brasil*, que se encontram reunidos em Folclore Brasileiro, Edição anotada por Luis da Câmara Cascudo e ilustrada por Santa Rosa. Rio de Janeiro, 1954.

desvendando os mecanismos de sujeição das nações atrasadas que ele possibilitava. Além do confronto teórico, suas idéias esbarraram em algo que já estava entranhado na cultura, de forma que, num país que vinha de um passado em que até recentemente havia predominado o trabalho escravo e em que este esteve vinculado à figura do negro, culturalmente, havia um terreno fértil para a aceitação das teorias que preconizavam a superioridade do branco que, de resto, já tinha e ocupava, visivelmente, uma posição de domínio.¹⁷² As teorias raciais, de certa forma, confirmavam aquilo que era visível e se verificava na prática e a sua veiculação contribuía para reforçar e formar a opinião e o senso comum, de modo que as diferenças pudessem ser tomadas como dadas aprioristicamente e como fazendo parte da natureza das coisas. Parecia natural que brancos fossem melhores que negros e mestiços.

Essas primeiras representações do Brasil e do povo brasileiro, em especial as que alcançaram maior repercussão, tiveram uma importância fundamental na constituição do

172. Léon Poliakov em O Mito Ariano, procurou interpretar os mitos de origem das nações européias, na perspectiva de que a aceitação das formulações do nacional-socialismo foram possíveis porque os seus pontos de vista, em termos das discriminações raciais, "formulados de maneira mais ou menos matizada, eram aceitos há duas ou três gerações por numerosos espíritos, na Alemanha e fora da Alemanha." (p. XVI). O Mito Ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo, 1974.

imaginário a respeito do nacional. Carregavam no entanto uma certa fluidez, decorrente da ambiguidade e das dificuldades próprias ao terreno em que se movimentavam. Nelas predominou o diagnóstico, a crítica, a proposta, o lamento e o pesar profundo pela situação do povo brasileiro.

III. O BRASILEIRO

construção e cristalização de uma imagem

1. REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS

"Caipiras"... Mas que são os caipiras?"

Cornélio Pires
Conversas ao Pé do Fogo
1921

procura de uma identidade: entre o antigo e o novo

Retomo, para a compreensão das representações literárias que surgiram a respeito do nacional, a perspectiva adotada por Antonio Cândido, em Literatura e Sociedade¹, privilegiando a literatura como forma de expressão no pensamento brasileiro do século XIX, a par da constatação do alto grau de oralidade que ela tinha naquele momento, em que era generalizado o analfabetismo da população e reduzido (ou praticamente inexistente) o mercado editorial.²

A literatura, por seu lado, constitui fonte inesgotável para o conhecimento histórico dos povos, na medida em que manifesta, discute, transmite e produz os

1. Cândido, Antonio. Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária. 3a. ed. revista. São Paulo, 1973.

2. Idem. p. 81 e seguintes. Antonio Cândido menciona em nota de rodapé trecho da História da Literatura de Silvio Romero, onde este afirma a existência de um "povo que não lia, ávido por ouvir oradores mais famosos...".

valores e o imaginário que circulam pela sociedade, fazendo parte da sua tessitura.

Entretece, também, através da sua singular liberdade de manifestação, na medida em que seu compromisso é o da ficção, múltiplas e variadas leituras e representações, conflitantes ou complementares, do "real" que são, ao mesmo tempo, resultado das diferentes nuances e preferências pessoais e do conhecimento que o escritor, enquanto observador, tem do "real". Em Machado de Assis: a Pirâmide e o Trapézio, Raymundo Faoro, ao analisar a obra machadiana,³ adotou uma perspectiva que considera o processo de escolha ou de valoração, ou seja, "a seleção de um fato entre fatos sem número" como dependente da "conexão do valor, da única objetividade possível no mundo histórico e social".⁴ Esta escolha considerada como parte integrante, tanto da atividade do historiador como da do escritor, ambas fundamentais para a compreensão do universo cultural dos povos.

Para analisar a forma como as representações literárias do nacional passaram a ganhar força na passagem do século XIX para o XX, necessário se faz reiterar, também,

3. Faoro, Raymundo. Machado de Assis: a Pirâmide e o Trapézio. 2a. ed. São Paulo, 1976.

4. Idem, p. 488.

a procura de uma identidade nacional como idéia que perpassou toda a literatura brasileira desde a independência política. Nesse sentido são importantes os estudos de Antonio Cândido, em especial Literatura e Sociedade⁵, e o de Dante Moreira Leite, O Caráter Nacional Brasileiro⁶. Nos dois casos, procurou-se estabelecer os nexos entre a expressão do pensamento e a sociedade na qual ele se verifica. Moreira Leite, ao rastrear a procura da sonhada abstração que permitisse a formulação e diferenciação do brasileiro, ponderou que, "talvez não fosse absurdo sugerir que, entre outras razões, a escolha do índio como *arquétipo* ou modelo do brasileiro decorria da impossibilidade de encontrar um brasileiro geral, equivalente para todas as regiões"⁷ e, mais que isso, no sentido de demonstrar que uma tal escolha não constituía ameaça à ordem vigente, contribuindo para afastar o negro como tema literário, num período em que vigorava ainda a escravidão e buscando, com a exaltação e idealização do indígena, uma identificação de caráter genealógico, uma procura de origens distanciadas da figura do negro e dos mestiços, originando a imagem de um índio que, na sua representação literária pouco ou nada

5. Cândido, Antonio. Op. cit.

6. Leite, Dante Moreira. O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia. 4a. edição definitiva, introdução de Alfredo Bosi. São Paulo, 1983.

7. Idem, p. 220.

tinha a ver com a realidade: "os leitores identificavam-se com esse índio do passado, ao qual atribuíam virtudes e grandezas, o índio contemporâneo que, no século XIX como agora, se arrastava na miséria e na semi-escravidão, não constituía tema literário."⁸

Foi através da figura do índio idealizado que o nacionalismo romântico estabeleceu, portanto, uma primeira identidade. Antonio Cândido ao analisar essa questão, chamou a atenção para a preocupação e as tentativas de afirmação de uma autonomia da cultura brasileira frente a Portugal, que teria levado a uma atitude de negação dos valores portugueses e ao estabelecimento de estereótipos que revelavam tanto a rebeldia quanto o desprezo,⁹ aliás, de ambos os lados. Essa idealização do índio satisfazia, ainda, as "exigências rudimentares do conhecimento (graças a uma etnografia intuitiva e fantasiosa)" e a sensibilidade e "consciência nacional, dando-lhes o índio cavalheiresco como alimento para o orgulho e superação das inferioridades sentidas."¹⁰

8. Idem, p. 183.

9. Cândido, Antonio. Op.cit. O autor continua a desenvolver seu raciocínio, considerando que essa rebeldia estereotipada "recobria, no fundo, um fascínio e uma dependência", pois inclusive a imitação francesa e inglesa presentes aqui, eram recebidas via Portugal. p. 110-111.

10. Idem, p. 132.

Foi uma primeira aproximação da cultura brasileira e de auto-conhecimento do Brasil que escolheu, entre as etnias formadoras do brasileiro, aquele com o menor potencial de ameaça à ordem constituída. O português do momento era o inimigo metropolitano a ser superado e o negro era o símbolo da escravidão, limite presente e marcante do pensamento liberal da elite brasileira. O índio, pensado no pretérito, ignorado na sua materialidade, pode ser o agente ideal do pensar a nacionalidade e identificar uma origem mítica e idealizada do passado.

No movimento de análise da cultura brasileira, centrado em preocupações com sua diferenciação e identidade, houve uma "ambiguidade fundamental", que procurei realçar ao longo do trabalho. O Brasil possuía uma cultura de raízes européias, voltada para os seus valores e movimentos e, no entanto, possuía um "povo latino, ... etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas".¹¹ Antonio Cândido apontou a resolução dessa ambiguidade e do constrangimento que ela acarretava, pela idealização. Essa idealização, num primeiro momento, teve por personagem a figura do índio romântico, "europeizado nas virtudes e costumes, ... a mestiçagem era ignorada; a paisagem amaneirada".¹² Num segundo momento,

11. Idem, p. 119.

12. Idem, p. 120.

que pode ser identificado aproximadamente na passagem do século, essa idealização das origens genealógicas e da formação da nacionalidade mudou seu objeto, passando a concentrar-se no caboclo, no sertanejo, no caipira, denominações variadas de uma ou mais sínteses da união das etnias formadoras do brasileiro, então retomadas. Iniciou-se, de forma incipiente, um viés de manifestação do regionalismo pelo "conto sertanejo" que, de acordo com o autor, "alcança voga surpreendente"¹³ e ilustra bem a "vocação cosmopolita" dessa fase da literatura, que olhava o Brasil com olhos europeus, contribuindo para o desenvolvimento de um "g nero artificial e pretensioso, criando um sentimento subalterno e fácil de condescendência em relação ao próprio país, a pretexto de amor da terra."¹⁴ Essa perspectiva e esse olhar contribuíram para uma visão do "homem rural do ângulo pitoresco, sentimental e jocosos, favorecendo a seu respeito idéias-feitas perigosas tanto do ponto de vista social quanto, sobretudo, est tico."¹⁵ Simultaneamente a essa visão condescendente e idealizada, seja do indígena, seja do caboclo, houve também um movimento na literatura pautado pelo engajamento e pelas preocupações

13. Idem, p. 113.

14. Idem, p. 113.

15. Idem, p. 114.

sociais, sentimento que aliás, esteve presente no romantismo, voltado para a missão e vocação de construção da pátria,¹⁶ que se desdobrou, para o final do século, numa vontade dirigida para a denúncia e a colocação em evidência das mazelas e dos problemas da sociedade brasileira,¹⁷ deixando entrever uma complexidade insuspeitada do pensar a realidade do Brasil na época, e da percepção dos diversos caminhos que pareciam estar em aberto, prontos para serem escolhidos e trilhados na procura do futuro. A idéia do Brasil, país do futuro, é tão antiga quanto a sua história do século XVI até os nossos dias.

Esse desenvolvimento se fez em meio a um período de grandes transformações na sociedade brasileira, como já foi assinalado, e serviu, de certa forma, como um novo

16. Este aspecto foi realçado por Antonio Cândido, ao tratar do romantismo. "Com efeito, a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso. Construir uma 'literatura nacional'...". Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos). v. 2 (1836-1880), São Paulo, 1969. p. 10.

17. Ao analisar o pensamento orgânico que predominou no século XIX, Roberto Romano alude ao culto do sofrimento que prevaleceu entre os românticos, afirmando que, para o final do século houve um "deslocamento na posição do escritor: deixa de ser o doente, transformando-se em cirurgião. Essa metamorfose se revela totalmente nos 'realistas'". "A Fantasmagoria Orgânica", in Corpo e Cristal: Marx Romântico. Rio de Janeiro, 1985. p. 115.

contraponto de afirmação da brasilidade. A diversidade das três etnias "formadoras da nacionalidade", acrescentava-se a enorme variedade de estrangeiros recém-chegados à terra, num certo sentido ameaçadores pela sua acreditada superioridade, fosse ela de origem racial ou cultural. Os imigrantes, que haviam chegado aos milhares, em especial no Estado de São Paulo, vinham da tão sonhada civilização, ao mesmo tempo querida e ameaçadora. Ampliava-se, dessa forma, o espaço para as ambiguidades e dificuldades da construção da identidade do povo brasileiro. Este representava, cada vez mais, o domínio do diverso, das diferenças de classe, de regiões, de costumes, de aparências e falares.

Essa diversidade, no entanto, carregava, em grande medida, em perfeita sintonia com a cultura ocidental, o preconceito básico com relação aos povos de pele morena -- quanto mais branco, mais próximo da civilização; quanto mais moreno, mais dela afastado e incapacitado. Todas as outras diversidades podiam, de certa forma, estar contidas nesta, determinando as nuances das abordagens, quer literárias, quer políticas.

Uma das formas com que romancistas e escritores circunscreveram esse universo estranho e diversificado, vinculou-se ao procedimento de valorização do urbano, identificado à civilização. Como decorrência, entre as

leituras possíveis sobre o Brasil rural, a que mais repercutia e tinha aceitação junto ao público leitor (composto pela elite), era justamente aquela que não só enfatizava as diferenças entre os dois meios, mas que também ironizava o atraso do homem rural brasileiro. Acentuando uma tendência que já havia se manifestado desde a instalação da Corte no Rio de Janeiro e da Independência,¹⁸ ela contribuiu para, e veiculou, a imagem do atraso do homem rural, ridicularizando seu modo de trajar, de falar, de portar-se enfim. E o grande contraponto era o homem citadino, "moderno", que falava "corretamente", que se vestia e se portava pelos padrões europeus (urbanos, portanto civilizados).¹⁹

18. O contraste entre urbano e rural se acentua no centro-sul brasileiro, à medida em que se acelera o processo de urbanização e, simultaneamente, de europeização dos centros urbanos. É de 1833 a primeira redação de Juiz de Paz na Roca de Martins Pena (1815/1848), seguida de outras peças no gênero. Alfredo Bosi aponta em Martins Pena um intuito básico de "fazer rir pela insistência na marcação de tipos roceiros e provincianos em contato com a Corte. O tom passa do cômico ao bufo, e a representação pode virar farsa a qualquer momento. O labrego de Minas ou o fazendeirão paulista seriam fonte de riso fácil para o público fluminense, e o nosso autor não perde vaza para explorar-lhes a linguagem, as vestes, as abusões". História Concisa da Literatura Brasileira, São Paulo, 1972, p. 164.

19. Antonio Cândido aponta o regionalismo como "uma das principais vias de autodefinição da consciência local", indicando-o como "gênero artificial e pretensioso, criando um sentimento subalterno e fácil de condescendência em relação ao próprio país, a pretexto de amor da terra, ilustra bem a posição dessa fase que procurava, na sua vocação cosmopolita, um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas. Forneceu-lho

E não era somente sobre o homem rural pobre que recaía tal descrédito. Em princípio, eram duas as oposições: urbano/rural e elite/povo. Não se colocava um limiar definido entre ambas. Existia, isto sim, uma tendência a identificar rural e povo enquanto elementos portadores do atraso e da barbárie, e cidade e elite enquanto elementos portadores dos novos tempos, do novo Brasil, da civilização possível. Mas tal coincidência nem sempre se verificava, a "civilização" tinha um verniz a ser adquirido, havia que se buscar elementos de semelhança com a civilização, ainda que superficiais. A oposição urbano/rural não escapavam os elementos da elite que não tinham esse verniz. Raymundo Faoro retirou da obra de Machado de Assis, um momento interessante dessa oposição:

"... o pequeno fazendeiro de 1840 era, na cidade e no campo, um senhor, com fumos aristocráticos. A fazendeira de 30 anos depois não era mais que a roceira, 'a casca da roça' pesa e precisa ser desbastada, á custa de mestres de piano e francês, com a receita dos teatros, visitas, passeios, reuniões em casa, vestidos novos, chapéus lindos, jóias."20

o 'conto sertanejo', que tratou o homem rural do ângulo pitoresco, sentimental e jocoso, favorecendo a seu respeito idéias feitas perigosas tanto do ponto de vista social quanto, sobretudo, estético." Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária 3a. ed. revista, São Paulo, 1973. p. 113-114.

20. Faoro, Raymundo. Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio. Op. cit. p. 201.

Em se considerando o segundo elemento, elite/povo, a desqualificação do homem rural tornou-se senso comum. A imagem do caipira ignorante, preguiçoso, incapaz, etc., generalizou-se para as populações citadinas pobres. Ambos eram vistos como evidência do atraso, para quem se preconizavam medidas educativas e disciplinadoras. No entanto, eram necessários para que se pudesse falar em povo brasileiro, e a educação era apresentada como porta para o esclarecimento e o exercício da cidadania. A representação de povo brasileiro, tendeu a recobrir a parcela pobre da população, de forma que os atributos da indolência, da preguiça, da ignorância e do despreparo para a vida "civilizada" tornaram-se as características marcantes do povo brasileiro, tomado como um bloco.

A cidade e o campo, e seus habitantes, foram objeto de várias leituras, isoladas e/ou sobrepostas que, dissecando seus aspectos e personagens, possibilitaram interpretações nem sempre coincidentes: a cidade aparecia, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, como o lugar do progresso (da civilização) e da perdição (da falsidade), o movimento das ruas, das pessoas, da vida noturna possibilitada pela iluminação, a presença dos artefatos faziam da cidade um mundo à parte, o futuro feito presente. O campo, por outro lado, embora formado por um universo de elementos e situações multifacetadas, representado, ora por

imagens idílicas²¹ (o lugar do sonho, do paraíso perdido, que não se pode retomar sob pena de perder a marcha da humanidade em direção à civilização), ora por imagens românticas (o lugar da paz, da quietude, da natureza, dos amores bem e mal sucedidos), ora por representações cruas (o lugar da miséria), mantinha sempre como imagem predominante, a idéia do atraso, do arcaico, do primitivo. Atrasado por não acompanhar o progresso, tanto do ponto de vista material como cultural. Ao burburinho característico dos centros urbanos opunha-se a quietude do campo -- idílica, desejável nos sonhos, porém absolutamente inadequada e ultrapassada para os propósitos da civilização.

Foram várias as metáforas que procuraram dar conta de tais diferenças e oposições: a cidade como luz, o campo como trevas -- a cidade como sabedoria, o campo como ignorância. Essa antítese, que vinha dos meados da segunda metade do século XIX, no caso brasileiro, foi intensificada à medida que se adentrou o século XX. A necessidade quase

21. Raymond Williams teve a preocupação de desmontar, para o caso da Inglaterra, a visão bucólica do campo enquanto construção idealizada das relações sociais e econômicas, mostrando a violência que as permeava. Através da literatura ele analisa a mistificação do senhor (proprietário) e da natureza que aparece como uma pródiga fornecedora de alimentos, contra a exclusão do trabalho e dos trabalhadores que, quando aparecem, são "campônios em alegre bando" ou "muito pobres", não sendo identificados como produtores ou através do produto de seu trabalho. O Campo e a cidade na história e na literatura. trad. Paulo Henriques Britto, São Paulo, 1989.

compulsiva de se pensar um Brasil moderno, de se procurar uma identidade nacional que fizesse frente à idéia de modernidade tornou essa antítese visível, gritante até. E mesmo essa identificação, difundida com toda a carga de preconceitos que a acompanhou, não impediu que a visão do urbano, embora identidade do progresso e da civilização mostrasse também a sua face monstruosa, a sua face enganadora. A urbe era, também, o espaço da perdição, do falso brilho que enganava os ingênuos -- aqueles que vinham para a cidade iludidos, que provinham do campo, contra a esperteza daqueles que viviam nas cidades e conheciam as suas armadilhas.

Constituem ambos, campo e cidade, moedas de duas faces, representações de sonhos iluminados por um lado, mas que podem ser tenebrosos quando obscurecidos. As luzes lançam sombras insuspeitadas sobre a miséria humana que mantém a cidade iluminada e moderna. A miséria, no entanto, está em toda parte, nas fimbrias cinzentas que não são penetradas pela luz onde viveu e vive, desgraçadamente fora e dentro da civilização, a maior parte da população brasileira, do campo e das cidades.

Essa dicotomia entre rural e urbano, provocou um movimento contraditório da cultura brasileira: preocupação com a homogeneidade necessária para o estabelecimento da

identidade, e simultâneo reconhecimento e descrição de personagens regionais, tipicamente diversos. Isso significando que, no mesmo momento em que se procurou um brasileiro essencial, enquanto modelo, verificou-se, numa posição conflitiva, a sua heterogeneidade, estabelecida de forma clara pela literatura regional, que cuidou do diverso, salientando diferenças e não semelhanças.²²

Não existem manifestações literárias diretas da cultura caipira, que nada tinha de livresca. Nela predominava a tradição oral baseada nos contos, casos, histórias e cantigas que eram transmitidas pelos mais velhos, passando pelas gerações afora. O acesso a essa cultura, portanto, deu-se pela mediação do autor -- o folclorista, o contador de histórias coletadas ou inventadas -- que pode estar mais ou menos próximo desse universo e foi mais ou menos condescendente com ele. De qualquer forma, um olhar estranho, de fora, que buscou conhecer, coletar, divulgar e mesmo criar histórias a seu respeito. Por maior que fosse a aproximação e mesmo a preocupação de respeito com relação à essa cultura, o autor lhe era e permanecia estrangeiro. Ruth Guimarães ao referir-se a Valdomiro Silveira afirma ser seu caipira, "tão caipira como era índio

22. Leite, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. Op. cit. p. 220.

o índio de Alencar, o que não desmerece nem um nem outro"²³ na sua opinião. Aponta-o como um erudito no domínio da língua e com sensibilidade para discernir nuances, amante do "linguajar caboclo, em vez de se divertir com ele".²⁴ No entanto, não era caipira, "não tinha nada de caboclo a não ser um amor assim a meio parecido com o primeiro, esse que ama o amor em si, idealizando o objeto."²⁵

No outro extremo, tomamos a figura de Monteiro Lobato, que traçou, entre os inúmeros personagens de seus contos, de forma lapidar, o lado negativo do caipira, imputando-lhe de forma caricatural todas as qualidades negativas do brasileiro, reunidas, por assim dizer, num único personagem.

Se juntarmos a estes um terceiro autor, Cornélio Pires, veremos que de forma mais ou menos intensa, os três foram homens de sua época e tiveram suas obras marcadas pelas idéias que então circulavam e eram dominantes na sociedade brasileira. Retomaram e prosseguiram a exploração para o conhecimento do Brasil. Com maior

23. Guimarães, Ruth. "Vida e obra de Valdomiro Silveira". Estudo introdutório à publicação de O mundo caboclo, de Valdomiro Silveira. Rio de Janeiro/São Paulo/Brasília, 1974. p. xxiii.

24. Idem, p. xxiv.

25. Idem, p. xxiii.

liberdade, já que não se colocavam como críticos ou cientistas, mas como simples contadores de histórias. Nas suas obras aparecem refletidos, através de personagens momentaneamente iluminados, os conceitos e preconceitos da época, pesados e medidos diferentemente pelas preocupações e objetivos dos autores.

Ora, o autor escreve para um público. No Brasil, na época, este era muito restrito como já vimos. Restrito e selecionado. Tal seleção talvez explique uma divulgação mais ampla das obras que conferiram ao caipira, ao caboclo sertanejo, uma imagem negativa. Isso ia ao encontro da valorização do moderno, do progresso, da civilização identificados ao urbano e à cidade, viés marcadamente presente na cultura brasileira. Além disso, esta era uma discriminação que extrapolava esse tipo de literatura, ganhando amplitude em termos de Brasil e além dele, tendo lugar em autores que se consagraram como clássicos da literatura de todos os tempos e, em especial, do século XIX. Raymundo Faoro mostrou que na ficção machadiana, "raramente o humilde merece as honras da tragédia. Os escravos, empregados, marinheiros ou domésticos irrompem na cena cobertos na sombra do cômico e do grotesco."²⁶ Citando Auerbach, concorda com este em que "nos primeiros grandes

26. Faoro, Raymundo. Op. cit. p. 494.

realistas do século, em Stendhal, Balzac e ainda Flaubert, as camadas mais baixas do povo, o povo autêntico, mal aparece e onde aparece não é visto dentro de seus próprios pressupostos, mas à vista do alto".²⁷ Encerra com uma frase enfática e significativa: "aos humildes, aos modestos, aos remediados, para eles o ridículo, sempre o ridículo."²⁸

Encontramos portanto, na literatura, três posturas: a que ridiculariza, a que é condescendente e a que é crítica, sem deixar propriamente de ser condescendente. Acredito também que seja muito difícil separar claramente essas três tendências, que se entrelaçam na tessitura dos contos, contribuindo para que eles apareçam carregados de ambiguidades, contendo situações que frequentemente esbarram no ridículo, sem que tenha sido essa, necessariamente, a intenção inicial.

O século XX deu continuidade à distinção crescente entre urbano e rural no país, a exemplo do que já havia acontecido em outros lugares, permitindo a operação de separação entre aquilo que é próprio ao campo e aquilo que caracteriza a cidade de uma forma dicotômica. A literatura regional, nesse momento, assumiu justamente a "representação.

27. Idem, p. 494.

28. Idem, p. 495.

de um Brasil tradicional, não urbano"²⁹, tendendo a "apresentar o homem 'primitivo', histórica e socialmente deslocado com relação à cidade".³⁰

Elaborou relatos que, ao mesmo tempo em que contribuíram para o distanciamento e para uma visão negativa e inferiorizada do mundo rural (frente à modernidade irreversível da cidade), tinham também um tom, já referido, de denúncia e de crítica com relação à situação de abandono dessa população. Há ainda, um outro fator a considerar: o mundo rural não tem mais e não é visto como tendo autonomia com relação à cidade, de forma que, mesmo quando essa literatura é condescendente, e mesmo que haja um esforço da parte do autor, ela não é capaz de se reportar ao universo da cultura caipira, porque esta já se encontrava minada pelos padrões culturais citadinos, tendo perdido qualquer autonomia (se é que esta algum dia existiu) e estando, de alguma forma, sempre referida e contraposta à civilização urbana (da grande cidade ou da vila). Cornélio Pires conta a história do casal que se separa porque a moça vai estudar na cidade (na capital), com a filha do padrinho. Passado algum tempo, o moço apaixonado vai visitá-la, tendo na

29. Elis, Bernardo. "Valdomiro Silveira". Estudo introd. à publicação de O mundo caboclo de Valdomiro Silveira. Op. cit. p. xiv.

30. Leite, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. Op. cit. p. 220.

memória a lembrança das juras de amor feitas antes da despedida. Se esmera, para se apresentar ao colégio de freiras onde ela estava:

"... Durvalino, em extase de goso, ruborizado, esperava a sua amada, a sua queridinha Marica. Que alegria sentiria ella!

E recebido friamente pela moça que já o havia esquecido em sua nova vida. Para seu espanto, é tratado com grande formalidade e distância:

"-- Oh!... Que surpresa! Como vai o senhor, seu Durvalino? Como vão por lá?

...

-- E Marica... Dona... eu vim lê trazê estas fruta...

-- Desculpe-me... estou em hora de aula, sim?"³¹

A distância entre a nova Marica (urbano) e o mesmo Durvalino (rural) tende a se agravar em todos os sentidos. A urbanidade comporta um verniz, não necessariamente educado, mas que confere ao personagem, às pessoas, uma habilidade digamos assim, para magoar sem ser deselegante. A Marica vivia já um outro mundo onde não havia mais lugar para Durvalino. Quando ela retorna ao interior do colégio deixa

31. Pires, Cornélio. "Escola escamungada". in Conversas ao Pé do Fogo. São Paulo, 1921.

cáir a máscara e diz, rindo entre as colegas: "-- Recebi um presente de um caipira!"³², desmerecendo e rejeitando ambos: presente e caipira.

32. Idem, p. 105. O termo caipira aqui, utilizado num sentido pejorativo, de quem renega suas origens e encontrou uma porta de entrada para um outro mundo. O contraste torna-se tão grande que impossibilita o diálogo entre os dois antigos namorados de infância. Ele representa o passado, o arcaico, a rudeza ligada ao campo e ela o urbano, a cidade, a civilização.

2. REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS E IMAGENS SOCIAIS

"O Sigismundo sentiu-se possuído de dolorosa canseira, sentindo-se largado assim: e perguntava a Deus como é que pode um homem sofrer desamparo tão grande, sem desesperar, desde menino tenrinho, estradeiro de jornal nas estradas da vida? Enternecia-se consigo mesmo, ia quase a chorar."

Amor
Valdomiro Silveira
1931

CORNÉLIO PIRES: caracterizações

Carlos Rodrigues Brandão iniciou seu livro Os Caipiras de São Paulo³³ pela busca de uma definição de caipira, encontrando-a, via de regra, pelo seu contrário, pela negação (contraposição à cidade) -- ignorante, sem trato social, que não sabe vestir-se, simplório, acanhado. Indicou dois autores nos quais a figura do caipira foi descrita num esforço de valorização do seu modo de vida e de sua atividade, o trabalho agrícola: Antonio Cândido em Os Parceiros do Rio Bonito³⁴ e Cornélio Pires em Conversas ao Pé do Fogo.³⁵ O caipira definido, nesses dois autores, pelo seu trabalho e ocupação, como lavrador e possuindo uma cultura própria, distante, ponto por ponto, da cidade, embora sempre a ela referida. Termina aí, no entanto, a

33. Brandão, Carlos Rodrigues. Os Caipiras de São Paulo. São Paulo, 1983.

34. Cândido, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito - Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3a. ed. São Paulo, 1975.

35. Pires, Cornélio. Conversas ao pé do fogo. Op. cit.

aproximação entre os dois autores.

Cornélio Pires esteve imerso no universo cultural de sua época, não estando portanto imune, apesar do esforço de representação do caipira enquanto homem do trabalho, aos paradigmas de seu tempo, reforçando preconceitos a respeito da população nacional, em especial aqueles referentes à sua raça e cor. Isso, apesar de intenções de valorização e respeito à aparente simplicidade da cultura caipira. Seu trabalho é heterogêneo, aproximando-se em alguns momentos (provavelmente os melhores) da atividade do folclorista, recolhendo aspectos da cultura popular caipira no seu meio e nos seus contatos com a civilização citadina. No entanto, o seu traço mais característico, contribui para a inferiorização desse mesmo caipira, apresentado quase sempre como matuto, com traços de esperteza, que se manifestam em algumas oportunidades, mas sempre inadequado para os padrões civilizados.

Cornélio Pires, embora tenha o mérito de ter definido o caipira como um homem do trabalho e não da preguiça e da indolência como era voz corrente, armou-se de um aparato conceitual para fazê-lo. Estabeleceu uma diferenciação no universo caipira que não disfarça o seu caráter racial e permite uma distinção dos caipiras a que se refere. Essa tipologia pode ser vista, ao mesmo tempo,

como defeito e como qualidade. Tanto Antonio Cândido como Carlos Rodrigues Brandão³⁶ reconheceram nessa divisão o mérito de apontar a variedade presente no universo caipira contra as tentativas de generalização estereotipadas, principalmente as carregadas de negatividade, tendentes à depreciação do caipira e à sua apresentação como rude, bruto e incivilizado. No entanto, ela se constrói sobre uma estrutura baseada nos caracteres raciais, principalmente aqueles visíveis pela cor.

Ele elaborou uma tipologia dividindo os caipiras em quatro grupos: o caipira branco, o caipira caboclo, o caipira preto e o caipira mulato. Os dois extremos seriam o caipira branco e o caboclo. Dois aspectos chamam a atenção quando o autor faz a sua caracterização do caipira branco: cor e propriedade:

"Neste caso, branco, quer dizer de melhor estirpe; meia mescla, descendentes de estrangeiros brancos... gente que possa destrinçar a genealogia da família até o trisavô, confirmando pelo procedimento o nome e a boa fama dos seus genitores e progenitores. Podem ser alvos, morenos ou trigueiros... São brancos."³⁷

36. Cândido, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. Op. cit. Em especial p. 22/23 e 86. Brandão, Carlos Rodrigues, Os caipiras de São Paulo. Op.cit. p. 26 e seguintes.

37. Pires, Cornélio. Conversas ao pé do fogo. Op.cit. p. 11.

Suas casas são limpas e asseadas, os filhos educados; são hospitaleiros, cultivam o pomar e a horta, além da criação; pouco dados à cachaça; dado importante: são proprietários.

"Por mais pobres que sejam, com seus cobrinhos, suas terras, porque elles são sempre proprietários, podem andar remendados, mas andam limpos."³⁸

No outro extremo, os caipiras caboclos que, de acordo com Cornélio Pires são fortes, "descendentes directos dos bugres cathechizados pelos primeiros povoadores do sertão."³⁹ São rejeitados tanto pelas famílias brancas como pelas negras, que os "detestam, porque dentre elles sempre foram tirados os feitores de escravos e *capitães do mato*."⁴⁰

Cornélio Pires os apresenta como sujos, vadios, preguiçosos: "sua vida é caçar (com aviamentos arranjados aqui e ali a custa de pedinchices), pescar, dormir, fumar, beber pinga e tocar viola".⁴¹ Suas casas são sujas, seus filhos criados "ao Deus dará". Em geral vivem encostados,

38. Idem, p. 12.

39. Idem, p. 19.

40. Idem, p. 20.

41. Idem, p. 22.

agregados a sítios de brancos ou fazendas onde são tolerados pelos patrões.

"Inteligentes e preguiçosos, velhacos e *mantosos*, barganhadores como os ciganos, desleixados, sujos e esmulambados, dão tudo por um encôsto de *mumbava* ou de *capangá*; são valentes, brigadores e ladrões de cavallos..."⁴²

E interessante notar que Cornélio Pires achava que esse tipo de caipira tendia a desaparecer pela atração exercida pela cidade e pela farda aos seus filhos que, dessa forma, passavam por uma mudança, mostrando serem fortes e inteligentes. Achava também, que eles não estavam perdidos; precisariam de escola e obrigatoriedade de ensino.

Ao fazer a caracterização do caipira preto Cornélio Pires operou uma distinção entre "negros velhos" e "caipira preto" novo. Os velhos, de acordo com ele, estavam injustamente abandonados depois de terem passado a vida a serviço de grandes proprietários -- "não podem pedir esmolas, elles, que só viveram para o trabalho... não podem mendigar: a policia não deixa: -- são nacionaes..."⁴³ Sua situação era de abandono total, eram "um farrapo de

42. Idem, p. 20. O termo "mantosos" não aparece no vocabulário ao final do volume. "Mumbava" é o "indivíduo que vive parasitariamente em casa alheia". p. 230.

43. Idem, p. 29.

gente...", "um hospital de doenças!"⁴⁴

Já os caipiras pretos novos são os filhos desses negros velhos que reagiram. Cornélio Pires os vê como o melhor braço da lavoura no interior e da estiva no litoral. Possuem casa limpa, cuidam da plantação, são fortes e trabalhadores (principalmente depois do contato com o italiano). Infelizmente têm um grande pendor para o gosto pela cachaça. Suas mulheres são limpas e risonhas. "E batuqueiro, sambador, e 'bate' dez leguas a pé para cantar um desafio num fandango ou 'chacuaiá' o corpo num baile de roça".⁴⁵

Finalmente o caipira mulato, numa situação especial, na medida em que sofre com a prevenção do branco e procura se distinguir, repelindo o preto. Despreza suas origens negras. São corteses e galanteadores, bons empregados, raramente proprietários. Cornélio Pires os vê como "o mais vigoroso, ativo, o mais independente e o mais patriota dos brasileiros."⁴⁶

Essas representações, como apontei inicialmente, permitem entrever tanto a presença de preconceitos raciais

44. Idem, p. 28.

45. Idem, p. 31.

46. Idem, p. 33.

como a idealização dos grupos que Cornélio Pires, por alguma razão, quis preservar. Ele se mostra espantado diante do que chama "estranha sympathia da italiana" pelos negros e mulatos.⁴⁷ E condescendente com os negros e seus descendentes e com os brancos também. Talvez fosse mais correto dizer que ele idealiza tais grupos. Os defeitos estariam concentrados nos caboclos, descendentes dos antigos bugres que, ele acredita, provavelmente desapareceriam.

Para o autor, é a este tipo de caipira que a literatura se referia ao falar generalizadamente do caipira indolente, preguiçoso, vadio. Afirmava que tomando a parte pelo todo, "não vacillam em deprimir o menos poderoso dos homens."⁴⁸

"Sem conhecimento directo do assumpto, baseados em rápidas observações sobre 'mumbavas' e 'agregados', verdadeiros parasitas só encontrados em propriedades de 'brasileiros', prejudicialmente hospitaleiros, certos escriptores dão campo ao seu pessimismo, julgando o 'todo' pela 'parte', justamente a parte pôdre, apresentando-nos o camponez brasileiro coberto de ridículo, inútil, vadio, ladrão, bêbado, idiota e 'nhampan'!"⁴⁹

47. Idem, p. 31 e 35.

48. Idem, p. 3.

49. Idem, p. 3.

O "certos escriptores" de Cornélio Pires é, sem dúvida, uma referência a Monteiro Lobato e a Urupês. Ao encerrar a representação do caipira caboclo, ele afirma: "Foi um desses indivíduos que Monteiro Lobato estudou, criando o *Jéca Tatú*, erradamente dado como representante do caipira em geral."⁵⁰ Há um comentário, não público, de Lobato, em carta escrita a Godofredo Rangel, que data de 1915, onde ele provavelmente responde a algum questionamento feito pelo amigo, nos seguintes termos:

"As observações do Bernardo sobre Urupês são muito justas. E algumas das inexatidões apontadas são propositais. A história do caboclismo... Aquilo foi fabricação histórica para bulir com o Cornélio Pires, que anda convencido de ter descoberto o caboclo, como o Nogueira se conveneu de ser o descobridor da Pátria. O caboclo de Cornélio é uma bonita estilização -- sentimental, poetica, ultra-romantica, fulgurante de piadas -- e rendosa. O Cornélio vive, e passa bem, ganha dinheiro gordo, com as exhibições que faz do 'seu caboclo'. Dá caboclo em conferencia a 5 mil reis a cadeira e o publico mija de tanto rir. E anda ele agora por aqui, Santos, a dar caboclo no Miramar e no Guarani. Ora, o meu Urupês veio estragar o caboclo do Cornélio -- estragar o caboclismo."⁵¹

50. Idem, p. 26.

51. Monteiro Lobato, José Bento. A Barca de Gleyre - quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. Prefácio de Edgard Cavalheiro. São Paulo, 1944. p. 286.

A tipologia de Cornélio Pires aparece nos contos relatados, através dos personagens. Em Conversas ao Pé do Fogo ele, autor, coloca-se como alguém que ouve histórias, "ao pé do fogo", numa fazenda cujo dono deixou em herança comum a seus escravos e a um "parente mumbava, que vivem em companhia, pretos e mestiços, na maior ordem."⁵² O autor é uma visita, chamada por "nhonhô" pelos antigos escravos e que narra, na medida do possível fielmente, as histórias que ouve.

Apesar dos traços enunciados, Cornélio Pires, além de recusar e denunciar a imagem básica do caipira preguiçoso, abre um leque para uma diversidade de tipos e indivíduos no meio rural brasileiro, em especial paulista. Não sem uma certa ambiguidade pois, ao mesmo tempo em que ele inicia com uma proposta de valorização do caipira pela sua cultura e desfila vários personagens de caipiras trabalhadores, ligados à terra ou trabalhando como empreiteiros (paralelamente aos caipiras preguiçosos, vadios, malandros, etc.), ele contrapõe, muitas vezes, o caipira ao citadino pelo modo de vestir, falar, portar-se. Nesse embate prevalece a representação depreciadora do caipira, já que a referência cultural é a cidade, o caipira sendo visto de fora e através de um dialeto que o

52. Idem, p. 41.

caricaturiza, de uma forma grotesca.

No primeiro conto, intitulado "Uma Santa"⁵³, Nho Thomé conta a história de "Maneco Pimenta, odiado caçara, um caboclo despotico", capitão-do-mato, pegador de negro fugido, que praticava as maiores barbaridades aos negros que eram apanhados. Além disso, ao tornar-se fazendeiro casando-se com uma viúva, tão má quanto ele, tomou escravos e terras de um vizinho que lhe era devedor. Na passagem, houve a fuga de uma escrava (Tia Balbina) cuja história é introduzida. Ela foge, recebe ajuda de abolicionistas e volta para comprar seu marido que havia permanecido cativo, através de um intermediário (um abolicionista). Quando se realiza a transação, ao receber uma resposta da negra recém-liberta, Maneco Pimenta se destempera e à vista dos outros escravos que estavam reunidos esperando ordens, estala uma chicotada no rosto de Balbina. Os negros se rebelam diante do ocorrido e acabam matando o casal de fazendeiros e o feitor, abandonando a fazenda em seguida.

O autor teve a preocupação, em primeiro lugar, de acentuar uma vida acomodada entre brancos e negros compartilhando um mesmo espaço (os que contam e ouvem histórias); o caboclo mau, como vilão; as agruras do cativo e dos negros que dele tentaram escapar pela fuga;

53. Idem, p. 45-61.

as perseguições pelo capitão-do-mato e um grande momento de rebeldia dos escravos que, subvertendo a ordem, atacam e matam seus senhores. Esse momento de bravura no entanto, é finalizado no conto, significativamente oferecido ao imperador, com um salve à princesa Isabel, apresentada como grande redentora dos escravos:

"Nóis padecemos, Nhonhô... mais Deus mandô uã Santa...

E todos ergueram os olhos, exclamando:

-- A Princesa Zabé!"⁵⁴

Uma conclusão sem dúvida do autor, sem deixar de fazer parte, também, do imaginário dos personagens -- a consagração da princesa "redentora", os negros que continuam numa posição subalterna e de passividade servindo antigos senhores. Uma visão também romântica, pois nhô Thomé, o herdeiro da decadente propriedade, único branco, passa a maior parte do tempo convivendo paternalmente com antigos escravos, contando casos para as crianças, nas noites ao pé-do-fogo.

Há, um exagero da parte de Cornélio Pires no uso do dialeto caipira, que é elemento importante na constituição do imaginário a seu respeito. Esse esforço

54. Idem, p. 61.

para captar a oralidade do falar caipira (que ele utiliza também com relação a estrangeiros) acaba contribuindo para reforçar o tom de ironia e o atraso da população rural com relação ao urbano. Isso é tanto pior, quando o autor executa toda a sua narrativa no dialeto caipira sem sê-lo, procurando uma isonomia que não existe e reforçando dessa maneira a ambiguidade de suas representações, empobrecendo a narrativa e tendendo a cair num anedotário de mentiras e "patacoadas" de gosto duvidoso. Seu melhor livro é, sem dúvida, "Conversas ao Pé do Fogo"⁵⁵, em parte pela introdução com as considerações sobre o caipira, e em parte porque lá estão os contos em que ele melhor constrói e retrata cenas e tipos do interior. Nas publicações posteriores⁵⁶ o estilo de escrita apontado acima foi sendo propositadamente acentuado, mostrando uma acomodação crescente do autor ao gosto do público que consumia este tipo de literatura -- um público razoavelmente grande para o

55. A maior parte dos contos de Conversas ao Pé do Fogo foram reeditados em Quem Conta um conto... e outros contos (coisas de outrora) de 1943, assim como a introdução "O Caipira como ele é". Não há nenhuma referência do autor a este fato no volume.

56. Reuni alguns dos volumes publicados por Cornélio Pires. Além de Conversas ao Pé do Fogo já citado, tive em mãos: Continuação das Estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho (O Queima campo), 1a. edição pela Cia. Editora Nacional, sem data de publicação; Patacoadas - Anedoctas - Simplicidades e Astúcias de Caipiras (com "algumas" de estrangeiros...), publicada pela Francisco Alves em 1935 e a já citada Quem Conta um Conto... e outros Contos (coisas de outrora).

período, se atentarmos para as tiragens elevadas dessas publicações⁵⁷ -- e ao fato de que parte dessa literatura era consumida por ouvintes, em auditórios, onde Cornélio Pires contava histórias e cantava modinhas do interior, confirmando dessa forma a tendência à oralidade presente na literatura e cultura brasileiras e contribuindo para a coleta e permanência de histórias, crendices e cantigas populares.

Cornélio Pires mostrou um Brasil caipira que se encontrava em processo de transformação, incluindo em sua temática os novos personagens da sociedade brasileira constituídos pelos imigrantes. Nesse aspecto, sua visão tendeu a acentuar a desqualificação do nacional. No volume intitulado Continuação das Estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho, infelizmente sem data na sua primeira edição, narra um retorno à Casa Velha, das antigas histórias contadas ao pé-do-fogo, com Nhô Thomé já falecido. Inicia o livro pela viagem, onde observa e estranha as mudanças operadas na paisagem, pois as terras se acham cultivadas, enriquecendo colonos de diversas nacionalidades -- italianos, espanhóis, japoneses.

57. Duas das edições apontavam as seguintes tiragens: Continuação das Estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho em sua 1a. edição teve 15.000 exemplares e Patacoadas ..., na 6a. edição completava o trigésimo primeiro milheiro.

"Eu já não via na zona velha os casebres de sapé, sem alegria nem hygiene, com seus habitantes cabelludos e doentios se aquecendo ao sol, sentados nas soleiras das portas, ou sendo 'catados' pelas gadelhudas mulheres, como macacas desengonçadas. Pelo contrario: via casas muitos arrumadinhas e muito brancas, feitas de tijollos e cobertas de telhas, alegres com seus donos estrangeiros ou nacionaes já evoluídos, em tão pouco tempo, tendo os caipiras um aspecto inteiramente diverso do conservado até ha poucos annos."⁵⁸

A "caipirada brasileira" havia recuado para o sertão, cedendo espaço ao braço estrangeiro. A zona velha "despertava para a riqueza, para a alegria, para o sol que a lavava, despida de matos damnhinhos", graças ao imigrante que havia trazido o progresso. Já não existiam mais "jecas"⁵⁹, tudo "se refizera e se remoçara, numa reacção magnifica, de um povo que largou mão de esperar pelos governos..."⁶⁰

58. Pires, Cornélio. Continuação das Estrambóticas Aventuras do Joaquim Bentinho (O queima campo). 1a. ed. São Paulo, s/data. p. 16.

59. Ao se referir aos "jecas" que não existiam mais, Cornélio Pires fez referência a Monteiro Lobato, nos seguintes termos: "Tive um desejo enorme de ir á America do Norte buscar o meu optimo amigo Monteiro Lobato, para mostrar-lhe as 'cidades mortas' ressuscitadas. Sei o quanto de alegria iria pelo coração desse meu amigo, ao verificar que aqui já não existiam mais os 'jecas'...". Idem, p. 17.

60. Cornélio Pires faz referência a um povo que "se refizera e se remoçara, ..." em contradição com o que havia dito logo acima: a "caipirada brasileira" recuara dando lugar ao estrangeiro. O progresso que ele relata, portanto, é deste último e não de um povo -- os antigos "jecas" que tenham tido uma "reacção magnifica", como ele afirma.

Depois de breve introdução, - continua a narrar histórias, através do personagem Joaquim Bentinho, grande contador de mentiras e exageros, que permaneceu imune ao progresso, isolando-se e resistindo às ofertas que recebeu para desfazer-se de seu sítio, sempre confrontando o tempo de outrora com as mudanças operadas no presente, pelo avanço do progresso, numa mistura de lamento e admiração. Apesar dessas características, permanece o tom jocoso, irônico com relação aos caipiras e ao seu modo de vida.⁶¹

61. Cornélio Pires, sem dúvida, contribuiu, com seus livros, para a preservação de histórias, contos e superstições do homem do campo paulista (que podem, eventualmente ser generalizadas para o brasileiro), muitas delas tendo influenciado escritores posteriores, embora tal mérito nem sempre lhe seja atribuído, a exemplo do que ocorre, também, com Valdomiro Silveira, (cf. Ruth Guimarães, em estudo introd. à O Mundo Caboclo, de Valdomiro Silveira. Op. cit.). A primeira história narrada por Joaquim Bentinho na Continuação das Estrambóticas histórias é um bom exemplo. Seu título é sugestivo e evoca obra recente de Dias Gomes, veiculada pela TV brasileira: "De como o Joaquim Bentinho prova que, antes da imigração e do progresso, pouco se morria e os prefeitos se viam em verdadeiros apuros", onde narra as peripécias dos prefeitos e autoridades de três cidades que resolveram construir cemitérios em nome do progresso e não conseguiam inaugurá-los por falta de candidatos, pois ninguém morria. p. 35 e seguintes.

VALDOMIRO SILVEIRA e MONTEIRO LOBATO: contrapontos

Consideremos Monteiro Lobato e Valdomiro Silveira em alguns de seus contos mais significativos. De imediato percebemos que Lobato tinha uma preocupação marcadamente social, vendo na situação do caipira paulista um entrave ao progresso que ele julgava necessário e inevitável -- seu tom era de denúncia: ele simultaneamente denunciava a miséria do caipira e o responsabilizava por isso. Já Valdomiro Silveira promoveu uma aproximação do universo caipira num tom de quem aceita a existência de um universo diferente do seu -- ele conta histórias -- sem a preocupação marcada de denuncia social, embora as situações que marcam as desigualdades e que refletem problemas íntimos e conflituosos do mundo caipira transpareçam em sua obra, nesse sentido bastante verdadeira. Lá está o caipira sem terra, às vezes desesperançado, às vezes esperançoso, vivendo amores (na maior parte das vezes trágicos) -- um mundo de histórias vazadas numa linguagem dialetal não caricaturizada, uma linguagem que respeita falares e saberes

de uma outra cultura, não urbana, mas nem por isso inferiorizada.

Os dois trechos que seguem permitem uma avaliação dessas diferenças: o primeiro é de Valdomiro Silveira e o segundo de Monteiro Lobato:

"O Cancã não fugiu do trato; fez, no talhão marcado, as duas primeiras limpas, com trabalho horrível porque a trapoeraba e o marmelada estavam altos, o picão florescia, o caruru de semente, e o ora-pro-nóbis com grande viço de fartura e de sombra. O administrador não teve incômodos: antes do romper do sol escutava-lhe a voz entre as ruas do cafezal, e o anúncio da noite já era bem negro no céu, quando aquela voz cessava."⁶²

Um Cancã trabalhador, formador de cafezais por empreitada, assumindo um dos trabalhos mais pesados da lavoura, na limpa e preparo da terra virgem para receber a cultura do café. Em seguida, o avesso desse trabalhador, numa descrição já clássica:

"Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. A medida que o progresso vem chegando com a via ferrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu

62. Silveira, Valdomiro. "Ultima Carpa", in O Mundo Caboclo. Op.cit. p. 34-35.

pilão, a picapau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.

...

Quando se exharure a terra, o agregado muda de sítio. No lugar fica a tapera e o sapezeiro."⁶³

As referências dos autores são diferentes. Ambos representam o caipira, mas enquanto Valdomiro Silveira nos apresenta um caipira trabalhador, que labuta, incansavelmente, de sol a sol, Monteiro Lobato o retrata como destruidor da natureza (pela prática das queimadas) e como inadaptável à civilização, fugindo desta, afastando-se, para "não se adaptar". Apesar desta discordância básica, há entre os dois autores uma aproximação importante; num ponto eles concordam, pois independentemente da imagem formulada sobre o caipira e de que caipira se esteja falando, como o próprio Monteiro Lobato diz, de acordo com o costume, "ao caboclo, toca-se"⁶⁴ quando é inoportuno mantê-lo. Vejamos, portanto, o que aconteceu ao Cancã, caipira trabalhador, do conto de Valdomiro Silveira. A certa altura, o autor relata que ele

"Afizera-se bem à vida solitária:

63. Monteiro Lobato, José Bento. "Velha Praga", in Urupês. São Paulo, 1955. p. 271 e 276.

64. Idem, p. 275.

vivia em qualquer rancho de sape, com a purunga de água e as vasilhas de mantimento, anos e anos, aturando empreitas desconformes... Agora, como a terra ajudava, teve licença de plantar no café novo, e arranjava um pouco de tudo, ao sabor do tempo: feijão e milho, mangarito e abóbora, mandioca e gergelim."es

Cancã, portanto, em meio ao cafezal de que cuidava por empreitada, formou o seu roçado, que ficou uma beleza. Eis que quando chegou a ocasião de fazer a última carpa do talhão de café, ele adoeceu e ficou aproximadamente um dia e meio sem trabalhar. Quando foi retomar o serviço, havia outras pessoas fazendo a última carpa. Cancã admirou-se:

"--Como é, seo Veríssimo? Pois este talhão é meu ou não é meu?

O Veríssimo olhou-o de alto, muito sério, duramente:

-- Já foi seu: como houve apuro, e você teve sua manha, entreguei p'r'outro.

-- E as minhas plantas, seo Veríssimo?

-- As plantas do empreiteiro que larga o serviço, de quem é que são? São do que manda na terra!

O Cancã fez-se lívido e pegou a tremer. Contemplou demoradamente, com amor e quase já com saudade, a verdura tenra dos arbustos. Funda tristeza principiou a tremer-lhe o coração e os

65. Silveira, Valdomiro. "Última Carpa" in O Mundo Caboclo. Op.cit. p. 35.

olhos. Levou-os ao céu, que se ria todo azul e sem nuvens, e, caindo na crueldade do mundo, implorou com humildade de cachorro, que rasteja e lambe os pés do senhor:

-- Por tudo quanto é sagrado, patrão, não me tire as minhas plantas! Ao menos me dê licença p'ra mim fazer a colheita: eu ocupo só por mais uns dias o rancho, e depois mexo!

Mas o Veríssimo fechou-se no dito. E houve tanta lágrima, e tanta queixa, e tanta importunação, que mais tarde, como já desse de pretejar a barra do céu, e a teima não cessasse, foi preciso chamar uma escolta de seis soldados, que mandou sair aquele vagabundo, desaforado e cabeçudo, para além das porteiras da fazenda...⁶⁶

Esta a forma pela qual se resolviam pendências e questões com os subalternos. Ao caboclo, "toca-se". Duas situações diferenciadas que terminam na mesma palavra simples: "toca-se". Monteiro Lobato, diferentemente de Valdomiro Silveira, construiu a imagem do caipira, caricaturizado no personagem Jeca Tatu, como a grande praga nacional:

"A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o "Argas" o é aos galinheiros ou o "Sarcoptes mutans" é perna das aves domesticas. ..., pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. Em quatro anos, a mais uberosa região se

66. Idem, p. 37. Grifo meu.

despe dos jequitibás magníficos e das perobeiras milenárias -- seu orgulho e grandeza, para, em achincalhe crescente, cair em capoeira, passar desta à humildade da vassourinha e, descendo sempre, encruar definitivamente na desdita do sapezeiro -- sua tortura e vergonha.

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO..."⁶⁷

A representação de Monteiro Lobato acaba atribuindo justamente à parcela mais desqualificada da população, uma tarefa monumental de destruição da natureza. Aquele que não trabalha, não produz, é vadio, preguiçoso, indolente, etc... é justamente imputado por depredador da natureza com a qual convive. Lobato deixa de lado, no momento, a evidência de que o grande fazendeiro também lidava com a terra em moldes predatórios, utilizando a queimada para a formação dos cafezais e promovendo uma destruição crescente da natureza, em escala ampliada, sem nenhum dos cuidados necessários para a manutenção do equilíbrio ecológico e para a reposição da uberdade do solo. O que está aqui em questão, na verdade, na elaboração da imagem do caipira, não é exatamente a preservação da natureza, mas sim a questão da produtividade, do progresso, que está a exigir um uso capitalista da terra, que cobra do caipira a sua própria cultura e estilo de vida, exigindo uma

67. Monteiro Lobato, José Bento. "Velha Praga", in Urupês. Op.cit. p. 271.

participação efetiva na sociedade -- o fazendeiro está inserido no processo de acumulação, o caipira não -- mantém-se à margem do mercado, produz para si, não tem ambição, não está dentro dos pressupostos da acumulação, não parece capaz de caminhar ao lado do mundo.

A leitura de Valdomiro Silveira, pelo contrário, mostra uma imagem do caipira como a de um homem que tem sonhos a realizar, que trabalha para tentar alcançar esses sonhos, que ama, que tem um convívio íntimo com a natureza e um convívio social com as pessoas que estão à sua volta, que tem, enfim, uma cultura própria.

Em "Desespero de amor", Valdomiro Silveira conta a história trágica de Chico Só, personagem assim retratado:

"Chico Só. Caía-lhe bem o apelido: era um moço que não enfeitava trabalho algum, gostava de se divertir nos adjutórios e nas funções da vizinhança e, sem roncaria nem farofas, botava o peito a qualquer homem, por mais sacudido que fosse. Não tinha comparação com os outros, porque era o melhor de todos: por isso andava apartado..."⁶⁸

E, em "Perto do fogo", uma outra representação significativa do isolamento e do convívio da vida sertaneja:

"Vocês sabem que eu afundei p'r os

68. Silveira, Valdomiro. "Desespero de amor", in O Mundo Caboclo. Rio de Janeiro, 1974. p. 81.

centros de Guaiás, que fui um sertanista couro n'água, tocador de boiadas e de tropas, e vaqueano desses estradões de meu Deus. E não sabem nem a quarta parte dos apuros que eu passei!"⁶⁹

Como esses, são inúmeros os personagens dos contos, em geral construídos a partir de um cotidiano de trabalho, de dificuldades, de afetos.

Em meio a esses polos, definidores de tipos antagônicos, e de uma imagem dominante, uma infinidade de outros tipos caipiras e sertanejos permeou a literatura do período. Essas imagens fortes, no entanto, exprimindo polos contrários, tomados de ângulos opostos, aparecem de forma a confirmar a idéia de que as representações do social constituem um imaginário que se alimenta e alimenta simultânea e constantemente a realidade, tornando-se instituidor e sendo capaz de intervenção na tessitura do social.

Monteiro Lobato se exarcebava com a projeção da nacionalidade sobre o caipira/sertanejo, apontado nesse período como símbolo de brasilidade. Incomodava-o a visão otimista do nacional que, contraditoriamente, expunha e mascarava a realidade. Por ironia, ao combater essa imagem

69. Idem. "Perto do fogo", in O Mundo Caboclo, Op. cit. p. 141.

idílica, que considerava inadequada, ele criou o seu oposto e, por acaso ou não, com tamanha força, que essa nova imagem veio a se transformar num mito, ganhando existência própria e explicando-se enquanto tal. Vejamos primeiro a sua crítica:

"O indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se de "caboclistmo". O cocar de penas de arára passou a chapéu de palha rebatido á testa; a ocára virou rancho de sapé, o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda troxada; o boré descaiu lamentavelmente para pio de inambú; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito:

Mas o substrato psíquico não mudou: orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heroica, todo o recheio em suma, sem faltar uma azeitona, dos Perís e Ubirajaras.

...

Mas, completado o ciclo, virão destroçar o inverno em flor da ilusão indianista os prosaicos demolidores de ídolos -- gente má e sem poesia. Irão os malvados esgaravatar o ícone com as curetas da ciência. E que feias se hão de entrever as caipirinhas cõr de jambo de Fagundes Varela! E que chambões e sôrnas os Perís de calça, camisa e faca á cinta!

Isso para o futuro. Hoje ainda há perigo em bulir no vespeiro: o caboclo é o "ai Jesus" nacional."⁷⁰

70. Monteiro Lobato, José Bento. "Urupês", in *Urupês*. Op. cit. p. 278-279.

Sua preocupação com o progresso não admitia o encantamento e o excesso de otimismo que cegava e encobria a dura realidade das condições de vida de grande parte da população cabocla. Ao fazer a denúncia, no entanto, Monteiro Lobato colocou um peso enorme sobre os ombros do caboclo, imputando-lhe responsabilidades e atribuindo-lhe o seu próprio estado de miséria, classificando-o como "incapaz de evolução, impenetrável ao progresso", pela sua própria natureza.

"Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborigene de tabuinha no beico, uma existe a vegetar de cocoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé.

...

Nada o esperta. Nenhuma ferroteada o põe de pé. Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jéca, antes de agir, acocora-se."⁷¹

...

Pobre Jéca Tatú! Como és bonito no romance e feio na realidade!"⁷²

Aqui, algumas das pinceladas do retrato do Jeca Tatu. O próprio Monteiro Lobato reconhecia e a sua obra é

71. Idem, p. 279 e 280.

72. Idem, p. 281.

rica em demonstrá-lo, que essa imagem não podia ser estendida a toda a população rural. Tomava-a, no entanto, como regra. De qualquer forma o personagem, uma vez criado, catalisou, como frisamos, um imaginário que vinha sendo lenta e persistentemente formulado a respeito da população não citadina, permitindo a junção de qualidades antes abstratas e fugídias a uma figura concreta. Um imaginário que penetrara já, praticamente, todas as camadas da sociedade brasileira.

Para estabelecer a distinção e reforçar as características de seu personagem, no mesmo conto, Monteiro Lobato descreveu também o vizinho do Jeca Tatu:

"Todavia, est modus in rebus. E assim como ao lado do restolho cresce o bom pé de milho, contrasta com a cristianíssima simplicidade do Jéca a opulencia de um seu vizinho e compadre que 'está muito bem'. A terra onde móra é sua. Possui ainda uma egua, monjolo e espingarda de dois canos. Pesa nos destinos políticos do país com o seu voto e nos economicos com o polvilho azedo de que é fabricante, tendo amealhado com ambos, voto e polvilho, para mais de quinhentos mil réis no fundo da arca."⁷³

Este vizinho tem duas qualidades que o tornam distinto do Jeca Tatu -- "a terra onde móra é sua" -- e ele é eleitor. De acordo com Monteiro Lobato ele "Vota. Não

73. Idem, p. 285.

sabe em quem, mas vota"

"O fato mais importante de sua vida é sem dúvida votar no governo. (...) vai pegar o diploma de eleitor às mãos do chefe Coisada, que lho retém para maior garantia da fidelidade partidária."⁷⁴

Este caipira, que já respira ares de cidadania seria o "tipo clássico do sitiante já com um pé fóra da classe. Exceção, discolo que é, não vem ao caso. Aqui tratamos da regra e a regra é o Jeca Tatú"⁷⁵

Muito embora Monteiro Lobato o apresente como exceção, ele é importante na medida em que permite retomar a tese de que a desqualificação do nacional, enquanto apto ou inapto para o trabalho tenha se generalizado a nível da representação e daí passado, como imagem vencedora, a elemento ativo no social. Não é possível fazer a identificação imediata: trabalhador nacional/sitante; trabalhador nacional/Jeca Tatu; trabalhador nacional/alto, desempenhado, leal, etc... Nenhuma dessas representações serve isoladamente, e todas servem ao mesmo tempo. No imaginário há um reconhecimento do heterogêneo, mas há também a procura e o estabelecimento de uma unidade, e essa unidade, foi identificada ao personagem Jeca Tatu,⁷⁶

74. Idem, p. 286.

75. Idem, p. 286.

76. Vasda Bonafini Landers, em De Jeca a Macunaima: Monteiro

enquanto síntese de brasilidade.

Se, por um lado, Monteiro Lobato, acabou imortalizando o caipira no personagem Jeca Tatu, por outro lado -- no terreno da história -- foi Jeca Tatu (mito social) quem imortalizou o autor. O caboclo, através desse personagem nos chega como "incapaz de evolução, impenetrável ao progresso."⁷⁷ Essa, entre as várias, a imagem dominante. Ao mesmo tempo em que a obra de Lobato constitui uma construção do universo caipira enquanto heterogêneo, ou seja, composto de personagens variados, o que é extremamente interessante, a sua ênfase no considerar o Jeca Tatu como a regra (e não a exceção), tem por finalidade apontar e elaborar uma dada realidade, que não é agradável, mas que está posta. As imagens românticas e otimistas que se procura fazer dos caboclos e caipiras, ele contrapõe uma outra, a de que a maioria da população rural pobre vive na miséria e doente.

Lobato e o Modernismo, estabelece uma ponte entre os personagens Jeca Tatu e Macunaíma, discutindo as divergências e desavenças entre Monteiro Lobato e os modernistas, criticando a sua exclusão do movimento pelos próprios modernistas que o viam como antigo e ultrapassado, e afirmando que "a trajetória do Modernismo" descreveu "uma curva de retorno, ... de Monteiro Lobato a -- Monteiro Lobato". Rio de Janeiro, 1988. p. 251.

77. Monteiro Lobato, José Bento. "Urupês" in Urupês. Op. cit. p. 279.

Reconhecendo o progresso e a formação de uma sociedade do e para o trabalho como idéias centrais em sua obra, encontraremos, no entanto, abordagem diferente para a mesma situação, se considerarmos o Monteiro Lobato de 1906 e não o de 1914, o que acentua a ambiguidade do tratamento que ele deu à questão.

Em Cidades Mortas, logo no conto inicial que levou o mesmo nome, de 1906, Monteiro Lobato traçou um retrato da decadência do vale do Paraíba paulista, apontando a civilização do café -- e não o caboclo -- como sua causa: cultura nômade, progresso que passa, retirando a uberidade do solo e "emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas". Sobram cidades "moribundas", onde "não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito". Por essa terra onde só sobrou a aspereza e onde "reinem soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia", passou como um "Atila", o café. Tudo o que sobrou é decadente, os cafezais foram extintos, os agregados se dispersaram, restando os "caboclos opilados, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne que não florescem nem frutificam".⁷⁸

78. Monteiro Lobato, José Bento. "Cidades Mortas", in Cidades Mortas. Op. cit. p. 3-7.

Num lugar, os caboclos foram os destruidores, no outro aparecem, por opilados que são, como vítimas que restaram de um progresso destruidor que não permaneceu. Aqui, o destruidor da natureza foi o café, portanto, o grande proprietário -- ele também adotou a prática das queimadas (em escala ampliada). "Cidades Mortas" foi escrito em 1906, "Urupês" em 1914. Monteiro Lobato já havia elaborado o poder destruidor da natureza da "civilização" do café, símbolo do progresso da cultura extensiva, quando da criação do Jeca Tatu, representação do caboclo brasileiro sobre quem jogou toda a carga da destruição. Os senhores do café já haviam passado, realizado seus lucros e migrado com seus capitais para terras mais férteis a oeste -- restou o caboclo "sorna" vegetando em meio à ruína geral.

Defrontamo-nos, portanto, com duas posições conflitantes, cuja ambiguidade pode ainda ser acentuada se se considerar a proximidade existente entre "Velha Praga" e "Urupês" e dois artigos que já haviam sido publicados por Euclides da Cunha,⁷⁹ enfocando de uma forma que era ao

79. É conhecida a admiração que Monteiro Lobato tinha por Euclides da Cunha, considerando-o um dos maiores escritores do Brasil. Em introdução à publicação de Contrastes e Confrontos, Olímpio de Sousa Andrade anota essa admiração, que aparece nas cartas escritas a Godofredo Rangel, em que Lobato se expressa nos seguintes termos: "Tua análise do estilo rompedor de Euclides me satisfaz. A ossatura e o musculo, ele os consegue como dizes. Mas não bastaria isso. Sem a rede de nervos dum pensar original, fortemente enfiado pelo *metal deployé* das ciências naturais e sociais e da filosofia moderna,

mesmo tempo semelhante e diferente a mesma temática --
"Fazedores de Desertos", de 1902 e "Entre as Ruínas", de
1904. Euclides abordou nessa oportunidade, os inconvenientes
e as alterações climáticas provocadas pela ocupação
inadequada do solo sem, no entanto, atribuí-la ao caboclo;
atribuiu-a a "um mau ensinamento do aborígene"⁸⁰ -- a
queimada -- copiado pelo colonizador e agravado pelos
sertanistas e pelo progresso recente das locomotivas que
tinham como combustível único a madeira das florestas
próximas. Uma análise que tem, portanto, um alcance maior,
não reduzindo o poder de destruição ao pobre caboclo
opilado, mas mostrando justamente a ampliação dessa
destruição pelo colonizador, pelo homem, pela civilização.

Verificamos uma aproximação entre o Monteiro
Lobato de "Cidades Mortas" e o Euclides da Cunha acima e uma
distância entre esse mesmo Lobato e o que publicou "Velha
Praga" e "Urupês". Distância que deve ser assinalada se

bem digeridas e assimiladas. Euclides não seria esse
fenômeno novo que nos esbarronda, um homem que tem o que
dizer, sabe o que diz e o diz -- assombro! -- em
português de verdade. Porque a língua de Euclides já é a
Língua." (30/09/1915). Os dois artigos, "Entre as
Ruínas" e "Fazedores de Desertos" foram publicados em
Contrastes e Confrontos. A primeira edição foi feita em
Portugal em 1907. A edição consultada é a que contém a
introdução de Olímpio de Sousa Andrade, de 1975, São
Paulo, p. 15. As cartas a Godofredo Rangel foram reunidas
no volume A Barca de Gleyre. Op. cit. p. 269.

80. Cunha, Euclides da. "Fazedores de Desertos" in
Contrastes e Confrontos. Op. cit. p. 127.

levarmos em consideração a amplitude e divulgação que esses dois últimos artigos ganharam e os seus frutos posteriores na figura do Jeca Tatuzinho, tentativa de recuperação que, no entanto acabou reforçando, pela contraposição do seu contrário, o mito do brasileiro "sorna".

Monteiro Lobato elaborou ainda, mais tarde, em 1947, um outro personagem -- Zé Brasil -- onde pretendeu uma revisão dos anteriores, realizada em circunstâncias diferentes. A publicação, da mesma forma que o Jeca Tatuzinho, foi elaborada de forma didática, assemelhando-se a uma cartilha. "Zé Brasil era um pobre coitado" que, entre os trastes da sua miséria tinha "aquele livrinho do Fontoura com a história do Jéca Tatú" e que pensava:

"-- Coitado dêste Jéca! dizia Zé Brasil olhando para aquelas figuras. Tal qual eu. Tudo que ele tinha, eu também tenho. A mesma opilação, a mesma maleita, a mesma miséria e até o mesmo cachorrinho. Pois não é que meu cachorro também se chama Joli?..."⁸¹

Zé Brasil era um agregado, portanto sem-terra, que já havia sido "tocado" várias vezes e que, frequentemente, trabalhava doente, por falta de recursos e de médico:

"... -- opilação, sezões, quanta verminose há, malária. E cadê doutor?

81. Monteiro Lobato, José Bento. Zé Brasil. Rio de Janeiro, 1947. p. 5-6.

Cadê remédio? Cadê jeito?...⁸²

Continua sua história respondendo, sempre, a um interlocutor:

"-- Eu era 'agregado' lá e ia labutando na grotá. Certo ano tudo correu bem e as plantações ficaram a maior das belezas. O coronel passou por lá, viu aquilo -- e eu não gostei da cara dele. No dia seguinte me 'tocou' de suas terras como quem toca um cachorro...".⁸³

Pela história, se ele fosse proprietário, tudo poderia mudar: "

"-- Ah, aí tudo mudava. Se eu tivesse um sítio, fazia uma casa boa, plantava árvores de fruta, e uma horta, e até um jardimzinho como o do Giuseppe."⁸⁴

A partir daí, o autor, através do interlocutor, passa a defender a proposta da divisão das terras como solução e, diante do ceticismo de Zé Brasil, acena com a existência de alguém que "quer acabar com a injustiça do mundo":

"Não é assim, Zé. Apareceu um homem que pensa em você, que por causa de você

82. Idem. p. 9.

83. Idem. p. 12.

84. Idem. p. 14.

Já foi condenado pela lei desses ricos
que mandam em tudo -- e passou nove anos
num ca
rcere.

-- Quem é esse homem?

-- Luiz Carlos Prestes...".⁸⁵

A história continua com o interlocutor passando a explicar as idéias de Prestes a Zé Brasil: "O sonho dele é fazer que todos os que trabalham na terra sejam donos de um sítio de bom tamanho, onde vivam felizes, ...".⁸⁶

Esses diversos personagens, embora tenham sido utilizados para explicar a trajetória do autor,⁸⁷ não tiveram a eficácia de substituir a simbologia representada

85. Idem. p. 18.

86. Idem. p. 20.

87. Marisa Lajolo analisa a trajetória de Monteiro Lobato através de sua biografia, nos seguintes termos: "É no bojo desse realinhamento ideológico que a figura do caipira ressurgiu pela terceira e última vez na obra de Lobato, agora numa perspectiva que supera integralmente a ótica patronal e paternalista que orientava os textos de 'Velha Praga', 'Urupês' e 'Jeca Tatuzinho'. ... representa uma autocritica ao jovem Lobato que em 1914 não soubera entender a dimensão econômica do problema agrário brasileiro e que nos anos 20, no bojo das campanhas pela saúde pública, avança a questão, mas não chega a atinar que o problema das condições de saúde mascarava outro, mais concreto, da infra-estrutura brasileira. Nesta última versão, a de 1947, o Jeca se mataforiza em Zé Brasil, camponês sem terra e cuja única esperança reside no Cavaleiro da Esperança, Luis Carlos Prestes." Monteiro Lobato - a modernidade do contra. São Paulo, 1985. p. 74-76. Também, da mesma autora e no mesmo sentido, "Jeca Tatu em três tempos", in Os pobres na literatura brasileira, org. Roberto Schwarz, São Paulo, 1983. pp. 101-105.

pela imagem do Jeca Tatu, na medida em que este, qual um mito, uma vez criado, por si só, ganhou vida própria, sendo assimilado e intervindo na cultura de forma a tornar-se abrangente e a parecer, ancestralmente, como algo que, desde sempre, tenha pertencido a essa cultura.

CONCLUSAO

O certo é que a imagem da população brasileira enquanto imatura, despreparada e indolente, foi largamente difundida na passagem do século XIX para o XX, tornando-se parte da memória coletiva dos brasileiros e encontrando, ainda hoje, grande aceitação. Foram e são poucos os espaços de crítica e reconstrução de uma identidade outra.

Parte integrante dos mais variados matizes do pensamento brasileiro, esteve presente nas concepções, análises e propostas, tanto de liberais como de positivistas, darwinistas sociais, socialistas e anarquistas. Erigiu-se como um mito, prescindindo de explicação para sua aceitação, estabelecendo-se como verdade, e sendo tomado como parte essencial da natureza do brasileiro, além de contribuir para a projeção da constituição da nação e do povo brasileiros, em todos os sentidos, para um futuro remoto e não definido.

A eficácia dos mitos, assim como sua importância histórica, está ligada, justamente, à sua capacidade de, ao falar das coisas, dar-lhes um sentido de constatação, de modo que a sua existência pareça ser decorrente da própria natureza¹. Dessa forma, o mito, ao se constituir, o faz "pela eliminação da qualidade histórica das coisas: nele,

1. Barthes, Roland. Mitologias. Trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. São Paulo, 1972. p. 163.

as coisas, perdem a lembrança da sua produção."² Atua como simplificador da realidade, abolindo toda complexidade nela existente e por conseguinte, também, qualquer questionamento a seu respeito. Ele simplesmente constata e é nessa simples constatação que está a sua eficácia.

O enunciado do brasileiro incapaz, aparece e é aceito, paradoxalmente, como a constatação de algo tido como verdadeiro. Uma afirmação que, de forma ambígua, se apoia na história e dela se afasta. Repõe-se, na medida em que encontra terreno propício, incessantemente, buscando sempre a autoridade do tempo e, portanto, da história e de uma ancestralidade para confirmá-la: "sempre foi assim". Simultaneamente, ao afirmar-se na repetição e não na explicação ela se empobrece, negando sua própria historicidade, ignorando que foi a história que, de alguma forma e em algum momento deu origem ao mito e ao conceito³, nem sempre transparente, nele contido.

A imagem do Jeca Tatu opilado foi uma criação literária, que passou por um processo de apropriação pelo

2. Idem, p. 163.

3. Barthes chama a atenção para a historicidade dos conceitos míticos, no sentido de que eles não possuam rigidez: "podem alterar-se, desfazer-se, desaparecer completamente. E é precisamente porque são históricos, que a história pode facilmente suprimi-los". Idem. p. 142.

social, no momento mesmo da sua constituição e, mais que isto, assumiu, ao longo do tempo, um caráter de abrangência com relação ao brasileiro de forma geral, tomado enquanto símbolo de identidade. Esse processo de apropriação foi tão forte, permanecendo entranhado e parte constituinte do imaginário brasileiro que, nem mesmo o seu autor foi capaz de revertê-lo, apesar das tentativas realizadas.

Este risco e o perigo que ele representava foi entrevisto por Rui Barbosa e, de certa forma, pelo próprio Monteiro Lobato. Pode ser pressentido, justamente por materializar e dar nome a uma idéia do brasileiro e da nacionalidade que pré-existia na memória coletiva, de onde a sua facilidade de incorporação. Ambos, afirmaram o que veio, de fato, a ocorrer -- a generalização da imagem do Jeca Tatu e a sua aplicação indistinta, de forma abrangente, à nacionalidade brasileira:

"Não sei bem senhores, se, no tracejar deste quadro, teve o autor só em mente debuxar o piraquara do Paraíba e a degenerescência inata da sua raça. Mas a impressão do leitor é que, neste símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de sub-serviência e hebetamento, o gênio do artista, refletindo alguma coisa do seu meio, nos pincelou, consciente, ou inconscientemente, a síntese da concepção, que têm, da nossa nacionalidade, os homens que a

exploram."⁴

foi parte do discurso de Rui Barbosa, quando da campanha presidencial de 1919. Antes dele, Monteiro Lobato, em carta a Godofredo Rangel, datada de 1915, portanto logo depois da primeira publicação de Urupês pela imprensa, confirmava ao amigo impressões que vão ao encontro do juízo emitido por Rui Barbosa:

"E é psicólogo. Diz uma grande verdade de que eu andava suspeitando às escondidas -- que somos todos uns Jecas Tatús. Pura verdade. Com mais ou menos letras, mais ou menos roupas, na Presidencia da Republica sob o nome de Wenceslau ou na literatura com a Academia de Letras, no comercio como na industria, paulistas, mineiros ou cearenses, somos todos uns irredutíveis Jecas. O Brasil é uma Jecatatuasia de oito milhões de quilometros quadrados."⁵

Uma criação histórica, porque literária, assumida e entranhada na cultura como símbolo da nacionalidade. Carregava em si todo um imaginário, formado ao longo do

4. Barbosa, Rui. A Questão Social e Política no Brasil. Conferência pronunciada no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro, a 20 de março de 1919. Introdução de Evaristo de Moraes Filho, São Paulo/Rio de Janeiro, 1983. p. 5. Este texto foi utilizado, também, na nota 8 da parte I.
5. Monteiro Lobato, José Bento. A Barca de Gleyre - quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. Pref. Edgard Cavalheiro. São Paulo, 1944. p. 285/286. Lobato, na ocasião, dava resposta a Rangel, com relação à afirmação de uma terceira pessoa, Bernardo Torres, sobre quem o amigo provavelmente lhe falara em carta anterior.

tempo e que foi, por fim, mágica e tragicamente sintetizado num único personagem representativo de todo um universo. Não mais questionado, passou a ser tido como verdadeiro, qual um mito.

Este, como todos os mitos, foi criado historicamente, passando a fazer parte intrínseca da cultura. Nessa medida, somente um processo de desvendamento com relação aos mecanismos que possibilitaram a sua criação é que podem permitir a sua mudança ou a sua destruição. A idéia do povo brasileiro como vadio, incapaz e sem ambição, à custa de tanto ser repetida, tornou-se quase que uma verdade absoluta e parte integrante da cultura brasileira, disseminada em todas as camadas sociais, e raramente contradita. Desvendar um dos momentos históricos da sua criação e perpetuação constitui passo importante para recuperá-la da natureza e trazê-la novamente para o domínio da história, da cultura e do movimento transformador que as caracteriza. Como afirmou Jacques Le Goff, a propósito dos procedimentos da memória e do esquecimento na história, "Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens."⁶

6. Le Goff, Jacques. "Memória", in História e Memória. Trad. Bernardo Leitão ... (et al). Campinas, SP, 1990. p. 477.

BIBLIOGRAFIA

1. ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADAS:

- . Arquivo do Estado de São Paulo
- . "Arquivo Edgard Leuenroth" - Centro de Pesquisa e Documentação Social - IFCH/UNICAMP
- . Arquivo Público e Histórico de Rio Claro
- . Biblioteca Central - UNICAMP
- . Biblioteca da Faculdade de Direito/USP
- . Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração/USP
- . Biblioteca do Departamento de Ciências Sociais - FFLCH/USP
- . Biblioteca do Departamento de História - FFLCH/USP
- . Biblioteca do Instituto Agrônomo de Campinas
- . Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros - USP
- . Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP
- . Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP

2. FONTES PRIMARIAS:

. literatura / imprensa / viajantes

Almanaque Fontoura. Dir. Auro Luís de Moura Andrade. São Paulo, Instituto Medicamenta Fontoura, 1987.

Almanaque do Biotônico. Instituto Medicamenta Fontoura. 1934, 1935, 1943, 1950, 1959.

Almanaque do Biotônico. Dir. Dirceu de Castro Fontoura. Rio de Janeiro, 1960, 1963.

BARBOSA, Rui. A Questão Social e Política no Brasil (Conferência pronunciada no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, a 20 de março de 1919). Introdução de Evaristo de Moraes Filho. Ed. anotada. São Paulo, LTr Ed. / Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1983.

BOMFIM, Manoel. A América Latina - Males de Origem. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1905.

O Brasil na América - (caracterização da formação brasileira). Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1929.

O Brasil Nação - Realidade da Soberania Brasileira. Tomo II. São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1931.

CUNHA, Euclides da. Caderneta de Campo. Introdução, notas e comentário por Olímpio de Souza Andrade. São Paulo, Ed. Cultrix / Brasília, INL, 1975.

Contrastes e Confrontos. Introdução de Olímpio de Souza Andrade, cotejo e estabelecimento do texto pelo Prof. Rolando Morel Pinto. São Paulo, Ed. Cultrix / Brasília, INL, 1975.

CUNHA, Euclides da. Obra Completa. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, Cia. José Aguilar Ed., 1966. 2v.

Os Sertões: Campanha de Canudos. São Paulo, Abril Cultural, 1979. (1a. edição - 1902).

Os Sertões - Edição Crítica. Por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Ed. Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1985.

Diário do Povo. Anno I, nº 3, Campinas, 22/02/1912.

A Gréve. Dir. Elysio de Carvalho. Anno I, n. 2, Rio de Janeiro, 15/05/1903.

LIMONGI, J. Papaterra. "O Trabalhador Nacional". in Boletim do D.E.T., Anno V, n. 20, 3º trim. de 1916. Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, Typografia Brasil de Rothschild e Cia., 1916.

"O Trabalho Agrícola no Brasil". in Boletim do D.E.T., Anno VI, n. 24, 3º trim. de 1917. Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, Typografia Brasil de Rothschild e Cia., 1917.

MONTEIRO LOBATO, José Bento. A Barca de Glevre - quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. Pref. Edgard Cavalheiro. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1944.

Cidades Mortas. 4a. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1951. (Obras Completas, 2).

Idéias de Jéca Tatú. 4a. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1951. (Obras Completas, 4).

Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital. 4a. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1951. (Obras Completas, 8).

A Onda Verde e O Presidente Negro. 4a. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1951. (Obras Completas, 5).

MONTEIRO LOBATO, José Bento. Urupês. 7a. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1955. (Obras Completas, 1).

Zé Brasil. Ilustrado por Percy Deanne. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1947.

PIRES, Cornélio. Conversas ao pé do fogo - estudinhos, costumes, contos, anedoctas, scenas da escravidão. São Paulo, 1921.

(Cont. das) Estramboticas aventuras do Joaquim Bentinho (O Queima Campo). 1a. ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, s/data.

O Monturo - Poemeto. São Paulo, Ed. Pocal-Weiss, s/data.

Patacoadas - Anedoctas, simplicidades e astúcias de caipiras (com "algumas" de estrangeiros...). 6a. ed., São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1935.

Quem conta um conto... e outros contos (coisas de outrora). São Paulo, Livraria Liberdade, 1943.

REBOUÇAS, André. Agricultura Nacional: Estudos econômicos. - Propaganda abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883. Estudo introdutório de Joselice Jucá. 2a. ed., Recife, Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana, 1988. (Fac-símile da 1a. edição de 1883). (Série Abolição, 4).

ROMERO, Silvio. O Brasil Social (vistas syntheticas obtidas pelos processos de Le Play). Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Commercio, 1907.

Folclore Brasileiro. Edição anotada por Luis da Câmara Cascudo e ilustrada por Santa Rosa. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1954. (Coleção Documentos Brasileiros). Cantos populares do Brasil / Contos populares do Brasil.

História da Literatura Brasileira. Tomo 1º. 5a. edição. Organizada e prefaciada por Nelson Romero. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1953. (Coleção Documentos Brasileiros, 24).

Provocações e Debates (contribuições para o estudo do Brasil social). Porto, Livraria Chardron, 1910.

SILVEIRA, Valdomiro. Os Caboclos. São Paulo, Ed. da "Revista do Brasil", M. Lobato e Cia. 1920.

O Mundo Caboclo. Estudos introdutórios de Bernardo Elis e Ruth Guimarães. Rio de Janeiro, J. Olympio Ed. / São Paulo, Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo / Brasília, INL/MEC, 1974.

. Documentos e Relatórios produzidos por fontes oficiais:

ANNEXO nº 10 do Relatório à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, de 17.01.1887. São Paulo, Typografia a vapor de Jorge Seckler, 1887.

BOLETIM do D.E.T. - Anno III - n. 12 e 13, 3º e 4º trimestres de 1914. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, Typografia Brasil de Rothschild e Cia., 1914.

BOLETIM do D.E.T. - Anno VII - n. 27, 2º trim. de 1918. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo Typografia Levi, 1918.

BOLETIM do D.E.T. - Anno V - n. 20, 3º trim. de 1916. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, Typografia Brasil de Rothschild e Cia., 1916.

Congresso Agrícola. Collecção de Documentos. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878.

FERRAZ, Luiz. "Localização dos Trabalhadores Nacionais", in Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. Anno VI, n. 22, 1º trim. de 1917. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, Typografia Brasil de Rothschild e Cia., 1917.

LIMONGI, J. Papaterre. "O Trabalho Agrícola no Brasil". Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 07.10.1917. in Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Anno VI, n. 24, 3º trim. de 1917. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, Typografia Brasil de Rothschild e Cia., 1917.

MENSAGEM ao Congresso pelo Dr. Jorge Tibiriçá, em 14.07.1907.

MONTE-NEGRO, João Elisário de Carvalho. Colônias Nova Louzã e Nova Colombia. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo: em 06.02.1875. São Paulo, Typografia da Província de São Paulo, 1875.

PENNA, Belisario. "O saneamento da população agrária do Brasil", in Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. Anno VI, n. 23, 2º trim. de 1917. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, Typografia Brasil de Rothschild e Cia., 1917.

RELATORIO do Chefe de Polícia, Sebastião José Pereira, de 15.01.1872.

RELATORIO com que o Sr. Dr. João Baptista Pereira passou a administração ao 1º Vice-Presidente, Sr. Barão de Três Rios. São Paulo, Typografia do Diário de Santos, 1878.

RELATÓRIO à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo Presidente Barão de Parnahyba, em 17.01.1887. São Paulo, Typografia a vapor de Jorge Seckler, 1887.

RELATÓRIO com que o Exm. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves passou a administração da Província ao Exm. Snr. Dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues (Vice-Presidente), em 27.04.1888. São Paulo, Typografia a vapor de Jorge Seckler, 1888.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. "O Futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil". Memória apresentada ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Anexo ao Relatório do Congresso Agrícola - Collecção de Documentos. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878.

3. HISTORIOGRAFIA

ALVIM, Zuleika M. F. Brava Gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ARANHA, Graça. Canaã. 2a. edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

ARENDT, Hannah. O Sistema Totalitário. Trad. Roberto Raposo, Rev. Manuel J. Palmeirim. Lisboa, Publicações D.Quixote, 1978.

ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas. São Paulo, Edigraf, s/data. (Coleção Romances Brasileiros).

AUERBACH, Erich. Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental. 2a. edição, revisada. São Paulo, Perspectiva, 1987. (Estudos).

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Ondá Negra, Medro Branco - O negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. (Oficinas da História, 6).

BARTHES, Roland. Mitologias. Trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. 2a. edição, revista e ampliada. São Paulo, Pioneira, 1977.

BENICHOU, Paul. Le temps des prophètes - Doctrines de l'âge romantique. Paris, Gallimard, 1977.

BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. 2a. edição. São Paulo, Cultrix, 1972.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. Os Caipiras de São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Liberalismo: Ideologia e Controle Social (Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910). Tese doutoramento - FFLCH/USP. São Paulo, 1976.

"Suprimento de mão-de-obra para a agricultura - um dos aspectos do fenômeno histórico da abolição", in Revista de História, n. 106. São Paulo, FFLCH/USP, 1976. pp. 333-353.

CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. 2 v.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. A República do picapau amarelo: Uma leitura de Monteiro Lobato. São Paulo, Martins Fontes Ed., 1986. (Coleção leituras).

CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos). 3a. edição. São Paulo, Martins Fontes Ed., 1989. (1º v. 1750/1836 / 2º v. 1836/1880).

Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária. 3a. edição revista. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1973.

O Método Crítico de Silvio Romero. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1988. (Passado e Presente - Teses).

Os parceiros do Rio Bonito - Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3a. edição. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1975.

"Radicalismos", in Estudos Avançados n. 4/8. São Paulo, IEA/USP, Jan/Abril 1990. pp. 4-18.

"De cortiço a cortiço", in Novos Estudos Cebrap, n. 30, São Paulo, CEBRAP, julho/1991. pp. 111-129.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

CAVALHEIRO, Edgard. "Vida e Obra de Monteiro Lobato". in Urupês, de Monteiro Lobato. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1955. p. 3-59.

CHACON, Vamireh. História das Idéias Sociológicas no Brasil. São Paulo, Grijalbo/EDUSP, 1977.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

CORREA, Mariza. As Ilusões da Liberdade - A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Tese doutoramento - FFLCH/USP. São Paulo, 1982.

COSTA, Emilia Viotti. Da Senzala à Colônia. São Paulo, Difel, 1966.

COUTY, Louis. L'Esclavage au Brésil. Paris, Librairie de Guillaumin et Cie. Editeurs, 1881.

DEAN, Warren. "A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiantes no Município de Rio Claro, 1870-1920". in Revista de História n. 106. São Paulo, FFLCH/USP, 1976. pp. 487-494.

Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura. 1820-1920, trad. de Waldivia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. (Estudos Brasileiros, 21)

EISENBERG, Peter L. O Homem Esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX (sugestões para uma pesquisa). São Paulo, Anais do Museu Paulista, Tomo XXVIII (separata), IMESP, 1977/78.

- ELIS, Bernardo. "Valdomiro Silveira". in O Mundo Caboclo de Valdomiro Silveira. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed. / São Paulo, Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo / Brasília, INL/MEC, 1974. Estudo introdutório.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 2a. edição. Porto Alegre, Globo / São Paulo, EDUSP, 1975. 2 v.
- Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio. 2a. edição. São Paulo, Ed. Nacional / Secretaria de Cultura Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. 1976. (Brasiliense, 356).
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Dominus Ed. / Edusp, 1965. (Ciências Sociais, 3). 2 v.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.
- "As idéias estão no lugar", in Cadernos de Debate n. 1. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- "Organização social do trabalho no período colonial", in Paulo Sergio Pinheiro (org.), Trabalho escravo, Economia e Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. (Estudos Brasileiros, 61). pp. 145-192.
- GADELHA, Regina M. D'Aquino Fonseca. Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo. Tese doutoramento - FFLCH/USP, 1982.
- GAY, Peter. O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- GUERRA NETO, Abílio da Silva. O Homem Primitivo - origem e conformação no universo cultural brasileiro (séculos XIX e XX). Dissertação mestrado - IFCH/UNICAMP, 1990.

- GUIMARAES, Ruth. "Vida e obra de Valdomiro Silveira", in O Mundo Caboclo de Valdomiro Silveira. (Estudo introdutório). Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed. / São Paulo, Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo / Brasília, INL/MEC, 1974.
- HALL, Michael M. Italianos em São Paulo (1880-1920). Separata dos Anais do Museu Paulista. Tomo XXIX. São Paulo, USP, 1979.
- The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914. Tese doutoramento - University Microfilms, Columbia, EUA, 1969.
- "Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração", in Revista de História n. 105. São Paulo, FFLCH/USP, 1976. pp. 147/171.
- HARDMAN, Francisco Foot. Trem Fantasma: a modernidade na selva. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. "As colônias de parceria". in História Geral da Civilização Brasileira, dir. Sergio Buarque de Hollanda. 4a. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1982. Tomo II, 3º vol., Livro 2º, Cap. IV. p. 245-260.
- "Prefácio do Tradutor" a Memórias de um colono no Brasil, de Thomas Davatz. São Paulo, Martins/EDUSP, 1972. (Biblioteca Histórica Brasileira).
- Raízes do Brasil. Pref. Antonio Cândido, 15ª edição. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1982. (Documentos Brasileiros, 1).
- HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. (Estudos Brasileiros, 71).
- KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987. (Tese Livre Docência: Escravos, Párias e Proletários: uma contribuição para o estudo da formação do capitalismo no Brasil. São Paulo, FFLCH/USP, 1981).

LAJOLO, Marisa. Monteiro Lobato - A modernidade do contra. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Encanto Radical, 72).

"Jeca Tatu em três tempos", in Os pobres na literatura brasileira. Org. Roberto Schwarz, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983. pp. 101-105.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Da escravidão ao trabalho livre: A Lei de Locação de Serviços de 1879. Campinas, Papirus, 1988.

"O trabalho sob contrato: a lei de 1879". in Revista Brasileira de História, V.6, n. 12, Terra e Poder. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1986. pp. 101/124.

LANDERS, Vasda Bonafini. De Jeca a Macunaíma: Monteiro Lobato e o Modernismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. "O café e o trabalho 'livre' em Minas Gerais - 1870/1920". in Revista Brasileira de História, v.6, n.12, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1986. pp. 73/88.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Trad. Bernardo Leitão... (et al.). Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1990.

L'Imaginaire Médiéval - essais. Paris, Gallimard, 1985.

LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. 4a. edição definitiva. Intr. Alfredo Bosi. São Paulo, Pioneira, 1983.

LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas, Papirus, 1986.

MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações raciais - negros em Campinas, 1888-1921. Campinas, Ed. Unicamp, 1987. (Tempo e Memória - Série Campiniana).

MARSON, Adalberto. A ideologia nacionalista em Alberto Torres. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

MARSON, Izabel Andrade. O Império do Progresso - A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

"Trabalho Livre e Progresso". in Revista Brasileira de História, n. 07, São Paulo, ANPUH/Ed. Marco Zero, 1984. pp. 81-83.

MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo, Pioneira, 1973.

Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975.

O Cativo da Terra. 2a. ed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. (Brasil ontem e hoje, 6).

MERQUIOR, José Guilherme. Crítica - 1964/1969 - Ensaios sobre Arte e Literatura. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

MOURA, Clovis. Rebeliões da Senzala - Quilombos, insurreições, guerrilhas. 3a. edição. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. (A Questão Social no Brasil, 6).

NASCIMENTO, José Leonardo do. Culture et Politique: positivisme et darwinisme social, genealogie d'une sensibilité brésilienne (1870-1930). Tese doutoramento, Université de Paris-Nanterre, 1989.

NEVES, Artur. "Prefácio - Notas críticas e biográficas". in Urupês - outros contos e coisas de Monteiro Lobato. "Edição Onibus", comemorativa do 25º aniversário da estréia do escritor, contendo a matéria de Urupês, Cidades Mortas, Negrinha, O macaco que se fez homem, Os últimos contos, excertos de outros livros e avulsos. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1943. (Biblioteca do Espírito Moderno, 18).

NOIRIEL, Gerard. Le Creuset Francais - Histoire de l'immigration - XIX / XX siècles. Paris Editions du Seuil, 1988. (L'Univers Historique).

PETRONE, Maria Thereza Schorer. "Imigração". in História Geral da Civilização Brasileira. Dir. Boris Fausto. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1978. Tomo III, 2º vol., cap. III. pp. 93-134.

"Imigração assalariada". in História Geral da Civilização Brasileira. Dir. Sergio Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1982. Tomo II, 3º vol., cap. VI. pp. 274-296.

O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo, Brasiliense, 1982. (Tudo é História, 38).

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. A classe operária no Brasil, 1889-1930 - documentos. Vol. 1 - O Movimento Operário. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979.

POLIAKOV, Léon. O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. Trad. Luis João Gaio. São Paulo, Perspectiva/Edusp, 1974. (Estudos, 34).

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia. 9a. edição. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1969.

QUEIROZ, M. Isaura Pereira de. O Camponato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis, Vozes / São Paulo, Edusp, 1973. (Estudos Brasileiros, 3).

- RIBEIRO, Darcy. "Manoel Bomfim, antropólogo". in Revista do Brasil. Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Ciência e Cultura/Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Ano 1, vol. 2, 1984. pp. 48-59.
- ROMANO Silva, Roberto. Corpo e Cristal: Marx Romântico. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1985.
- SALLUM JR., Brasílio. Capitalismo e Cafeicultura - Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982. (História e Sociedade).
- SANTOS, Sydney M. G. dos. André Rebouças e seu tempo. Rio de Janeiro, 1985.
- SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Retrato em Branco e Negro - jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Anarchisme, syndicalisme révolutionnaire et participation politique au Brésil: mythe et histoire. Paris, Ecole des Hautes Studes en Sciences Sociales, thèse de doctorat, 1989.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão - tensões sociais e criação cultural na primeira república. 2a. edição. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SLENES, Robert A. W. "Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da família escrava no século XIX". in Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16 - Escravidão. São Paulo, ANPUH/Marcó Zero, 1988. pp. 189-203.

SOUZA, Laura de Mello e. Os Desclassificados do Ouro - A pobreza mineira no século XVIII. 2a. edição. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986. (Biblioteca de História, 8).

STOLCKE, Verena. Cafeicultura - Homens, mulheres e capital (1850-1980). Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo, Brasiliense, 1986.

"A Família que não é Sagrada (sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo)". in Colcha de Retalhos - Estudos sobre a família no Brasil. Trad. Nádia Farage. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982. pp. 39-90.

e HALL, Michael M. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo". in Revista Brasileira de História, n. 6, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1984. pp. 80-120.

SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. História e Dependência - cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo, Ed. Moderna, 1984.

THOMPSON, Edward P. Tradición, revuelta y consciencia de clase - estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Trad. Eva Rodriguez. Barcelona, Editorial Crítica, 1979.

TORRES, Alberto. As fontes de vida no Brasil. Rio de Janeiro, 1915.

VENTURA, Roberto. Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Camponês, um trabalhador para o capital. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1981. (mimeo).

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

WITTER, José Sebastião. "Um estabelecimento agrícola da província de São Paulo nos meados do século XIX". Revista de História, Vol. XLVIII, n. 98, São Paulo, FFLCH/USP, 1974. pp. 393-467.

4. ANEXO

Publicação simplificada, em quadrinhos, da história do Jeca Tatuzinho. A partir de cópia (xerox) de exemplar do Almanaque Fontoura, publicado pelo Instituto Medicamenta Fontoura, sob direção de Auro Luís de Moura Andrade. São Paulo, 1987. (AEL/UNICAMP).

Jeca-Tatuzinho

MONTEIRO LOBATO

"Um país não vale pelo tamanho, nem pela quantidade de habitantes. Vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade de sua gente."



JECA-TATU ERA UM POBRE CABOCLO QUE MORAVA NO MATO, NUMA CASINHA DE SAPÉ. PASSAVA OS DIAS DE COCORAS FITANDO ENORMES CIGARRÕES DE PALHA, SEM ÂNIMO DE FAZER COISA ALGUMA.

JECA-TATU ERA TÃO FRACO QUE, QUANDO IA LENHAR, VOLTAVA TODO ARCADO, COM UM FEIXINHO QUE PARECIA ENCINADOURA.



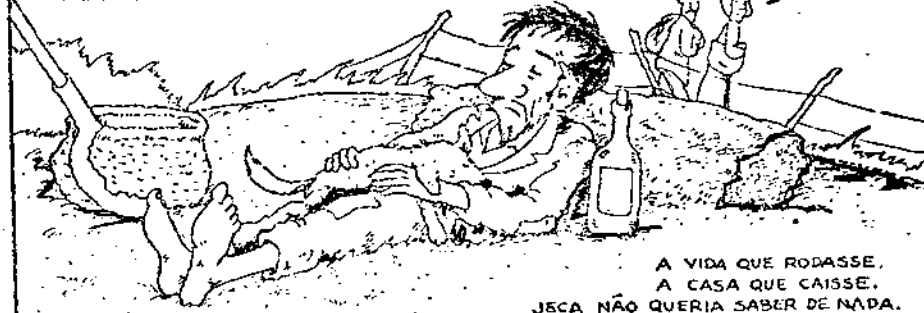
JECA VIVIA NA MAIOR POBREZA, POIS NEM UM PÉ DE COUVE TINHA VONTADE DE PLANTAR.



DAVA PENA VER A MISÉRIA DO SEU CASEBRE, ONDE MORAVA COM A FAMÍLIA E UM CACHORRO MAGRO E SARNENTO. AS PESSOAS QUE VIAM AQUILO FRANZIAM O NARIZ.

QUE CRIATURA IMPRESTÁVEL. NÃO SERVE PRA NADA!

SÓ PENSA EM BEBER E ESPICHA-SE AO SOL.



A VIDA QUE RODASSE, A CASA QUE CAISSE. JECA NÃO QUERIA SABER DE NADA.

UM DIA O DOUTOR PORTOU-LA POR CAUSA DA CHUVA.



ESPANTOU-SE AO VER TANTA MISÉRIA.



VENDO O CABOCLO TÃO ABATIDO E MAGRO, RESOLVEU EXAMINÁ-LO.

AMIGO JECA, O QUE VOCÊ TEM É DOENÇA.

PODE SER. SINTO UMA CANSEIRA SEM FIM, DOR DE CABEÇA E UMA PONTADA AQUI NO PEITO.



ISSO MESMO. VOCÊ SOFRE DE ANEMIA FERROPRIVA.

ANESTIA... FE... O QUÊ?





JECA ATÉ VIROU VALENTE. NÃO TINHA MEDO NEM DE ONÇA. UMA VEZ, AO ENTRAR NO MATO, OUVIU UM MIADO ESTRANHO.

